Agenda Paraíba 2015/2018

Democracia e Desenvolvimento

45 PSDB

Julho 2014

Programa de Governo[1]

Cássio Cunha Lima

NEGO Paraíba – Brasil

1. Art 11, § 1º, IX, da Lei 9.504/97

“O maior dos meus desejos políticos: é o de reconciliar o Governo com a Sociedade na Paraiba.”

CÁSSIO CUNHA LIMA

Agenda Paraíba 2015/2018

Sumário

5 À Paraíba e ao Nosso Povo

6 Marcos Estratégicos

7 Parte 1:

Paraíba: Enunciados Estratégicos e Compromissos com Bem Estar, Paz e Sustentabilidade Social

17 Parte 2:

Paraíba: Políticas Públicas e Ações Estratégicas Prioritárias

19 Educação e Cultura

33 Segurança Pública e Defesa Social

44 Saúde Pública e Desenvolvimento Humano

52 Cidadania e Paz Social

52 Assistência Social

55 Política de Gênero

57 Inclusão Social e Produtiva

64 Juventude, Esporte e Lazer
69 Ciência, Tecnologia e Inovação
73 Meio Ambiente e Sustentabilidade
79 Desenvolvimento Econômico
82 Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços
85 Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
91 Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa
96 Desenvolvimento do Turismo
104 Desenvolvimento Urbano e Equilíbrio Territorial
108 Infraestrutura e Recursos Hídricos
125 Governança Pública

À Paraíba

e ao Nosso Povo

Ao nos debruçarmos sobre a superior responsabilidade de enunciar prioridades e visões renovadas, rumo à disseminação de preceitos e ações para o bem-estar e a paz social na Paraíba, nos deparamos com os desafios de interpretar corretamente as aspirações e os desejos do sentimento popular.

Da nossa inspiração, enriquecida com a experiência dos longos anos de serviço à causa pública e, sobremodo, da leitura acurada dos problemas da Paraíba, consolidamos os enunciados e os compromissos políticos, delineando os caminhos da governabilidade que queremos.

Subsidiando os nossos propósitos, nos inspiramos em centenas de expressivas contribuições voluntárias e no apoio de uma equipe técnica competente que, com elevado espírito público, consolidou os marcos prioritários para as nossas ações à frente do Governo da Paraíba, nos próximos quatro anos.

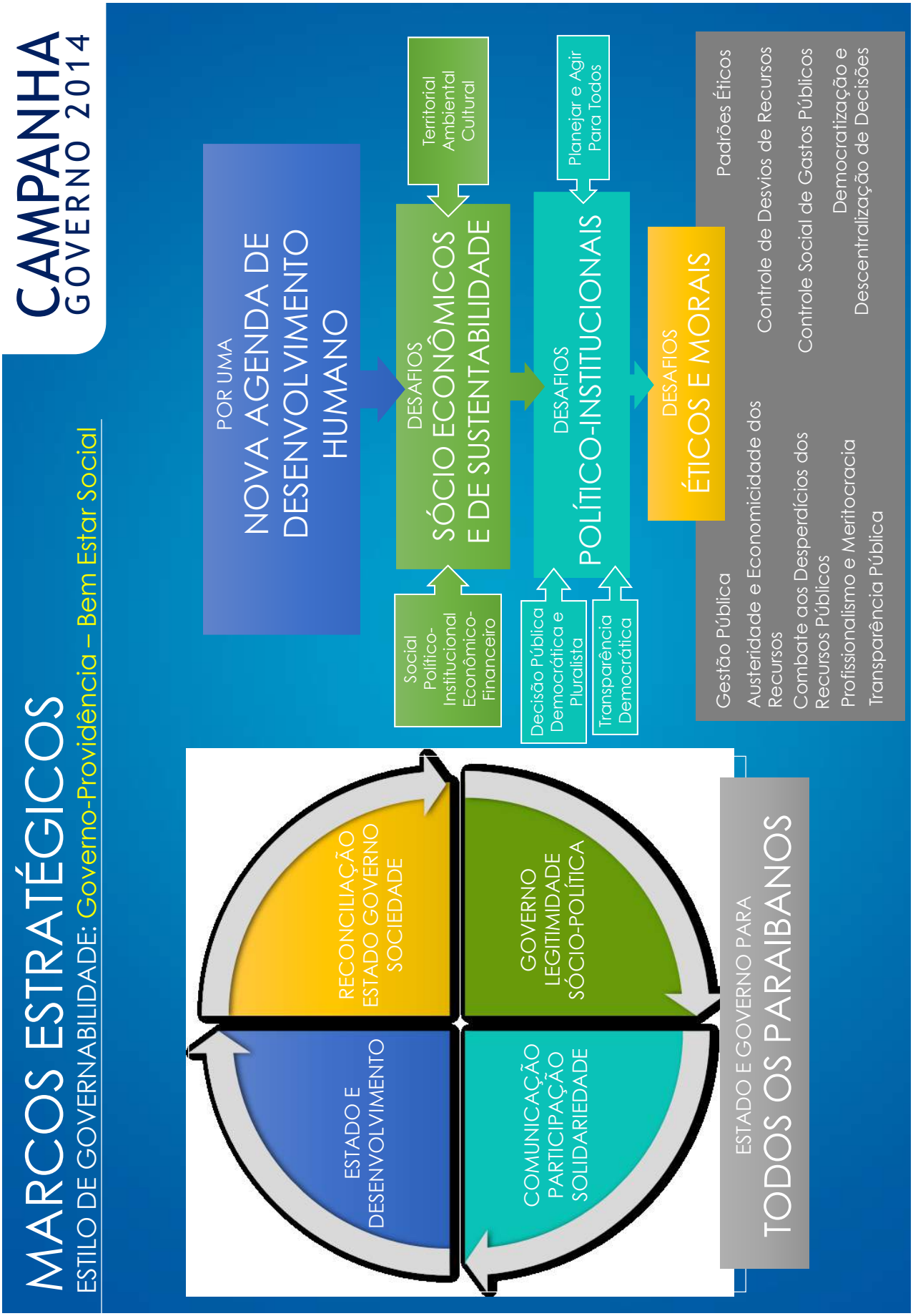
Este é mais um desafio, difícil e honroso, do qual não iremos nos eximir. A vida pública, aqui e agora, nos destina esta superior missão. Não iremos frustrar aqueles que nos dedicam olhares suplicantes de esperança. A nós não é permitido nos distanciarmos furtivamente dos embates e das trincheiras que defendem o interesse coletivo.

Os nossos propósitos, aqui coligidos, têm um imperativo ético e político indeclinável: o de assegurar a solidariedade, a equidade e o equilíbrio político, em um novo tempo, que será marcado pela reconciliação entre o Estado, o Governo e a Sociedade.

Esta é a essência de nossa missão.

Cássio Cunha Lima

Marcos Estratégicos



Parte 1

Paraíba: Enunciados Estratégicos e Compromissos com Bem-estar, Paz e Sustentabilidade Social

Julho 2014

Programa de Governo

Cássio Cunha Lima

Paraíba – Brasil

Paraiba:

Enunciados Estratégicos e Compromissos com Bem Estar, Paz e Sustentabilidade Social

O Consciente Desafio de Ser Governo
Contextos e Paradigmas

Os enunciados aqui apresentados constituem os preâmbulos de paradigmas de ações públicas governamentais, que não se encerram em si mesmas, mas que se voltam para a construção da Paraíba que queremos. Há o entendimento de que à vista da formulação de políticas públicas de Estado e de Governo, o fundamental é a deflagração de processos de planejamento que de processos políticos com ampla audiência democrática, os quais devem amparar as decisões e as operações das intervenções públicas.

Estas intervenções podem e devem ser reformuladas e/ou ampliadas, considerando o entendimento de que na base das ações públicas devem prevalecer processos de decisão política intrinsecamente democráticos que comandarão as políticas de Estado, de seus planejamentos e intervenções públicas.

As estruturas de Poder e de Governo estadual têm que ser renovadas. Seus mecanismos decisórios devem sempre se amparar na mais íntima convivência e aceitabilidade das referências críticas e analíticas, longe, portanto, dos processos de intervenção pública fundados no obscurantismo político próprio do autoritarismo de ocasião.

Em Defesa da Consciência Crítica

Na Paraíba, de hoje e de sempre, haverá um embate em defesa da consciência crítica do espírito libertário competente, da dimensão e respeito à condição humana, contrapondo-se ao autoritarismo crônico, ao mandonismo personalista. O combate democrático deve dar renitente enfrentamento aos espíritos autoritários que pretendem massificar a imagem de que a construção de uma sociedade, e de sua dimensão humana, se faz apenas com pedra e cal.

O enorme desafio para o Poder Público, na Paraíba, longe das iníquas maquiagens publicitárias milionárias, é o de prover a educação e a saúde de qualidade, o emprego, a renda, a segurança, o bem-estar e a providência social às enormes legiões de homens e mulheres de diferentes gerações ainda segregadas.

Há que se ter a compreensão de que os verdadeiros caminhos que deve trilhar a Paraíba, Governo e Sociedade juntos, de mãos dadas, é o da construção de um futuro em que as gerações atuais e futuras encontrem no bem-estar o sentimento e o orgulho de serem paraibanos.

A Unicidade do Poder Público Estadual

Estado e Governo independentemente de seus intervalos políticos e administrativos é algo de uno e indivisível, ou seja, tem responsabilidades e funções precípuas contínuas, e se destina, agir e promover o processo de desenvolvimento da Paraíba nas suas múltiplas dimensões socioeconômicas e político-institucionais.

O mando da coisa pública não constitui prerrogativa exclusiva de mandatários circunstanciais do poder emanado de resultados eleitorais e de eventuais predomínios político-partidários. A ação pública, portanto, em termos de suas perenidades, é atemporal, impessoal e de caráter coletivo.

Isto quer dizer que o Estado federado prevalecente pertence sempre à população, e deve agir em nome dela, vocacionado ao atendimento democrático de suas aspirações e necessidades. As intervenções do poder estadual são sempre historicamente cumulativas, independentemente do caráter, da personalidade e da natureza político-ideológica dos que detêm mando e da conjuntura administrativa governamental.

A história da intervenção pública e do poder estadual não deve ser periodizada e fragmentada em capítulos personalizados. A edificação desta trajetória histórica é marcada pela unicidade, permanência e impessoalidade dos feitos públicos.

A República e a Apropriação Privada

Admite-se, assim, que qualquer tentativa de fragmentar as ações públicas do Poder Estadual visando publicizar a titularidade, a individualidade, os avanços das ações públicas perpetra erros gravíssimos. Subtrai, de um lado, a historicidade dos fatos de domínio público e, de outro, menospreza a representação popular, que é uma outorga democrática da população que designa seus representantes e, em seu nome, constitucionalmente, o exercício do poder.

Tentar fragmentar a unicidade do poder exercido é enveredar na prevalência do privado sobre o público. Todo poder emana do povo, e em nome dele é exercido.

Nenhum mandatário deve coisificar a personalização dos atos públicos. Ao Estado e ao Governo, e apenas a eles, cabe a respondabilidade final destes mesmos feitos. Esta personificação, pela privatização exarcebada, guarda uma estreita correlação com atitudes autoritárias contrárias aos mais elementares princípios da republicanidade.

Por uma Nova Pedagogia de Governar: Afeto e Solidariedade

Cuidar da gestão pública priorizando o interesse público é obrigação primária dos gestores públicos. Cuidar das pessoas com afeto, se atrelando à dimensão humana, é muito mais importante, pela natureza e amplitude dos atos públicos. Esta superior compreensão é a essência dos paradigmas e propósitos do projeto político em torno de uma nova pedagogia democrática e governamental.

A verdadeira dimensão do desenvolvimento humano e da sustentabilidade da Paraíba é tributária, exclusivamente, da resolução dos profundos e estruturais desequilíbrios sociais e humanos

que ainda fazem deste ente federado um enorme desafio ao Governo e à Sociedade. Entende-se que é determinante priorizar o desenvolvimento humano na sua integralidade.

Governabilidade, Legitimidade e Identidade Social

Edificar, aqui e agora, um legítimo projeto político de mudanças que emerge de sentimentos de esperanças, e de desejos individuais e coletivos, tem como objetivo promover alterações profundas que se enraizaram nas mentes e corações dos paraibanos.

Em suma, admite-se que é determinante priorizar o desenvolvimento humano na sua integralidade. Para tanto se tem como fundamentais postulados que privilegiam a visão de que:

- *O processo político deve ser intrinsecamente democrático e determinará a validação e o consentimento coletivo às prioridades públicas;*
- *A decisão pública e suas correspondentes ações não deverão, sob nenhuma hipótese, ser reféns de interesses minúsculos, patrimonialistas e distantes da aceitabilidade e da legitimidade dos sujeitos e objetos das mesmas;*
- *A governabilidade é uma inerência democrática, requerendo, portanto, legitimidade, transparência e sustentabilidade social e política;*
- *Reconhece-se que uma das maiores causas da pobreza e das tragédias sociais é a marginalização das populações periféricas e segregadas dos processos de decisão e do* modus operandi *das ações públicas;*
- *Sob nenhuma hipótese, no marco das políticas e ações públicas, sejam subtraídas destas as possibilidades de serem alvos de críticas, sugestões e detalhamentos pelos atores públicos e privados diretamente envolvidos.*
- *Discussões públicas, adotando o princípio do pluralismo democrático: estas devem oxigenar as ações governamentais.*
- *As propostas devem convergir para considerar sempre o cidadão como sujeito e objeto das intervenções públicas.*

Projeto Político do Governar Perto do Pulsar das Ruas

A Paraíba, através de seus homens e mulheres, aguarda dos seus governantes gestos de dignidade e de generosidade humana, de honradez política, ética e moral.

Há o sentimento público de que se deva ousadamente construir um projeto político que se mantenha longe da prepotência, do autoritarismo e das ambições pessoais. Um projeto que, de outro modo, e em seus tempos, deva vicejar a alma da democracia solidária, do respeito à cidadania e à condição humana das gerações atuais e futuras.

Obriga a consciência crítica admitir que o primeiro dos deveres inerentes ao espírito democrático é o de lutar contra as atuais formas de governar, avessas aos clamores populares, e estar perto do pulsar das ruas.

Não admitir esta premissa anterior é passivamente aceitar que a inteligência e a consciência crítica foram aniquiladas e que a mediocridade política, a subalternidade e o medo se instalaram na Paraíba.

Bem-estar e Paz Social: Fundamentos do Desenvolvimento

Há a certeza e o entendimento de que o único caminho para o desenvolvimento, entendido como o bem-estar coletivo, o equilíbrio, a equidade e a paz social, depende, estruturalmente, de profundos e consistentes debates políticos que possam nortear os desafios e as premissas das ações do Estado e do Governo.

O desenvolvimento é, sobretudo, um ponto de chegada e não apenas de partida. Nesta rota, sempre devem estar juntos Governo e Sociedade. O único e o mais determinante sentido da construção do desenvolvimento da Paraíba é o do bem-estar social. O ciclo vicioso do subdesenvolvimento nos projeta à condenação da infelicidade das atuais e próximas gerações.

É inegável, e perceptível a olhos vistos, que na Paraíba de ontem e de hoje permanecem fraturas sociais e econômicas que reverberam sintomas de grave crise. O aprofundamento da crise, e de seus efeitos, na geração de mal-estar coletivo se agrava via tensões sociais que vêm minando um profundo descrédito na autoridade e nas competências políticas e governamentais.

Estas fraturas se materializam pelas mazelas sociais e humanas expressas pelos incontestáveis indicadores que referenciam os inaceitáveis níveis de educação, de saúde pública, de violência, de inacessibilidades aos chamados bens e serviços indivisíveis, quais sejam: os que são de direito público.

Há que se formular estratégias do pensar e do agir para as próximas décadas, e que estas não devam ser episódicas. Têm que ser estruturantes à vista da construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

A Paraíba merece caminhos e estradas em que transitem a paz social, homens, mulheres e crianças felizes se autodeterminando.

Promover a Reconciliação Entre o Governo e a Sociedade

O primeiro e o mais importante passo para a construção de um projeto de desenvolvimento na Paraíba é o de reconciliar o Governo com a Sociedade em todas as suas dimensões humanas.

A Paraíba é possível. É tarefa intransferível do esforço público vencer as suas desigualdades e iniquidades em todos os sentidos. Coragem, competência e seriedade se impõem para a construção de uma nova pedagogia política e institucional.

Uma nova Agenda político-institucional é fundamental . Repensar a Paraíba com dirigentes à altura da grandeza e da generosidade política do seu povo é um compromisso indelegável.

Estado e Governo para todos

É um recomeço necessário e inadiável. É a missão que a Paraíba deseja e que aguarda no ensejo de uma renovada transição governamental e político-institucional que deverá suceder ao embate político-eleitoral que se avizinha.

Cumpre nesta transição político-governamental a intransigente defesa de um **Estado para todos** e não de um **Estado para si mesmo, e para os que o circundam,** mediante a adoção de modelos gerenciais permeados por processos democráticos e transparentes.

Comunicação, Participação e Legitimidade Democrática

Imperioso, neste momento, é o entendimento de que os padrões da gestão pública convencional precisam ser substituídos por um novo modelo de gestão, orientado para resultados, que atue de forma ágil e assegure à sociedade o atendimento às suas necessidades.

É ainda imprescindível o acesso a canais efetivos de controle e avaliação por parte dos cidadãos, fazendo emergir mudanças tanto na forma quanto no conteúdo da produção de bens e serviços e do relacionamento intersocial. Privilegia-se o interagir com transparência e comunicabilidade entre todos os que fazem e vivem a Paraíba.

Reconhece-se que a principal e urgente modalidade de construir as bases de participação social de um Estado moderno, democrático e eficaz depende dos processos de comunicabilidade assegurados à consolidação política da cidadania.

Promover consultas públicas eivadas de formalismo burocrático, desprovidas de processos anteriores, marcadamente pontuais, inertes e assistemáticas, objetiva apenas recolher prioridades locais e individuais que servem unicamente para alimentar o *"jogo de cena"* e os discursos oficiais em torno de uma improvisada e inconsistente vertente "democrática".

Entende-se que a legitimidade, a consistência e a convergência dos atos governamentais, visando recensear as legítimas e prioritárias demandas públicas, são tributárias de processos que sejam capazes de assegurar equidade e equilíbrio político entre o Estado, o Governo e a Sociedade.

A Governabilidade na Paraíba
Pressupostos e Objetivos

- *Preconizar objetivos e meios que alimentem a decisão e ação públicas, que se orientem para alguns eixos centrais, é fundamental e estruturante para todos na Paraíba, de hoje e do futuro. Estes devem se inspirar na compreensão de que as diferentes expressões da crise urbana e rural, pela sua natureza socioeconômica, se repartem e sugerem várias premissas e paradigmas nos planos político-institucional, social, econômico, ambiental e da gestão pública local.*
- *Assegurar a todos a igualdade de direitos e de oportunidades para o alcance da cidadania plena, do desenvolvimento humano e social*
- *Propiciar elos de solidariedade humana e coletiva, enquanto instrumento de construção de uma sociedade capaz de se autodeterminar, de modo competente, na escolha de seu futuro.*

Ação Pública e a Ampliação das Oportunidades

- *Garantir que a Paraíba das atuais e próximas gerações seja um território de todos sem segregação social, econômica, social e política.*

- *Assegurar que o Poder Público Estadual, ao invés de ser e estar vocacionado para interesses restritos de desiguais e desumanos, assuma sua mais importante missão: a de ser um instrumento de paz social e oportunidade para todos.*
- *Eliminar a corrupção, o fisiologismo privatista, os desvios de finalidades e os desperdícios dos recursos públicos que atentam contra a dignidade e os direitos do cidadão comum.*

Sistemas e Processos de Gestão Pública

- *Implantar as bases de sistema e processos de gestão pública modernos, democráticos, competentes, capazes de superar a lógica da intervenção pontual das precariedades que mantêm intocáveis as desigualdades estruturais e profundas tanto no campo, quanto nas cidades.*
- *Assegurar a implantação de mecanismos de controle social dos gastos públicos, das decisões politico-administrativas, e das ações coletivas capazes de assegurar a eficiência e a retidão das intervenções públicas estaduais.*
- *Combater a autofagia dos recursos públicos financeiros e humanos para dar sustentabilidade às ações-fins.*
- *Assegurar que as decisões e ações públicas tenham por sujeito e objeto o cidadão e a sua apropriação coletiva, desmontando a lógica política do personalismo, do mandonismo crônico e em toda a sua extensão, do autoritarismo que asfixia a verdadeira missão do Poder Estadual.*

Desafios Político-Institucionais
Decisão Pública e Democracia Pluralista

É fundamental ampliar a base e socializar os processos de decisão plural e democrática sobre as diferentes potencialidades e problemáticas relativas às demandas reprimidas públicas e privadas da Paraíba.

Transparência Democrática nos Processos Decisórios

Tornar exigentemente transparente a gestão pública (decisões e ações) de modo a evitar que as praticas atuais da obscuridade, da simulação, continuem prevalecendo. Estas práticas se revelam ilegítimas, inócuas e ilegais. Essencial é dar visibilidade ao processo decisório. A ausência de atores sociais e políticos na decisão pública, e o alheamento desses na definição de prioridades, implica em práticas e ações autoritárias desprovidas da legitimidade dos estamentos sociais interessados.

A coisa pública não pode ser refém de uma tecnoburocracia autoritária e auto-suficiente. Romper com esta anomalia na governabilidade local significa criar as bases para um amanhã de

paz, de segurança coletiva e bem-estar social.

Planejar e Agir para Todos

A Gestão Pública na Paraíba tem que abrir seus horizontes para o curto, o médio e o longo prazo. A "inteligência" enrustida no Poder Público Estadual é incapaz e não deve substituir a vontade coletiva do povo da Paraíba.

Há que se repensar e refletir sobre novos compromissos, assumindo e agindo diferentemente sobre a dimensão humana para as próximas décadas.

Construir um projeto de transformação humana, política, econômica, social é uma enorme tarefa coletiva, cuja legitimidade decorre de uma nova visão política e social. Assim, o pensar e o fazer a coisa pública na Paraíba devem ser objeto de ação coletiva.

O diálogo aberto, a reflexão crítica permanente e a seriedade na gestão pública são condições *sine qua non* para a governabilidade democrática e humana.

Controle Social e Gastos Públicos

Todas as formas e procedimentos de controle social das ações e em especial dos gastos públicos devem ser internalizados. A população, sob as suas diferentes formas de representação governamentais e não-governamentais, deve ter assento e colaborar no controle das contas públicas.

Para isto, são fundamentais todas as formas de controle social e jurídico-legais para os escaninhos do poder estadual. A transparência e a publicidade das contas públicas são uma inerência à democracia pluralista, ao lado da coletivização dos gastos públicos.

A transparência "obscura" torna-se função pública subalterna e passa a ser seviciada pela intempestividade de poderes corroídos por práticas ilícitas e ilegítimas.

Enfrentamento dos Desafios dos Recursos Públicos: As Lógicas Públicas em Questão

Nada justifica viesar os meios para atingir determinados fins políticos. Em absoluto respeito e em nome dos humilhados e segregados socialmente, dos desiguais, dos pobres e miseráveis que não têm o pão de cada dia, cabe ao Poder Público Estadual combater todas as formas de desvio e de desperdícios de recursos públicos.

A austeridade e a severidade ao lado do rígido controle social dos gastos públicos são o modo mais eficiente de extirpar essas práticas que além de desumanas são criminosas.

A Paraíba vive uma enorme contradição, uma quase intransponível equação de restrições, qual seja: se gasta onde não se deve. Para o fundamental e inadiável, os recursos são escassos e insuficientes.

Há que se rever a lógica e os parâmetros dos investimentos e gastos públicos. A boa lógica e conduta pública apontam para a resolução dos problemas que tangenciam gravemente o bem-estar humano, a paz e a preservação da vida.

Governo-Providência e Legitimidade Social
Por um Novo Enfoque do Bem-Estar Social

As graves questões sociais representadas pela brutal segregação social, econômica, política e humana da Paraíba devem ser o primeiro dos compromissos de um novo processo de governabilidade e legitimidade social.

A renitência dos problemas relativos à fome, à miséria, sob todas as suas formas, ao desemprego, às questões estruturais da educação, à saúde, segurança, *habitat*, meio ambiente, aos jovens e aos idosos, entre outros, serão decisivos à ação pública própria de um governo-providência responsável pelo bem-estar coletivo.

O Governo Estadual enquanto o mais importante produtor e distribuidor de bens e serviços indivisíveis, deve contemplar cada vez mais a consolidação de seu papel como ente exclusivo de geração de bem-estar social e pleno exercício de suas funções de Governo-Providência.

Desafios Econômicos e Sustentabilidade
Por uma Nova Agenda de Desenvolvimento Humano

Durante décadas, o conceito de desenvolvimento esteve sempre atrelado às dinâmicas próprias do crescimento do produto, sendo sinônimos, compondo relações indissociáveis no plano teórico-conceitual e nos marcos das políticas públicas.

Paraibanos: sujeitos e objetos da sustentabilidade

É essencial asseverar que a sustentabilidade, enquanto inerência estruturante e de mediação do processo de desenvolvimento, se centra de modo determinado na aceitação de que a população é sempre o sujeito e o objeto.

A trajetória do crescimento econômico, embora necessária, não é a única via de assegurar a melhoria dos indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Paradigmas da sustentabilidade: felicidade e bem-estar humanos.

Nesta perspectiva, e considerando o imprescindível papel das políticas públicos do Estado, não há saída para o grave encilhamento da economia e da sociedade, sua consequente e atual crise na Paraíba, sem considerar os parâmetros fundamentais das **diferentes dimensões da sustentabilidade, as quais se reportam aos âmbitos: social, econômico e financeiro, ambiental, territorial, cultural etc. Estas dimensões consagram:**

- *a redistribuição de renda, a diminuição da exclusão social e a diminuição da distância econômica que separa os diferentes segmentos sociais;*
- *a economicidade que envolve aumento da eficiência na gestão e alocação de recursos escassos;*
- *a gestão e oferta de recursos naturais necessários à sobrevivência presente e futura dos paraibanos;*
- *a promoção equilibrada dos meios urbanos e rurais, bem como uma melhor distribuição espacial dos assentamentos humanos, das atividades socioeconômicas e, ainda, da regionalização e interiorização dos equipamentos coletivos;*
- *a reconciliação político-institucional, a qual se assenta no principio do equilíbrio e legitimidade dos atores públicos e privados no campo das ações e das decisões, notadamente nas esferas públicas;*

Parte 2

Paraíba: Políticas Públicas e Ações Estratégicas Prioritárias

Julho 2014

Programa de Governo

Cássio Cunha Lima

Paraíba – Brasil

Reflexões Propositivas:
A Paraíba que Queremos

As propostas de políticas públicas e respectivas prioridades estratégicas, que apresentamos aos paraibanos na Parte II deste documento, constituem um processo em curso, na direção de explicitar a concepção de marcos de governabilidade, centrados nas nossas perplexidades e inquietações com o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a paz social na Paraíba.

Estas indicações, em sua versão preliminar, fazem parte de um ciclo em curso que não se encerra em si mesmo. O escopo dos eixos estratégicos e das ações prioritárias, apontados nos diferentes campos de atuação pública, serão objeto de avaliações, desdobramentos técnicos e operacionais, visando à convergência e à consistência de nossos enunciados, sobremodo no que concerne à tradução de seus efeitos e de suas consequências nos planos qualitativos e quantitativos.

Em que pesem, neste momento, os limites de tempo e de possibilidades técnicas, neste esforço em conceber visões e ações estratégicas para a Paraíba que queremos, buscamos traçar um cenário das diferentes áreas abordadas, de modo a configurar os nossos desejos e nossas opções políticas, no ensejo de uma governabilidade ousada, corajosa e responsável.

Neste sentido, abriga este documento a constante preocupação e, a partir dela, as renitentes inquietações, as quais alimentam os nossos indeclináveis propósitos em considerar, sempre, que os paraibanos são os sujeitos e objetos das ações propostas e daquelas que serão realizadas.

Finalmente, é preciso ressalvar que lacunas, imprecisões e a ausência de eventuais intervenções públicas, requeridas e desejadas, deverão ser supridas pelo compromisso da realização de um Planejamento de Governo que, em escala e conteúdo, deverá aprofundar todas as problemáticas, as mais decisivas, que afetam a trajetória da Paraíba. Este Plano de Governo obedecerá o imprescindível rito e o exercício democrático.

O que está proposto, aqui e agora, reflete, pela sua extensão e pelo conteúdo, apenas o compromisso e o entendimento de que a Paraíba que queremos tem de ser – e será – diferente.

Educação e Cultura

Escola é lugar de educar-se,
de conviver, de ser feliz!
Paulo Freire

Educação para o Desenvolvimento:
Por uma Paraíba mais Humana

Ao apresentarmos uma proposta para a Educação no Estado da Paraíba adotamos quatro pressupostos estruturantes:

Fazer da Paraíba um Estado Educador

A Paraíba tem um enorme potencial na educação, como força transformadora. Possui mais de cinco mil estabelecimentos escolares, três universidades públicas (UFPB, UFCG e UEPB), um Instituto Federal (o IFPB) e conta com profissionais competentes, que precisam ser valorizados. *Fazer da Paraíba um Estado educador é o nosso maior propósito.* Significa promover a educação não apenas como um direito humano e constitucional, mas, também, promover dinâmicas de criação e disseminação do conhecimento como um bem público, a serviço do desenvolvimento humano e justo do Estado. Implica fazer da Paraíba, por meio de suas instituições educativas e culturais, de seus meios de comunicação, de suas empresas públicas e privadas, um livro aberto para a formação ao longo da vida de todos os seus cidadãos.

A Educação para o Desenvolvimento Humano

O projeto de educação que estamos apresentando à Paraíba está centrado no desenvolvimento humano e justo, pelo combate à pobreza e à exclusão e pela construção da equidade. Pensar uma educação nestas bases implica *propor uma escola renovada por dentro, mais humanizada e mais humanizadora, que atenda às expectativas e necessidades daqueles que nela estudam. Uma educação voltada para o trabalho* como condição para uma existência digna atual e, sobretudo, futura. *Significa construir um currículo inovador, interdisciplinar, contextualizado*, que forme os sujeitos com sólida base científica, tecnológica, cidadã e ética, capaz de dominar competências, habilidades e conhecimentos necessários à construção de uma sociedade contemporânea economicamente produtiva, ambientalmente sustentável, socialmente justa e humana e politicamente participativa.

Um Projeto de Educação

Pensar uma educação ampla exige mais que a formulação de programas e projetos isolados, fragmentados, que sobrecarregam o cotidiano da gestão escolar e nem sempre atendem aos anseios da comunidade e às exigências do mundo contemporâneo. *Pensar uma educação com qualidade supõe a construção coletiva de um projeto ousado de educação que responda aos enormes desafios do Estado,* que se encontra afastado da sociedade, especialmente daqueles que mais precisam. Para isso é preciso articular a educação intersetorialmente com as políticas de cultura, de ciência e tecnologia, de trabalho, de bem-estar, de saúde, de segurança.

Uma Educação para a Reconciliação Social e para a Democracia

Estado, Governo e Educação atuam, nos três últimos anos, na Paraíba, de forma desconectada. Faz-se urgente um processo de reconciliação, de modo que a educação coopere para que Estado e Governo exerçam as políticas públicas com compromisso social. A educação contribuirá para o diálogo, para a escuta democrática da sociedade, para a convivência solidária, para um Governo pautado pela consciência do serviço e não do usufruto do poder, para um Estado que se compreenda de todos, resgatando as enormes diferenças sociais, para a construção de uma sociedade pacífica, respeitadora das diversidades, marcada por um desenvolvimento humano com sustentabilidade.

De Onde Partimos:
Uma Visão Diagnóstica

Partimos de uma visão diagnóstica da atual realidade da educação básica e superior no Estado da Paraíba e partimos, também, da longa experiência que tivemos na gestão estadual e em outros tantos serviços públicos prestados à Paraíba e ao Brasil, para fazermos um governo planejado coletivamente e socialmente justo.

Oferta do Ensino: Expansão ou Estagnação?

A população da Paraíba assistiu ao fechamento de mais de 200 escolas da rede estadual, nos últimos três anos, num profundo desrespeito ao princípio constitucional do direito de todos à educação.

No nosso primeiro governo, a estratégia adotada foi a da abertura de novas matrículas. Levamos o Ensino Médio para mais de 50 municípios em que não existia uma sala sequer desta etapa da educação básica. O Governo cumpriu com o seu dever de levar o ensino médio para todos os municípios da Paraíba.

A Paraíba vive, na atualidade, uma expressiva *redução* na oferta do ensino público. São quase 60 mil alunos a menos na rede estadual, nos últimos três anos, o que gera não apenas uma omissão do Estado para com a cidadania, mas também a redução do financiamento, já que vinculado à expansão da rede e ao número de alunos.

A perda de matrícula se deu praticamente em todas as etapas e modalidades de ensino, inclusive no ensino médio, responsabilidade direta do Estado. O caso da educação do campo merece

particular destaque. Pelo Censo Escolar de 2013, apenas um pouco mais de 15 mil alunos estudavam na área rural. No Ensino Médio, são apenas 1.807 alunos. A construção de políticas para o desenvolvimento do campo passa necessariamente pela garantia do direito à educação e pela preparação para o trabalho.

De forma positiva, no nosso governo o Ensino Fundamental se expandiu de oito para nove anos. Foram abertas, de forma pioneira, escolas de educação profissional.

A Qualidade: Uma Utopia ou uma Realidade?

A qualidade da educação será o nosso maior desafio. Não basta apenas garantir o acesso à escola, é preciso assegurar uma educação com qualidade, como preceitua a Constituição Federal. No caso da Paraíba, dois parâmetros demonstram a *estagnação* da qualidade.

O primeiro diz respeito à distorção idade-série/ano, que se configura como causa e consequência da baixa qualidade, atuando como um círculo vicioso que impede o avanço da aprendizagem. Segundo dados do Censo Escolar de 2012, 40% dos alunos que ingressaram no primeiro ano do ensino médio apresentavam histórico de repetência ou de multirrepetência escolar. Este problema começa nos anos iniciais do Ensino Fundamental que apresenta, na Paraíba, uma taxa de 29,9%, e se agrava nos anos finais, com uma taxa de 46%. Comparando com o último ano de nosso governo (2008), constatamos que, em relação ao ano de 2012, a distorção aumentou no Ensino Fundamental (9%) e no Médio (3%). É preciso romper esta lógica, garantindo que os alunos aprendam na idade certa. Isto não significa aprovação em massa, sem critérios pedagógicos, ao contrário, exige maior desempenho pedagógico por parte de toda a comunidade escolar e da Secretaria para garantir que todo aluno efetivamente aprenda.

O estudo dos dados de rendimento escolar demonstra que as taxas de aprovação, reprovação e abandono permaneceram praticamente inalteradas no confronto entre 2008 e 2012, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Ou seja, **a profusão de programas e projetos e o volume de recursos empreendidos não geraram impacto no cotidiano, o que demonstra graves problemas de ineficiência na gestão educacional, por parte do governo.**

Estes problemas se somam a outros relacionados à falta de uma política clara de valorização do magistério, ao pouco diálogo transparente e horizontal com as comunidades escolares, à morosidade no atendimento das necessidades de manutenção e infraestrutura das escolas, entre outros.

A construção da qualidade exige ações estruturantes e diversificadas. No nosso governo, para correção da distorção idade-série/ano foram implantados programas, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, que atenderam a 50 mil alunos. O programa A Base é Fundamental atendeu a 52 mil alunos.

- *Para **reduzir o analfabetismo** entre jovens e adultos, o nosso Governo matriculou 540 mil alunos;*
- *Para **ampliar o acesso dos estudantes** do ensino médio público à Universidade, o Estado realizou o programa RUMO À UNIVERSIDADE, tendo atendido 65 mil alunos;*
- *A UEPB passou a oferecer, por meio de **cotas**, vagas para os egressos do Ensino Médio da escola pública;*

- *Não há como fazer qualquer reforma educacional sem a **qualificação do magistério**. Por isso, o governo do Estado implantou, logo no primeiro ano de gestão,(2003) o PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO – PCCR, promoveu a MELHORIA SALARIAL do MAGISTÉRIO (cerca de 130% de reajuste no período de governo) e realizou CONCURSO para o MAGISTÉRIO, no ano 2005, 1500 vagas, e no ano 2008, 500 vagas. Investiu fortemente em formação dos educadores, especialmente por meio do SEF (Seminário Estadual de Formação) e da implantação do programa de formação inicial e continuada, em parceria com as Universidades Públicas;*
- *O Estado construiu o **Plano Estadual de Educação**, de forma participativa e democrática, e realizou o PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS, em parceria com o MEC;*
- *No âmbito da gestão, o nosso primeiro governo instaurou e respeitou o procedimento de **Eleições Diretas para Diretores Escolares** e criou o PDDE-PB, **Programa Dinheiro Direto na Escola-Paraíba**.*
- *No âmbito da infraestrutura, foram realizadas **ampliação e reforma** de 370 escolas, **construção** de 36 escolas, implantação de 300 **laboratórios de informática**, distribuição de **equipamentos e mobiliários** – mais de R$ 30.000.000,00 com carteiras, computadores, fogões, geladeiras, freezers, armários, ventiladores, carteiras escolares. Além do **transporte escolar,** em parceria com os municípios, e **distribuição de fardamento** (1,6 milhão de peças).*

O Ensino Superior: Garantia ou Redução da Autonomia?

A Paraíba conta, desde 1987, com uma Universidade Estadual. Em 2003, no nosso primeiro ano de governo, a Universidade participou ativamente da construção de um ponto de inflexão na sua história: a política de autonomia financeira. Isto possibilitou um crescimento exponencial da Universidade, com aumento de cursos e de *campi*. A UEPB vem exercendo vanguarda acadêmica, por meio de ampla e diversificada oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, além de cursos técnicos, e do investimento na pesquisa e na extensão. A modernização da UEPB, a sua política de qualificação do magistério, a sua atuação como polo cultural, a sua capacidade de influenciar no desenvolvimento local são marcas da Universidade, são caminhos trilhados pela comunidade acadêmica.

Na atualidade, a UEPB sofre com a instabilidade que desrespeita o cumprimento da autonomia, o que desarticula e prejudica a sua atuação. Uma Universidade é um patrimônio público, com valor inestimável pelo alcance da sua missão. A retomada da autonomia é uma necessidade urgente e um compromisso do nosso futuro governo.

Onde Queremos Chegar:
Principais Eixos Estratégicos da Educação

Queremos implantar uma política sistêmica para a educação, que rompa com a fragmentação de programas e projetos. Não nos interessam apenas os indicadores dos resultados educacionais.

Queremos, sim, que o Estado cumpra com zelo e com responsabilidade a sua função de educar para a cidadania, para o trabalho e para o desenvolvimento humano. A edificação de políticas educacionais não é ato espontâneo, exige planejamento coletivo, gestão, acompanhamento, monitoramento e replanejamento.

Apresentamos a seguir os principais eixos estratégicos da educação estadual para os próximos quatro anos:

Novo Plano de Educação para o Estado da Paraíba

- *Construção da Paraíba como Estado Educador;*
- *Construção de um novo Plano de Educação para o Estado da Paraíba, em consonância com o novo Plano Nacional de Educação, focado no desenvolvimento humano, com a participação das diversas instituições educacionais e dos diversos segmentos sociais;*
- *Democratização do acesso com ampliação da permanência e com qualidade pedagógica e social;*
- *Atenção especial e integral a todas as escolas sem professores, com problemas graves de infraestrutura, com indicadores de aprendizagem insuficientes e sem comunicação.*

Expansão do Ensino e Continuidade dos Estudos

- *Concentração de esforços para a universalização do Ensino Fundamental e Médio;*
- *Expansão da EJA, da Educação Especial, da Educação do Campo e garantia do direito à educação para indígenas, quilombolas, ciganos e privados de liberdade;*
- *Expansão da Educação Profissional, incluindo as formas de integração com o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a EJA;*
- *Preparação para o ENEM, para ampliar a entrada no ensino superior;*
- *Apoio técnico aos Municípios para expansão da Educação Infantil.*

Foco no Ensino e na Aprendizagem

- *Apoio prioritário aos projetos pedagógicos de cada unidade escolar, com foco na melhoria das relações de ensino e aprendizagem;*
- *Educação voltada para o mundo do trabalho, por meio da implantação da educação para o empreendedorismo e do fortalecimento de cursos técnicos, oferecidos pelo Estado e por parceiros;*
- *Fortalecimento do ensino médio, como parte de uma política para a juventude, que inclui educação, formação profissional, cultura e engajamento na vida social. Um novo ensino médio que permita criar diferentes trajetórias, auxiliando o jovem na transição escola-trabalho ou na transição ensino médio-universidade, a seu critério;*
- *Construção e/ou implantação das diretrizes e referenciais curriculares, considerando as diversas áreas do conhecimento, a realidade escolar da Paraíba, bem como a valorização dos saberes populares, envolvendo a comunidade escolar e acadêmica na sua formulação;*

- *Desenvolvimento de ações, em conjunto com gestores e professores, para fazer da escola um ambiente acolhedor e prazeroso de ensino e de aprendizagem;*
- *Incentivo aos professores para serem praticantes da pesquisa em suas aulas e para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, de modo a propiciar a organização de uma nova ação educativa que venha resolver ou amenizar os problemas educacionais;*
- *Atenção especial aos alunos com baixa aprendizagem escolar, visando fortalecer as aprendizagens, especialmente em português e matemática;*
- *Instalação de novas escolas de segundo idioma;*
- *Aquisição e dinamização do uso de equipamentos e materiais pedagógicos;*
- *Fortalecimento do uso das mídias, com foco pedagógico, que considere o novo perfil de "aluno digital" e que construa uma pedagogia também digital;*
- *Criação de banco de aulas, a partir da seleção de experiências apresentadas pelos professores.*

Escola de Educação Integral

- *Expansão contínua da escola de educação integral, com prioridade às áreas e aos alunos mais vulneráveis. A implantação da escola integral deve se dar gradualmente, e com o ajuste necessário dos modelos pedagógicos. A escola de educação integral não se confunde com atividades no turno oposto. É uma nova forma de organização do trabalho pedagógico escolar, que amplia o tempo e instaura uma nova qualidade para a formação integral do aluno;*
- *Garantia de condições de infraestrutura adequada, de corpo docente, técnico e administrativo qualificado.*

Estudar na Idade Certa

- *Toda criança alfabetizada até os oito anos de idade;*
- *Redução da distorção idade-série/ano no Ensino Fundamental e Médio.*

Educação Profissional e Tecnológica

- *Educação Tecnológica e Profissional articulada às vocações produtivas e ao projeto de desenvolvimento humano de cada região do Estado;*
- *Promoção de cursos de educação profissional integrados à elevação de escolaridade (ensino fundamental e médio) para jovens, adultos, pessoas com deficiência, que considerem e respeitem suas necessidades e potencialidades, permitindo sua inserção no mercado de trabalho;*
- *Ampliação do domínio do uso das mídias digitais por parte de alunos, professores e comunidade escolar, promovendo ações de formação;*
- *Garantia, progressiva, de internet em todas as salas de aula de todas as escolas da rede estadual;*
- *Instituição de Programas de iniciação científica, em parceria com as Universidades;*

- *Fortalecimento da Educação a Distância no ensino médio e profissional, na EJA e como estratégia de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, incluindo acesso a plataformas digitais de aprendizagem e modelos novos de organização das classes e das aulas que estimulem o ensino e o aprendizado;*
- *Promoção de intercâmbio de alunos do Ensino Médio, dentro e fora do país;*
- *Concessão de bolsas de apoio à pesquisa.*

Aprender e Educar ao Longo da Vida

- *Envidar todos os esforços para a diminuição significativa do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos;*
- *Assegurar a continuidade dos estudos na EJA, por meio de oferta diversificada em Centros de Estudos e em Escolas;*
- *Implantação das Comissões Permanentes de Exames Supletivos, de responsabilidade do Estado;*
- *Fortalecimento da EJA profissional;*
- *Fortalecimento da EJA prisional.*

Educação Inclusiva

- *Promoção da inclusão na escola de pessoas com deficiência;*
- *Fortalecimento da articulação das escolas com a FUNAD para garantia do Atendimento Educacional Especializado – AEE.*
- *Implantação do serviço de itinerância, garantindo o acompanhamento periódico aos alunos com deficiência por meio de uma equipe multidisciplinar;*
- *Implantação de escolas bilíngues de LIBRAS;*
- *Garantia de atendimento educacional a alunos hospitalizados;*
- *Garantia de acessibilidade na infraestrutura das escolas, salas de recursos multifuncionais, mobiliário e transporte adaptados, quando necessário;*
- *Promoção de ações de inclusão para ajudar alunos em situação de risco social (como trabalho infantil, drogas, violência).*

Arte, Literatura e Esporte na Escola

- *Fortalecimento da arte e da cultura na escola, por meio do apoio a ações permanentes de formação em teatro, dança, música, artes plásticas e bandas marciais, com ênfase na cultura local e paraibana;*
- *Desenvolvimento de parcerias com entidades culturais para ampliação do acesso de alunos e professores ao teatro, cinema, mostras e projetos culturais;*
- *Ampliação do acesso a obras de literatura, textos científicos e culturais, obras clássicas de referência, materiais específicos para o estudo da Paraíba, livros didático-pedagógicos de apoio ao ensino e à aprendizagem nas escolas;*

- *Ampliação e fortalecimento do trabalho nas Bibliotecas Escolares ou Salas de Leitura;*
- *Fortalecimento do Plano Estadual de Leitura;*
- *Fortalecimento da educação física e do desporto escolar, qualificando os professores, ampliando a infraestrutura escolar (quadras e ginásios), além da realização de jogos estudantis;*
- *Realização de programas desportivos e culturais em conjunto com as famílias, de modo a promover a integração da escola com a comunidade, colocando os equipamentos escolares a serviço da integração e do crescimento do bairro.*

Escola, Diversidade e Desenvolvimento Humano

- *Expansão, em diálogo com os diversos segmentos sociais, do atendimento educacional no campo e nas áreas quilombolas e indígenas, assim como aos ciganos e aos privados de liberdade, fortalecendo os projetos pedagógicos específicos, com valorização e respeito à diversidade;*
- *Enriquecimento curricular por meio da Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Etnicorraciais, Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Educação Ambiental e Sustentável, Educação para a Paz e para a Cidadania;*
- *Desenvolvimento de proposta pedagógica de ensino adaptado ao conhecimento, cultura e manejo do mundo rural, notadamente para a convivência com o semiárido e com os ciclos de estiagens;*
- *Reconhecimento social e político da escola como agente de transformação da condição humana em nível local e regional;*
- *Mapeamento de situações de discriminação, de preconceitos, de práticas de violência e de exploração do trabalho infantil, bem como de consumo de drogas e de gravidez precoce entre os adolescentes e jovens, buscando desenvolver, pela educação, ações de formação e prevenção em colaboração com a família e com os órgãos públicos;*
- *Formação de gestores e professores para processos de mediação de conflitos e construção de uma cultura de paz;*
- *Articulação das políticas educacionais às políticas intersetoriais, com vistas ao desenvolvimento humano integrado no Estado da Paraíba.*

Gestão Democrática e Informatizada

- *Gestão democrática, transparente e participativa, com ênfase no diálogo como principal elemento da gestão;*
- *Garantia e respeito da eleição direta para os diretores escolares, atrelada ao desenvolvimento com êxito do projeto da escola;*
- *Investimento na formação continuada dos gestores escolares para o exercício inovador, competente e comprometido das suas funções;*
- *Implantação de sistemas inteligentes e informatizados de gestão educacional para matrícula e diário de classe on-line, gestão pedagógica, de pessoal, de patrimônio e de recursos financeiros;*

- *Garantia a professores e alunos da rede estadual de acesso gratuito à* internet, *conta própria de* e-mail *e acompanhamento de presença e aproveitamento escolar, aos pais, também pela* internet;
- *Ampliação da participação da comunidade na vida escolar;*
- *Monitoramento e acompanhamento permanentes das ações educativas;*
- *Retomada do programa de autonomia financeira das escolas com recursos estaduais;*
- *Fortalecimento dos conselhos educacionais com participação de pais e sociedade;*
- *Fortalecimento do controle social no uso dos recursos da educação;*
- *Desenvolvimento de ações visando à segurança da comunidade e do patrimônio público escolar;*
- *Realização de Congresso de Educação, bianual, assim como de seminários e conferências, garantindo a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar;*
- *Diálogo permanente com instâncias representativas da sociedade e dos educadores, como o Fórum Estadual de Educação, o Comitê de Educação do Campo, o Fórum de EJA, o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente da Paraíba, a CONAE–PB, os Sindicatos e Associações, entre outros.*

Docência Profissionalizada

- *Humanização das relações com docentes, técnicos e gestores, promovendo canais de escuta e reflexões sobre temas pedagógicos;*
- *Valorização do magistério e demais profissionais da Educação, com revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, com incentivo à formação docente aliada à inovação pedagógica, com investimentos no cuidado e na saúde do professor;*
- *Garantia do pagamento do Piso Salarial Nacional do Magistério, nos termos definidos em lei;*
- *Reestruturação dos mecanismos de 14º e 15º salários em função das metas de desempenho;*
- *Forte investimento na formação inicial e continuada dos professores, em articulação com as Instituições de Ensino Superior da Paraíba;*
- *Criação de mecanismos para agilizar a substituição temporária de professores, evitando o comprometimento das atividades escolares e de apoio;*
- *Promoção de formação para os demais profissionais da educação, como merendeiras, vigilantes, técnicos administrativos, secretárias escolares;*
- *Melhoria da infraestrutura, dos equipamentos e mobiliários para adequação, humanização e modernização do ambiente escolar.*

Estudante Motivado e Família na Escola

- *Os jovens paraibanos têm muito potencial e talento. Precisamos motivar os alunos a ter na educação um projeto de vida. Cabe ao Estado garantir as condições*

necessárias para que os estudantes cursem com êxito a escola, assegurando alimentação escolar saudável, transporte escolar seguro, livro didático de qualidade, fardamento escolar e materiais didáticos;

- *Motivação das famílias para a participação na educação de seus filhos e netos, incrementando novas formas de diálogo;*
- *Criação de um sistema de bolsas de estudo para estimular o desenvolvimento de projetos sociais para os alunos do Ensino Médio.*

Observatório da Vida Acadêmica do Estudante e Sistemas de Avaliação

- *Para o acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes, será implantado um Observatório da Vida Acadêmica do Estudante;*
- *Para o acompanhamento permanente do desempenho escolar, serão instituídos sistemas de avaliação internos e externos da educação básica, contando com a participação dos professores e gestores no seu desenho e na sua implantação.*

Novos Arranjos Educacionais Locais e Implantação dos Territórios da Educação

- *Diálogo permanente com Prefeitos, Secretários e Conselhos Municipais de Educação para implantação, no âmbito de cada Município, de novos arranjos educacionais locais que promovam o fortalecimento da educação pública;*
- *Realização de parcerias para garantir, em regime de colaboração com os Municípios, a universalização do ensino obrigatório de 04 a 17 anos, até o ano 2016, como apregoa a Emenda Constitucional Nº. 59/2009;*
- *Apoio técnico à elaboração dos Planos Municipais de Educação;*
- *Implantação dos **territórios da educação**, inicialmente nos vinte municípios com mais baixo desempenho educacional. O plano territorial da educação, nestes territórios, é o principal elemento indutor do desenvolvimento humano sustentável.*

Autonomia da UEPB Restabelecida

- *Fortalecimento da gestão democrática da UEPB, com a garantia de que o Reitor eleito pela comunidade acadêmica será o Reitor empossado pelo Governo do Estado;*
- *Retomada do respeito à autonomia financeira da UEPB, em observância aos dispositivos legais, frutos da conquista da comunidade acadêmica e instaurada no nosso governo;*
- *Criação de condições para a melhoria da articulação entre a UEPB e a educação básica pública, por meio da formação dos professores, programas de extensão, pesquisas sobre a qualidade do ensino, cotas para alunos egressos das escolas públicas.*

Uma Nova Perspectiva para a Cultura:
Multiplicidade de Expressões

A igualdade e a plena oferta de condições para a expressão e fruição culturais são cada vez mais reconhecidas como parte de uma nova geração dos direitos humanos. Mas, para que tais direitos sejam incorporados ao cenário político e social brasileiro é necessário que um amplo acordo entre diferentes setores defina um referencial de compartilhamento de recursos coletivos.

Com frequência, a política cultural é pensada com ênfase exclusiva nas artes consolidadas. Considerando-se que a diversidade cultural é o maior patrimônio da população faz-se necessário transcender as linguagens artísticas, sem contudo minimizar sua importância. A ideia é adotar uma perspectiva ampliada, que articule as diversas dimensões da cultura.

Adotando uma abordagem antropológica abrangente, retoma-se o sentido original da palavra cultura e se propõe a "cultivar" as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Para desfazer relações tão desiguais e tecer uma complexa rede que estimule a diversidade, é necessária a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura se manifesta. As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, elevação da autoestima e laços de identidade entre os paraibanos.

Os indicadores de acesso a bens e equipamentos culturais na Paraíba refletem conhecidas desigualdades. Apenas uma pequena parcela da população tem o hábito da leitura, poucos frequentam teatros, museus ou cinema. Nos 223 municípios são raros os que possuem equipamentos culturais de qualquer natureza e, quando existem, com frequência, apresentam graves deficiências estruturais e físicas.

A realidade atual ainda registra outros aspectos importantes. O Governo do Estado, ao longo dos anos, efetuou arranjos orçamentários que desprestigiaram a importância da Cultura. Chama a atenção o fato de que o Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos – FIC, nos últimos quatro anos, só promoveu um único edital. Quanto ao FENART, pior, não é realizado desde 2010.

O acesso da população à cultura pode se traduzir por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição, da intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais, respeitando-se os direitos autorais e os direitos de acesso, levando-se em conta os novos meios e modelos de difusão e fruição cultural.

Para o alcance desses objetivos, torna-se imperativa a regulação das "economias da cultura", de modo a evitar os monopólios comerciais, a exclusão e os impactos destrutivos da exploração predatória do ambiente cultural e dos valores simbólicos a ele relacionados. Será necessário apoiar de forma qualitativa o crescimento econômico paraibano e para isso, fomentar a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. Inserida em um contexto de valorização da diversidade, a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda e, como tal, protegida e promovida pelos meios ao alcance do Estado.

Valores e Conceitos

Cultura, um conceito abrangente: expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento – A cultura é constitutiva da ação humana: seu fundamento simbólico está sempre presente em qualquer prática social. Entretanto, no decorrer da história, processos colonialistas, imperialistas e expansionistas geraram concentrações de poder econômico e político produzindo variadas dinâmicas de subordinação e exclusão cultural. Na atualidade, como reações a esse processo de homogeneização cultural induzida em âmbito local e mundial surgem iniciativas voltadas para a proteção e afirmação da diversidade cultural da humanidade. Tal perspectiva pressupõe maior responsabilidade do Estado na valorização do patrimônio material e imaterial. Por essa ótica, a fruição e a produção de diferentes linguagens artísticas consolidadas e de múltiplas identidades e expressões culturais, que nunca foram objeto de ação pública na Paraíba, afirmam-se como direitos de cidadania. O povo paraibano é reconhecido por deter um enorme potencial criativo e um amplo espírito empreendedor. Temos uma economia com potencial, mas baseada em um modelo que não alavanca tais virtudes. Nesse contexto, reconhece-se hoje a existência de uma economia da cultura que, bem regulada e incentivada, pode ser vista como vetor de desenvolvimento essencial para a inclusão social através da geração de ocupação e renda.

A cultura paraibana é dinâmica: expressa relações entre passado, presente e futuro de nossa sociedade – A dinâmica cultural não pode ser pensada sem que se leve em conta a dialética entre a tradição e a inovação. Articulações entre elementos históricos e processos de (re)invenção cultural povoaram nosso passado, transformam o presente e apontam caminhos para um futuro com maior conexão entre cultura e cidadania. As fronteiras entre as expressões populares e eruditas, o conceito de patrimônio histórico, os cânones consagrados das linguagens artísticas e a própria noção de direitos autorais não são concepções estáticas, pois estão em constante processo de atualização. Portanto, são necessárias constantes interlocuções entre os legados de nossas matrizes culturais fundadoras, as linguagens do campo artístico, as dinâmicas territoriais locais e as demandas dos cidadãos das diferentes faixas etárias, situações profissionais, condições de vida e opções religiosas, políticas e sexuais. Tudo isso deve ser observado, especialmente sob o ponto de vista das oportunidades e implicações do uso das novas tecnologias de comunicação e informação, que caracterizam o mundo contemporâneo, digital e globalizado. Em favor da diversidade, cabe ao poder público tanto preservar e avivar a memória nacional quanto garantir o pluralismo cultural, com seu caráter experimental e inovador.

As relações com o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais – A natureza é indissociável da cultura: integra-se fundamentalmente e de forma provedora a uma série de formas de vida, identidades, imaginários e manifestações simbólicas da população paraibana. É imprescindível ao poder público projetar suas diretrizes tomando como referência a biodiversidade e sua relação com os modelos de manejo assentados em culturas ancestrais. A valorização das formas culturais e tecnológicas que preservam a natureza deve integrar-se a formas de uso sustentável.

A sociedade gera e dinamiza sua cultura, a despeito da omissão ou interferência autoritária do Estado e da lógica específica do mercado – Não cabe aos governos ou às empresas conduzirem a produção da cultura, seja ela erudita ou popular, impondo-lhe hierarquias e sistemas de valores. Para evitar que isso ocorra, o Estado deve permanentemente reconhecer e apoiar práticas, conhecimentos e tecnologias sociais, desenvolvidos em todo o Estado, promovendo o direito à emancipação, à autodeterminação e à liberdade de indivíduos e grupos. Cabe ao poder público estabelecer condições para que as populações que compõem a sociedade possam criar e se expressar livremente a partir de suas visões de mundo, modos de vida, suas línguas, expressões simbólicas e manifestações estéticas. O Estado deve ga-

rantir ainda o pleno acesso aos meios, acervos e manifestações simbólicas de outras populações que formam o repertório da humanidade.

Estado deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais – A cultura deve ser vista como parte constitutiva de um projeto global de desenvolvimento de um Estado. Uma democracia plural precisa contar com o papel indutor do poder público e com sua visão estratégica para estabelecer e zelar pelo cumprimento de regras equitativas de distribuição dos bens coletivos. A cultura, como campo de políticas de Estado, ultrapassa o tempo dos governos. Ao Estado cabe assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura, instituindo mecanismos duradouros de planejamento, validação, promoção e execução. Com esse objetivo, deve também garantir as fontes de financiamento e os recursos materiais e humanos necessários para a superação das disparidades regionais e diversificações culturais. Uma real democratização do acesso aos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos na cultura deve gerar efeitos positivos em diferentes dimensões da vida social. As relações entre políticas de cultura e as demais políticas setoriais de Estado são fundamentais para assegurar os níveis desejados de transversalidade e integração de programas e ações. Conjugar políticas públicas de cultura com as demais áreas de atuação governamental é fator imprescindível para a viabilização de um novo projeto de desenvolvimento para o Estado.

À Secretaria de Cultura do Estado cabe formular, promover e executar políticas, programas e ações na área da cultura – A SEC não pode ser identificada exclusivamente como um mero repassador de recursos. Sua atuação deve se dar por meio da formulação de políticas públicas e de sua execução, de acordo com os princípios que regem a administração pública, do ponto de vista do pacto federativo brasileiro. Como um agente ativo e indutor da implementação de programas de Estado, a SEC tem pela frente as tarefas de promover interlocuções e entendimentos entre diferentes protagonistas da área cultural e executar ações abertas à gestão compartilhada com ministérios afins e órgãos estaduais e municipais. São suas atribuições, ainda, incentivar iniciativas que envolvam entes federados e organizações da sociedade civil e contribuir para a criação de redes de cooperação e implementação de conselhos e fóruns. A finalidade destes será congregar representantes do poder público e da sociedade civil para que acompanhem, validem e avaliem as políticas.

Segmentos e Intersetorialidade

- ***Linguagens Artísticas:***
  - *Proporcionar a capacitação e a profissionalização dos trabalhadores culturais como política estratégica para as linguagens e a experiência estética;*
  - *Ampliar o reconhecimento da multiplicidade das artes e dos artistas visuais;*
  - *Tornar a Paraíba um grande produtor e exportador de audiovisual;*
  - *Valorizar e estimular a circulação das diversas práticas de dança;*
  - *Ampliar o acesso à produção e leitura de obras literárias. Estimular a atividade literária nas escolas da Educação Básica;*
  - *Tornar a música popular um elemento dinamizador da cidadania e da economia;*
  - *Estabelecer uma política estadual de formação profissional, pesquisa, registro e difusão da música de concerto;*
  - *Ampliar o público e valorizar a inovação e a diversidade da produção teatral paraibana.*

- ***Manifestações Culturais:***
  - *Fortalecer o uso do português e valorizar as línguas indígenas;*
  - *Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares;*
  - *Promover a culinária como registro e expressão Cultural Paraibana.*
- ***Identidades e Redes Socioculturais:***
  - *Considerar a diversidade na perspectiva multidimensional da cultura;*
  - *Reconhecer, qualificar e apoiar a experiência de ONGs e grupos culturais atuantes em comunidades pobres e vulneráveis;*
  - *Qualificar a vivência cultural na infância, juventude e terceira idade;*
  - *Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural afro-brasileiro;*
  - *Reconhecer e valorizar as culturas indígenas e suas expressões simbólicas como vetor de enriquecimento humano.*
- ***Políticas Gerais:***
  - *Combater as desigualdades regionais e desconcentrar a infra-estrutura e os meios de acesso cultural;*
  - *Valorizar e reestruturar a Orquestra Sinfônica da Paraíba;*
  - *Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus;*
  - *Ampliar o uso dos meios digitais de expressão e acesso à cultura e ao Conhecimento;*
  - *Fortalecer a esfera autônoma da crítica como elo indispensável na dinâmica Cultura.*
- ***Políticas Inter setoriais***
  - *Incorporar a dimensão territorial na implementação da política de cultura, valorizando o enfoque da cultura de paz no combate a violência;*
  - *Contribuir para qualificar a educação formal e formação cidadã dos Paraibanos;*
  - *Reconhecer a inovação científica e tecnológica como valor estratégico para a cultura;*
  - *Desenvolver o turismo cultural sustentável através da valorização da diversidade.*
- ***Gestão Pública e Participativa***
  - *Ampliar as capacidades de planejamento e gestão da política de cultura na Paraíba;*
  - *Diversificar e fortalecer as fontes de financiamento das políticas culturais;*
  - *Garantir a participação da sociedade civil na gestão da política de cultura.*

Segurança Cidadã e da Paz Social:
O Cenário Atual

As questões concernentes à defesa social e segurança pública, pela sua dimensão e níveis alarmantes de violência e criminalidade contra as pessoas e o patrimônio privado, atingiram proporções preocupantes, em período recente, projetando a Paraíba urbana e rural a patamares de descontrole, com efeitos sociais nivelando-se a uma verdadeira calamidade pública.

De acordo com os recentes estudos dos Relatórios da ONU e Nacionais, a Paraíba apresentou um elevadíssimo aumento no número de homicídios, ultrapassando os índices da Região Nordeste e do Brasil, a partir do ano de 2009, com a taxa de 33,7 homicídios por cem mil habitantes, o que representou, em números absolutos, 1.269 homicídios naquele ano. Esses números chegaram ao seu ápice no ano de 2011, quando o número de homicídios atingiu 1.619 e a taxa de homicídios por 100 mil habitantes alcançou o patamar de 42,7.

Essa realidade revela que estamos vivendo uma clara situação de violência endêmica, projetando negativamente nosso Estado e a sua Capital no cenário nacional e mundial, com efeitos sociais e econômicos extremamente danosos para a sua população, isto porque João Pessoa e Campina Grande passaram a figurar entre as trinta cidades mais violentas do mundo.

Esse quadro de violência generalizada que vem vitimizando pessoas dos mais diversos segmentos sociais demonstra que as autoridades perderam o controle da situação e, além do medo, também vem gerando um clamor social que exige, tanto do Estado como de cada indivíduo da sociedade, união de esforços para juntos superarmos os complexos problemas de insegurança que vêm segregando e enclausurando o povo paraibano, tornando-o ainda mais vulnerável.

O clamor social, decorrente do medo generalizado da população diante do cotidiano de violência, desafia o Governo da Paraíba a realizar uma profunda intervenção pública, visando restabelecer os princípios, meios e finalidades da autoridade pública. Os violentos efeitos da criminalidade que se perpetra contra os concidadãos paraibanos atingem diretamente, de modo virulento, a credibilidade e a capacidade do Estado de assegurar a paz social.

Neste momento, com o agravamento do problema da violência, a autoridade, a competência e a responsabilidade do Governo do Estado estão em questão. Esta é uma situação que dramatiza a Paraíba, porque as vitimas se somam aos milhares.

Além da mais profunda insegurança social, estão em crise a capacidade e a eficiência do aparelho estatal em dominar e estancar a escalada das ações violentas, os atos criminosos contra a pessoa humana e seus patrimônios.

À luz dos cidadãos comuns e de suas reflexões fundadas no medo e no abandono, o Estado e a sua responsabilidade pública se apresentam inermes, passivas, aceitando, infelizmente. com naturalidade os violentos crimes contra a vida e a dilaceração das famílias paraibanas.

No cenário atual da violência, em suas diferentes formas, às quais se encontram expressas pelos gravosos e crescentes índices das práticas delituosas que em seus ritmos e diversidades que fraturam a imagem pública que se expressa pela configuração da impotência, da incapacidade estrutural do Governo da Paraíba de estabelecer meios e fins de conter o caos reinante.

A Paraíba, notadamente os seus principais aglomerados urbanos de João Pessoa e de Campina Grande, lidera na atualidade, nos planos nacional e internacional, as estatísticas de eventos fatais que cotidianamente se repetem.

Para estancar o crescimento e diminuir a incidência da violência urbana e rural da Paraíba, é importante demonstrar a determinação e a vontade política de projetar e executar intervenções públicas, de curtíssimo e médio prazo, destinadas a assegurar que o Governo do Estado, em nova gestão político-administrativa, construirá uma nova era de paz e de segurança cidadã.

Este é o sentido da tarefa que o Governo, num esforço sobre-humano, deverá, de imediato, realizar, com o advento de uma nova fase da intervenção pública. Este esforço político institucional deve ter o concurso e a adesão radical da sociedade paraibana, fundados na compreensão de que, quaisquer que sejam os vetores de políticas públicas de prevenção da violência, a Educação para a Paz deverá ser o denominador comum.

Há o entendimento de que a Educação para a Paz, envolvendo profundas mudanças de cultura e de mentalidade no que concerne à instauração de uma nova era de respeito à condição humana e à vida, não pode ser uma tarefa isolada, exclusivamente caudatária das missões e ações dos Poderes Públicos.

Sintomas Atuais da Crise:
Vetores da Ineficiência Pública

A sintomatologia mais determinante da atual crise de insegurança e da consequente violência que invadiu recentemente a Paraíba tem, em sua gênese, evidências facilmente perceptíveis. Sucintamente, estas podem ser qualificadas como sendo as mais importantes:

Falta de Prevenção e Descontrole da Violência:
Crise e Ineficiência da Ação Pública

- *Proliferação rápida e disseminada do consumo e comércio de drogas, num processo coordenado por grupos de narcotráfico, fato aliado ao ineficiente controle dos focos de irradiação das drogas e à expansão do seu generalizado consumo.*
- *Limitada e ineficiente ação dos Poderes Públicos, em especial da esfera Estadual, no acolhimento e tratamento dos dependentes químicos, bem como na reinserção destes no âmbito social, em especial, família e meio comunitário;*

- *Inexistência, quase completa, de ações preventivas, e o consequente descontrole sobre as causas deflagradoras do aumento dos índices de homicídios, e de diferentes formas de violência contra a pessoa, que se materializam à distancia da percepção pública.*
- *Ausência de percepção, mapeamento, monitoramento e de materialização de intervenções preventivas de defesa social e segurança, visando debelar a curva ascendente dos índices da violência nas comunidades periféricas e avessas às práticas criminosas de todos os tipos.*
- *Expansão de focos de marginalidade delinquente nos espaços da juventude que transita na exclusão social e econômica, e convive com elevados índices de prostituição infantil, sendo alvo, ainda, de atos de corrupção de menores. Ausência de mecanismos de controle e apoio ao combate ao consumo de drogas e ao álcool na esfera infantojuvenil.*

Deficiente Gestão Operacional e Financeira: Fragilidades do Sistema de Segurança e Defesa Social

- *A ausência de planejamento estratégico e operacional é um dos mais graves condicionantes do atual quadro de criminalidade e violência. Impõe-se a adoção de eficientes medidas e mecanismos que, em regime de emergência, lograria estancar a extremada situação atual da violência e dos crimes que atentam contra a paz social na Paraíba.*
- *Inadequação dos meios de intervenção, em especial de contingentes policiais, face às demandas de prevenção e repressão aos crimes comuns e organizados.*
- *Desarticulação das ações do sistema de segurança pública, com deficiente colaboração com outros órgãos de atuação policial, bem como inexistente articulação com os municípios.*
- *Disponibilidades orçamentárias e financeiras insuficientes.*
- *Ausência de Policiamento Integrado nas ruas e eixos viários.*
- *Defasagem e graves distorções do tempo-resposta ao atendimento público emergencial em situações de risco, creditadas à falta de efetivo na PM/BM.*
- *Atendimentos ineficientes, ou inexistentes, e ausência de suporte policial ao grande público, atingido por ações de criminosos (fechamento de delegacias).*
- *Ineficiência e descrédito do Centro Integrado de Operações Policiais no pronto atendimento às intervenções policiais.*

Desvalorização Profissional e Descompromisso com a Promoção Humana

- *Descumprimento da política de reposição e ampliação dos quadros dos servidores, com a não realização de novos concursos e consequente ampliação das margens dos déficits de efetivos policiais.*
- *Inexistência de critérios claros e definidos quanto à promoção e designação para cargos de direção no aparato de segurança pública.*

- *Política Salarial discriminatória entre ativos e inativos e adoção de medidas de remuneração artificiais e insuficientes.*
- *Desrespeito às condições pessoais dos servidores envolvidos no aparato de segurança pública, descumprindo direitos e garantias, além de desvalorizá-los no instante decisório.*
- *Polícia Civil e Científica penalizada em termos de missão e eficiência pela indisponibilidade de efetivos técnicos.*

Segurança Cidadã e Paz Social:
Eixos Estratégicos de Ação

Faz-se urgente realizar um esforço coletivo, no sentido de se estabelecer um pacto geral entre Governo e Sociedade, partindo do encaminhamento de propostas estratégicas claras, de curto e médio prazo, que direcionem as intervenções públicas.

Para que o serviço de segurança pública seja universalizado e ofertado com qualidade na Paraíba, bem como ajude a promover a paz social e o desenvolvimento humano e econômico de forma sustentável, acreditamos ser fundamental construirmos uma Política Estadual de Segurança e de Defesa Social edificada com base nos seguintes eixos:

Eixo 1 – Prevenção e Controle da Violência e Instauração de uma Cultura de Paz

- *Instituir redes de prevenção social, com a participação da sociedade civil organizada e dos órgãos de comunicação social, destinadas a educar a população para a cultura de paz;*
- *Ampliar e fortalecer a campanha permanente de desarmamento, conforme preceituado no Estatuto do Desarmamento, dando ênfase à campanha voluntária de entrega e apreensões de armas de fogo, bem como administrar o controle dessas armas;*
- *Criar programas de prevenção à violência para os diversos grupos em situação de vulnerabilidade social (mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, homossexuais);*
- *Fortalecer e ampliar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido pela Polícia Militar em parceria com as Famílias e as Escolas, articulando-o, de forma sistemática, com as ações do trabalho da patrulha escolar e do policiamento comunitário;*
- *Criar núcleos de pacificação nas comunidades para a mediação de conflitos familiares e entre vizinhos, sobretudo no enfrentamento da violência contra a mulher;*
- *Criar Centros de Tratamento e Reabilitação para Dependentes Químicos, nas cidades-polos do Estado;*
- *Instituir redes de proteção social, de forma que se assegure guarida e assistência imediata às vítimas e testemunhas de crimes e de violência;*

- *Estabelecer parcerias para formular e implementar Plano e Programa Estadual de Iluminação Pública (Segurança Às Claras), visando iluminar de forma permanente e adequada os espaços urbanos e rurais;*
- *Implementar vídeomonitoramento em áreas de risco, com o fim de inibir a prática delituosa e aprimorar e racionalizar os mecanismos de pronta-resposta;*
- *Adotar, em todas as regiões do Estado, medidas de controle e fiscalização do funcionamento de bares, boates e similares que tenham registro de prática de crimes violentos letais e intencionais;*
- *Criar redes sociais de comunicação, envolvendo porteiros de condomínios, taxistas, operadores dos transportes coletivos, funcionários da rede hoteleira, vigilantes patrimoniais, agentes de limpeza urbana, agentes comunitários de saúde, com o fim de fortalecer a segurança comunitária;*
- *Expandir o Disque-denúncia em todo o Estado com a criação do* "call center" *Centro da Defesa Social (Módulo de Atendimento Especial – MAE), envolvendo procedimentos eficientes;*
- *Envidar esforços para a implantação dos Programas "Olho Vivo" e "Via Segura", que consistirão em instalações de câmeras de médio e longo alcance, operadas por Unidades de Monitoramento Móvel (UMov) ou Permanente (UMop), em locais de grande concentração e movimentação pública;*

Eixo 2 - Gestão Compartilhada e Integrada

- *Assegurar o processo de Integração e a superior Coordenação das polícias, sob o comando estratégico da Secretaria de Segurança e Defesa Social;*
- *Intensificar as ações do Gabinete de Gestão Integrada, reunindo polícia militar, civil, bombeiros, polícia federal, polícia rodoviária federal, sistema penitenciário, órgãos de inteligência e outros setores de Governo;*
- *Assegurar o desenvolvimento de ações integradas intragovernamentais, com vistas à implantação e eficácia de políticas interdisciplinares de enfrentamento à violência;*
- *Implantar Mesa Permanente (intragoverno) de Avaliação do desempenho e de situações específicas (crises);*
- *Reestruturar, de forma legal e técnico-operacional, os Conselhos Comunitários de Segurança, para que tenham a competente e eficaz autonomia e autoridade fundadas nas ações mutuamente complementares entre Governo e Sociedade;*
- *Envidar esforços para a criação do Comitê Estadual de Inteligência Integrada – CEInt, que articularia todos os órgãos integrantes direta (PM, CBM e PC), ou indiretamente (TJ, MP, PF, PRF e GGCCMM) do Sistema de Defesa Social;*
- *Dar apoio à "Operação Papel Passado", no cumprimento permanente às ordens e deliberações judiciais, em todos os níveis e escalões;*
- *Institucionalizar mecanismos articuladores de polícias para enfrentamento a tipos específicos de delitos ou grupos de ações criminosas;*
- *Consolidar e operar um moderno sistema de processos de aferição efetiva dos fatos delituosos ocorridos, com gestão compartilhada entre a polícia e a sociedade;*

- *Estimular a criação de programas de cooperação entre as comunidades de Segurança e as Universidades e Centros de Pesquisa especializados, objetivando a implantação de Observatório sobre a Violência e a Segurança Cidadã;*
- *Intensificar a articulação e o diálogo institucional entre os setores penitenciários e de segurança pública no âmbito do Governo;*
- *Consolidar e implantar ações no âmbito de uma política de programas de ressocialização, com os parceiros sociais envolvidos e num clima de respeito às ações dos mesmos;*
- *Efetivar o funcionamento do Conselho Estadual da Segurança e da Defesa Social, instituído pela Lei nº 9;577, de 07 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 14;810, de 08 de dezembro de 2011;*
- *Apoiar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, desvinculados do Estado, com o fim de oportunizar a participação popular e, de forma mais ampla e efetiva, garantir o controle social;*
- *Reformular a Ouvidoria de Polícia, atribuindo autonomia e mandato ao seu titular, a ser nomeado pelo Governador do Estado, com base em lista tríplice elaborada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos;*
- *Criar polos regionalizados da Ouvidoria de Polícia no Estado;*
- *Valorizar e garantir o funcionamento do Conselho Estadual de Direitos Humanos, dando cumprimento à lei, assegurando, portanto, dotação orçamentária, designação de profissionais e pessoal administrativo e transporte;*
- *Valorizar e fortalecer o trabalho da Corregedoria de Polícia, unificando-a e dando-lhe autonomia administrativa e operacional, com mandato;*
- *Criar legislação estadual que discipline a publicação regular de informações estatísticas sobre ocorrências criminais e não criminais;*
- *Criar um colegiado formado por profissionais de segurança, representantes da sociedade civil organizada, acadêmicos e pesquisadores, para aprimorar os dados estatísticos de segurança e, sobretudo, ampliar a política de transparência na consolidação, análise e publicação desses dados;*
- *Criar um Código de Conduta para os profissionais da segurança pública, de acordo com a Resolução 34/169, da ONU;*
- *Criar Protocolos de Procedimentos Padrão, para definir processo de ação dos profissionais de segurança no atendimento às demandas da população;*
- *Implementar o Sistema Integrado de Segurança Pública, Defesa Social e Justiça Criminal no Estado, objetivando garantir uma gestão compartilhada, mais eficiente e eficaz, dos problemas de insegurança, calcada em diagnósticos, planejamento estratégico e monitoramento sistemático dos resultados e, sobretudo, na combinação de esforços e investimentos dos governos (federal, estaduais e municipais), das instâncias legislativas e da sociedade;*
- *Criar, através de decreto governamental, o Comitê Estadual de Segurança Cidadã, a ser constituído por gestores do Sistema de Justiça Criminal e dos órgãos executores das demais políticas públicas, e presidido pelo Governador do Estado, para a articulação entre essas diversas instâncias governamentais, visando ao desenvolvimento de uma gestão compartilhada, mais eficiente e eficaz, das políticas de segurança e defesa social;*

- *Consolidar como parte integrante do Comitê Estadual de Segurança Cidadã as seguintes Câmaras Temáticas: (i) Câmara da Segurança e Defesa Social, (ii) Câmara de Enfrentamento às Drogas, (iii) Câmara de Administração Prisional, (iv) Câmara de Articulação do Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública e (v) Câmara de Prevenção Social;*
- *Fortalecer a política educacional voltada à Educação no Trânsito, através de campanhas educativas e implantação de um programa de educação de trânsito para alunos, em conjunto com as secretarias de educação estadual e municipais.*

Eixo 3 – Enfrentamento Inteligente e Qualificado de Combate à Violência.

- *Estabelecer, a partir da utilização do mapeamento criminal, pontos estratégicos de controle e de operação presença, com o fim de agilizar o pronto atendimento da polícia e fortalecer a sensação de segurança, criando a ideia de um "cinturão de segurança";*
- *Fortalecer o trabalho da polícia nas fronteiras do Estado, articulando-o com as ações das outras forças de segurança presentes no território paraibano e nos territórios dos demais Estados que fazem divisa com a Paraíba;*
- *Buscar a formação de Forças-Tarefa (Polícias, Ministério Público e Justiça) para enfrentar e desarticular redes criminosas (narcotráfico, grupos de extermínio, prostituição infantojuvenil, etc;);*
- *Consolidar ações integradas voltadas ao enfrentamento aos crimes contra as mulheres, negros e índios, com atuação preventiva e repressiva aos delitos;*

Eixo 4 – Modernização Institucional

- *Buscar promover a autonomia financeira da Polícia Civil;*
- *Envidar esforços para construir Centro de Treinamento para Situações de Emergências e Desastres;*
- *Implantar e ativar a Divisão Estadual de Narcóticos - DENARC na estrutura organizacional da Polícia Civil, o que ensejará ações mais eficientes e eficazes no combate ao narcotráfico no Estado;*
- *Remanejar funcionalmente a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para o Corpo de Bombeiros, atendendo ao § 5º, do Art. 144 da CF e oportunizando maior integração do CBMPB com as 211 Coordenadorias Municipais já existentes no Estado;*
- *Apoiar a elaboração de programas, projetos e procedimentos técnicos de gestão e planejamento com vista à captação de suportes logístico, material e financeiro no âmbito do Governo Federal notadamente aquelas orientadas à implantação e recuperação de presídios e à construção de novas unidades penitenciárias;*
- *Promover a informatização de inquéritos policiais, de modo a garantir eficiência e celeridade;*

- *Promover a consolidação de um sistema de Corregedoria Unificada de Polícias, que garanta o adequado processamento e a análise de condutas desviantes praticadas por policiais;*
- *Assegurar o pleno direito de defesa, de transparência e de publicidade aos processos de desvio de conduta e práticas delituosas, ressalvados os sigilos jurídico-legais e de natureza administrativo-investigativa;*
- *Informatizar as unidades operacionais das instituições estaduais de segurança, integrando-as em rede, garantindo, também, a criação de um sistema unificado de informações georreferenciadas em segurança pública, possibilitando uma intervenção policial mais qualificada e planejada;*
- *Revisar, atualizar ou reformular os dispositivos legais que regem os direitos e deveres dos servidores do sistema de segurança pública e de defesa social, adequando-os aos princípios e normas do Estado Democrático de Direito;*
- *Estabelecer, através de legislação, a política de movimentação de servidores que priorize o interesse público e a qualificação técnica;*
- *Reestruturar, qualificar e descentralizar a Polícia Científica, inclusive criando novas unidades regionais, instalando-as de acordo com os critérios de compatibilização das áreas de segurança;*
- *Criar um sistema de emissão de atestados de antecedentes criminais (negativos) via* internet*;*
- *Implementar e consolidar, como política pública de Estado, a polícia cidadã no Estado, trabalhando em parceria com as comunidades e agindo de forma integrada e articulada entre si e com outras agências públicas e privadas;*
- *Estudar a criação, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, uma coordenadoria para tratar de assuntos relacionados às políticas de prevenção à violência criminal e de trânsito;*
- *Reestruturar e modernizar as estruturas físicas policiais e prisionais, tornando-as mais humanizadas e funcionais;*
- *Capacitar e equipar adequadamente os setores de investigação e perícia, com o fim de aperfeiçoar o trabalho da polícia, especialmente no esclarecimento de crimes;*
- *Elaborar protocolo operacional de procedimentos-padrão, estabelecido por portaria da SEDS, que defina a conduta dos profissionais de segurança nos cenários de crimes e na divulgação de informações sobre assuntos relacionados às ações policiais, visando preservar o direito dos envolvidos e respeitar o processo investigativo;*
- *Atualizar as normas que regulamentam o funcionamento das unidades prisionais, no tocante aos direitos e deveres dos custodiados;*
- *Estruturar, com recursos humanos e suporte logístico, os Comandos Regionais Integrados, os Comandos de Áreas Integradas e os Distritos Integrados de Segurança Pública, de acordo com os critérios da compatibilização territorial e integração operacional das forças de segurança;*
- *Estruturar, com recursos humanos e suporte logístico, o Batalhão de Polícia de Trânsito Urbano e Rodoviário, com o fim de garantir uma maior segurança nas vias urbanas e nas rodovias estaduais;*

- *Estruturar, com recursos humanos e suporte logístico, o Batalhão de Polícia Ambiental, com o fim de garantir a proteção da Mata Atlântica e, especialmente, a preservação da Caatinga, para minimizar o processo de desertificação da Região do Semiárido e prevenir o êxodo rural;*
- *Em cumprimento à Lei Complementar nº 87, de 02 de dezembro de 2008, ativar e estruturar o Comando de Operações Aéreas;*
- *Otimizar o serviço do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), dotando-o, inclusive, de outras ferramentas tecnológicas que facilitem o contato do cidadão com a polícia, a exemplo do* sms *e do* twitter.

Eixo 5 – Valorização Profissional

- *Ampliar os contingentes policiais militares e civis, prevendo a evolução quantitativa dos efetivos temporalmente em serviço;*
- *Aprovar o Código de Ética dos servidores militares estaduais.;*
- *Contratar temporários, de acordo com os princípios legais, para a complementação de efetivo administrativo, possibilitando manter o efetivo militar nas atividades prioritárias;*
- *Criar unidade de apoio social e psicológico à corporação, militar e civil, buscando dar prevenção e resolução de sequelas resultantes da exposição exaustiva do risco profissional;*
- *Disciplinar a gratificação de risco de vida e do seguro de vida aos operadores na ativa da área de Defesa Social;*
- *Estabelecer Matriz de Competências da Organização para a definição do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração;*
- *Reexaminar a política de alimentação das organizações;*
- *Restabelecer as escalas de serviço, compatíveis com a preservação das condições físicas e mentais dos militares e civis policiais, e assegurar o rendimento e a qualidade dos serviços prestados;*
- *Revisar e atualizar a legislação PM/BM (Estatuto, Promoção, Movimentação, etc.).*
- *Estudar a criação do programa POLICIAL NOTA 10 mediante a atribuição de estímulos financeiros e materiais aos policiais que atinjam elevados níveis de eficiência no combate à criminalidade;*
- *Criar Sistema Regionalizado de Apoio Financeiro, Treinamento, e Desenvolvimento Humano para as Polícias Civil e Militar;*
- *Criar um colegiado formado por profissionais de segurança, representantes da sociedade civil organizada, acadêmicos e pesquisadores, para aprimorar os dados estatísticos de segurança e, sobretudo, ampliar a política de transparência na consolidação, análise e publicação desses dados.*

Eixo 6 – Descentralização e Cooperação Regionalizada

- *Estabelecer políticas diferenciadas regionalizadas por territórios-programas, definindo metas e prioridades a serem alcançadas, segundo os diferentes níveis e graus*

de criminalidade, tanto no campo, quanto nas cidades. Os aglomerados urbanos de diferentes portes (pequenos, médios e grandes) deverão ter assegurados tratamentos segundo as suas especificidades e conforme as prioridades de intervenção;

- *Mobilizar recursos públicos e privados vinculados a programas de cooperação técnica, humana e financeira entre todos os segmentos da sociedade civil no combate à insegurança e à criminalidade. Os Governos Municipais, os atores e agentes privados podem, respeitados os seus limites, contribuir com o esforço emergencial de segurança coletiva;*
- *Programa Municípios:Violência Zero, criando-se um selo de qualidade de vida urbana e rural. Apoiar as Municipalidades na intervenção, identificação e controle dos focos localizados de criminalidade;*
- *Estruturar apoio a Programa de Auto-Defesa Comunitária Municipal, através de organizações de trabalho, cooperativas, entre outras, gerando oportunidades de emprego (frentes de trabalho) no segmento da segurança pública local;*
- *Elaborar Programa de Cooperação Mútua de Segurança Emergencial entre o setor público e o setor privado, estabelecendo níveis e possibilidades de intervenção comum;*
- *Estabelecer Acordos, Parcerias e Pactos de Combate à Violência entre o Governo do Estado e Municípios Limítrofes e com outros Estados, cujo objetivo é a cooperação entre estes entes, modulando núcleos intermunicipais de combate à violência com recursos de diferentes naturezas e modalidades, sobretudo privilegiando a tecnologia da informação e da comunicação;*
- *Criar uma Rede Intermunicipal de Combate à Violência, viabilizando ações preventivas e repressivas, estribadas na montagem de rede de informações sobre focos e indivíduos criminosos – mapeamento dos focos de criminalidade. Para tanto, será importante a transferência de tecnologia de informações e comunicação eficiente sobre os eventos potenciais e efetivos de criminalidade, notadamente das redes de distribuição e tráfico de drogas, assim como incentivar os Governos Municipais no apoio às Polícias Civil e Militar;*
- *Compatibilizar territorialmente e integrar operacionalmente as forças de segurança e defesa social do Estado, fixando-as a um determinado espaço geográfico, para fortalecer a capacidade de gestão e articulação dessas forças entre si e com outras agências públicas e privadas, com enfoque prioritário na prevenção;*
- *Fortalecer o Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública (GGI) e estimular a criação e funcionamento de Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública Municipal (GGIM);*
- *Incentivar e pactuar a criação dos Consórcios Metropolitanos e Municipais de Políticas de Segurança Pública e Defesa Social;*
- *Organizar o Sistema de Defesa Civil no Estado, através da reestruturação do órgão de coordenação estadual, da participação efetiva dos municípios na instalação de órgãos municipais e do engajamento da sociedade;*

- *Estabelecer políticas diferenciadas regionalizadas por territórios-programas, definindo metas e prioridades a serem alcançadas segundo os diferentes níveis e graus de criminalidade, tanto no campo, quanto nas cidades. Os aglomerados urbanos de diferentes portes (pequenos, médios e grandes) deverão ter assegurados tratamentos segundo as suas especificidades segundo as prioridades de intervenção;*
- *Mobilizar recursos públicos e privados vinculados a programas de cooperação técnica, humana e financeira entre todos os segmentos da sociedade civil no combate à insegurança e à criminalidade. Os Governos Municipais, os atores e agentes privados podem, respeitados os seus limites, contribuir com o esforço emergencial de segurança coletiva;*
- *Programa Municípios: Violência Zero, criando-se um selo de qualidade de vida urbana e rural. Apoiar as Municipalidades na intervenção, identificação e controle dos focos localizados de criminalidade.*

Eixo 7 – Política Penitenciária Humanizada

- *Reestruturar a Escola de Gestão Penitenciária, aprimorando o processo de formação e capacitação continuada dos agentes penitenciários;*
- *Estudar a criação de uma Fundação Especial do Sistema Penitenciário, visando gerenciar e implantar a política de ressocialização através de parcerias institucionais e privadas;*
- *Reestruturar o conjunto de equipamentos de segurança e tecnológicos nas unidades prisionais, equipando-as e substituindo parte do armamento letal por armamento não-letal;*
- *Implantar sistema eletrônico de monitoramento das movimentações no interior das unidades prisionais, visando dificultar as tentativas de fuga e as práticas de abuso de poder;*
- *Estabelecer parcerias entre as várias secretarias do Estado, Municípios e empresas privadas, para propiciar cursos e estágios profissionalizantes para os apenados;*
- *Otimizar os programas de atendimento ao familiar do apenado, visando prevenir o ciclo criminal;*
- *Melhorar a oferta de educação, em nível básico e superior, aos privados de liberdade.*

O Cenário Atual:
Uma Paraíba Enferma

As avaliações recentes sobre a situação da saúde e bem-estar da população na Paraíba demonstram amplamente um grave quadro de crise que atinge, em profundidade, a eficiência e a qualidade dos múltiplos atos públicos com vistas à preservação da vida humana e aos cuidados decorrentes da longevidade.

Os dados disponíveis mostram que, na Paraíba, a maternidade e o nascimento têm enormes fatores de risco e que as crianças que nascem, em sua quase totalidade, dependem da estrutura pública, nascem mal e, quando não são tragadas pela mortalidade em diferentes idades, passam a viver mal, porque são acometidas de múltiplas enfermidades.

Há uma profunda desinformação sobre como nascem estas crianças, a sua prematuridade, a indução ao parto, o incentivo à cesárea, a vida pós-parto, como adoecem (cobertura vacinal, doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis).

A atual oferta dos serviços de saúde, em seus elevados níveis de precariedade, prevenção e cura, demonstra que a situação dominante entre os cidadãos é a de que o adoecimento por causas frequentemente sanáveis, e passíveis de redução do quadro de enfermidades crônicas e agudas, são gravemente fatais.

Assim, nascer mal, adoecer quase sempre e morrer à revelia dos cuidados públicos é o trajeto sombrio e desumano que se abate sobre a Paraíba de hoje.

Crise na Saúde: a não Prioridade pela Vida

O Sistema de Saúde Pública – SES não apenas atende tardia e precariamente, como é recorrente a sua incapacidade de controlar e eliminar riscos na prevenção, na atenção básica e no atendimento emergencial. No advento de mutilações e mortes, há quase sempre a omissão e o desconhecimento dos fatores determinantes.

Assim, a precária cobertura da Saúde da Família, o não funcionamento efetivo e eficaz da Estratégia Saúde da Família – ESF, exames e diagnósticos insuficientes e inexistentes, a inacessibilidade

e o inadequado sistema de transporte, a falta de acesso a serviços no entorno, distâncias quase sempre intransponíveis, indisponibilidade de profissionais qualificados, desrespeito aos profissionais que atuam nesta área, tudo isso forma um quadro extremamente grave.

Somam-se a este caos corredores inflados de moribundos, a ausência de equipamentos e a manutenção dos mesmos, a desumanização, a falta de protocolos ou de uso dos mesmos, a insuficiência de sangue e a administração de hemoderivados, medicamentos inexistentes, cirurgias adiadas, internações hospitalares sujeitas a múltiplas complicações infecto-contagiosas graves. O tempo e a distância entre a vida e morte sob a responsabilidade pública são praticamente insuperáveis.

O Estado da Paraíba através de seu Governo e gestores se furtam dessa realidade, e não se sensibilizam com o não cumprimento do dever ético e moral de preservar a vida.

É preocupante e revelador quando se sabe que a quase totalidade (mais de 90%) da população da Paraíba é tributária do SUS e de suas fragilidades estruturais e conjunturais em todas as suas modalidades de atendimento.

É indispensável avaliar o gravoso sistema público e a estrutura responsável pela Saúde na Paraíba que, em tese, deveria se pautar por uma Política Pública voltada prioritariamente para a promoção da saúde e prevenção de doenças, com ações e serviços ofertados através do Sistema Único de Saúde (SUS) que possui como princípios e diretrizes a universalidade do acesso, a integralidade da atenção, a equidade, a participação social e a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo. (Lei Orgânica da Saúde n°8.080/1990).

A Responsabilidade Ética pelo Bem Viver

A responsabilidade política preconiza ser dever do Estado a garantia da saúde através da formulação e execução de políticas correlatas nas esferas econômicas, sociais, ambientais, etc. que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, e o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação dos cidadãos, tal como postula a Constituição Federal de 1988.

As gravidades epidemiológicas do passado, aparentemente, parecem ter sido superadas e/ou administradas. Na realidade, enfermidades que geram *causa mortis* recentes, de um lado, são decorrentes do adoecimento por causas passivas da precariedade na prevenção e da vigilância sanitária e, de outro, de eventos ocorrentes de causas externas à fisiologia humana. Tanto as primeiras, como as últimas, são passíveis de controle, no entanto não se observa uma retração dos atuais e elevados níveis de letalidade.

Em consequência, a preservação da vida e da saúde envolve, de modo muito particular, a redução de riscos de acidentes e violências, com o objetivo central de prevenir os graves eventos de causas que vão além dos eventos provocados pelas deficiências físico-biológicas.

Em seguida, é preciso considerar que os efeitos no âmbito dos fatores contaminantes oriundos da água, do solo e do ar são gravosos à saúde da população. Por consequência, prevenir e controlar os fatores contaminantes é pré-condição para o equilíbrio de condições saudáveis de vida.

Adicionalmente, estilos de vida são fundamentais a uma consequente saúde pública e individual em todas as fases da vida. Finalmente, é de extremada importância a redução de agravos controláveis transmissíveis, reduzindo a incidência ambiental de doenças.

A realidade estadual de hoje mostra que os dois extremos, seja no âmbito das graves incidências no adoecimento e enfermidades da população de todas as idades, seja, ainda, no campo da ineficiência político-administrativa e dos déficits técnico-financeiros, são condicionantes graves para definir a situação da saúde pública em todas as áreas.

Em decorrência, há uma evidente distância entre a demanda potencial de serviços e o atendimento básico e emergencial por saúde na Paraíba, diante de uma oferta que se revela ineficiente, anacrônica e que expõe a população a graves riscos de vida, proporcionando sofrimento crônico e morte prematura de indivíduos e da população.

Predominam insistentemente os esforços equivocados para a assistência rotineira à saúde que convivem com um sério desequilíbrio, gerando graves consequências no âmbito das funções e dos objetivos da vigilância sanitária e epidemiológica.

Crise de Governabilidade:
O Sistema, Processos e Ações públicas na Saúde

As análises de fatos externos e internos ao segmento da Saúde demonstram a presença de significativas fragilidades nas relações efetivas (formais ou não) com atores não pertencentes à comunidade da saúde.

Estas são questões implícitas à governabilidade no tocante às relações inter e intrassetoriais, envolvendo educação, cultura, meio ambiente, habitação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, trânsito e transporte, compreendendo-se que os referidos setores têm impactos sobre a saúde pública.

São visíveis, portanto, a desarticulação e a falta de coordenação, observando-se que fatores externos reduzidamente participam das decisões político-estratégicas da saúde, em que pese produzirem impactos sanitários relevantes na supracitada área.

As áreas político-administrativas e técnico-financeiras do sistema e dos processos no Sistema de Saúde estadual convivem com graves desarranjos e desordenamentos operacionais específicos, quais sejam:

- ***No âmbito do planejamento estratégico e operacional verifica-se que:***
  - *O Plano Estadual de Saúde não tem se constituído no instrumento central e irradiador do sistema, e o processo de planejamento da Secretaria não se desdobra em eficientes programações anuais.*
  - *Falta uma visão estratégica e sistêmica do planejamento, predominando rotinas fundadas em questões e atividades operacionais. Dominam ainda a precariedade das informações sobre a realidade e a burocratização dos processos de programação, execução e avaliação. Assim, a elaboração dos documentos exigidos (Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde, etc.) transforma-se em uma mera rotina burocrática.*
  - *A programação está dissociada do planejamento, pois a programação assistencial, feita com recursos próprios, é difusa, emergencial, assistemática. A programação técnico-financeira, desvinculada do planejamento, é feita por séries históricas, que perpetuam o status quo: a organização é definida pelo que se pode pagar. Não se utiliza a evidência científica para a programação.*
  - *Finalmente, no seu conjunto, a função de Planejamento da SES/Paraíba apresenta fragilidades e dificuldades para o adequado exercício dos*

seus papéis de racionalização das decisões e de articulação das instâncias e unidades envolvidas.

- ***No que concerne à coordenação, articulação e descentralização de processos e ações do sistema de saúde, verifica-se que:***
  - *Os requisitos do modelo SUS, via integralidade das ações de saúde, descentralização, regionalização, redes assistenciais integradas, cogestão, ampla participação, entre outros , requerem a permanência intensiva de comitês e de grupos de trabalho, atualmente inexistentes.*
  - *A existência conflituosa entre segmentos da Secretaria, nos marcos da visão e dos valores concernentes às questões fundamentais para a saúde da população e para o funcionamento da SES/Paraíba, impede uma ação eficaz, numa área de fundamental importância para a população. Essas diferenças de visão e valores constituem importantes fatores de fragmentação, e merecem destaque os obstáculos à construção das redes assistenciais e às relações de negociação com as esferas municipais.*
  - *Inexistem níveis e funções de Coordenação, apoio e monitoramento dos planos e programas do Sistema (Plano Estadual de Saúde, Programa Anual de Saúde, Relatório de Gestão e as PPIs). A análise comparativa da atual situação da SES/Paraíba com o Referencial Básico de Gestão revela a precariedade dos principais mecanismos responsáveis pela Coordenação Intersetorial.*
  - *A ausência de mecanismos de apoio ao planejamento e à gestão regional e municipal do Sistema, inclusive aos planos macrorregionais, microrregionais e municipais de Saúde, repercurte, de forma direta, na falta de qualidade dos resultados obtidos.*
  - *A não vinculação e a não inserção no(s)espaço(s)regionai(s) de ações de planejamento geram problemas de convivência, interação e articulação, prevalecendo fortes exigências por pactuação e participação. Pelo contrário, torna-se rotina uma cultura burocrática e equivocadamente hierarquizada. Reside uma questão crucial que diz respeito a uma "crise de identidade", resultante da mudança de perspectiva de "sistema estadual de saúde" para "sistema de saúde do governo do Estado".*
  - *Dentre as mais graves deficiências de articulação interna merecem destaque : a generalizada falta de organização e padronização de processos e sistemas; os precários fluxos organizacionais e a não informatização de processos e rotinas; a inexistência de controladoria interna; as indefinições de responsabilidades e funções internas.*
  - *A aguda desarticulação e a não integração dos diferentes sistemas informacionais nos planos da oferta e demanda de informações agudiza os conflitos, gerando distâncias físicas incompatíveis, aliadas às dificuldades de acesso às bases de informações e dados necessários à gestão do sistema de saúde.*
- ***Deficiências graves na gestão e operação das atividades finalísticas na estrutura e no funcionamento do sistema de saúde. Dentre os mais destacados problemas e estrangulamentos nas diferentes fases dos processos de gestão não eficiente na área, sobressaem os que se seguem:***

- *Ineficiente desempenho na execução de Convênios, concorrendo para a: devolução de recursos; grande solicitação de prorrogação de prazos por não execução; bloqueio de captação de recursos novos;*
- *Falta de manutenção e modernização nos prédios e nos equipamentos da área de sáude;*
- *Inúmeras obras, amplamente anunciadas, mas que permanecem ou não iniciadas ou inacabadas;*
- *Descumprimento dos financiamentos tripartites: Contrapartida estadual do SAMU, Farmácia Básica, UPA e Assistência Farmacêutica;*
- *Precária negociação dos Protocolos de Compromisso entre Entes Públicos – PCEP;*
- *Ineficiente organização de Redes de Assistência como: Rede de Urgência e emergência; Rede Cegonha e Rede de Atenção Psicossocial;*
- *Baixo desempenho na alimentação do SARGSUS – Serviço de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS;*
- *Precarização na agilidade dos processos de habilitação de serviços de assistência;*
- *Reduzidos índices na produção dos serviços hospitalares de gerência estadual;*
- *Estagnação e paralisia no desenvolvimento e implementação do mecanismo COAP – Contrato Organizativo de Ação Pública, processo instituído pelo Decreto 7.508/11, que regulamenta a lei 8080/90.*

Marcos Estratégicos:
Segmentos e Áreas prioritárias de intervenção

Indicações Preliminares

Em face das situações críticas identificadas no contexto do Sistema Estadual de Saúde, as propostas preliminares aqui apresentadas abordam múltiplas vertentes operacionais, embora elas não esgotem o universo de mudanças que devem ser operadas. Neste sentido, será fundamental o desenvolvimento de um acurado diagnóstico, envolvendo os atores internos e externos ao sistema objetivando a identificação dos pontos críticos que geram a ineficiência e a ineficácia das variadas ações públicas e privadas no campo da saúde.

Fica claro, desde logo, que os principais entraves assinalados nos itens anteriores demandam a realização de vários passos estratégicos, os quais se revelam como sendo essenciais ao alcance de objetivos centrais, quais sejam:

- *A modernização e as reformas do modelo, estrutura e processos de gestão devem ter como princípio e finalidades dinamizar as ações administrativas, a partir da integração das funções do ciclo da gestão pública (planejamento, execução, administração, controle e avaliação); Estas iniciativas visam promover: a eficácia*

dos resultados logrados, a par da eficiência e da qualidade do gasto público, ambos relacionados com o sistema estadual de saúde;

- *O desenvolvimento de processos de planejamento participativo, regulação do sistema, monitoramento das políticas de saúde, estruturação administrativa, científica e tecnológica, capacitação e fortalecimento da força de trabalho se configuram como mecanismos de gestão que visam propiciar direcionalidade ao processo de consolidação do SUS;*
- *O papel da gestão na aceleração dos processos administrativos torna-se decisivo, envolvendo ações de integração, propiciando forma solidária e cooperativa, montando as bases de uma estratégia eficaz para a qualidade dos serviços prestados à população e, como consequência, o fortalecimento da participação social no SUS;*
- *O alcance das mudanças ensejadas com vistas ao atendimento das urgentes necessidades da população tem por objetivo fundamental uma melhoria significativa nos níveis de assistência eficiente e de qualidade dos serviços básicos de saúde, ensejados pela melhoria da gestão administrativa.*

Reforma e Inovação Político-Administrativa do Sistema Estadual de Saúde – SES

As mudanças a serem introduzidas no Sistema Estadual de Saúde devem se pautar em algumas áreas estratégicas prioritariamente voltadas para:

- *Conceber e implantar processos de gestão e mudanças envolvendo a requalificação, a partir do planejamento estratégico e participativo orientado para ampliar a eficiência e a eficácia do SUS;*
- *Fortalecer o processo de participação e controle social das ações de saúde do SUS, de forma solidária e cooperativa;*
- *Garantir recursos humanos em quantidade suficiente e qualificados, para o atendimento das demandas das diferentes e amplas necessidades dos serviços de saúde;*
- *Assegurar o desenvolvimento tecnológico e da informação, de modo a assegurar a agilidade dos processos de gestão a de transparência e a disseminação da informação no âmbito do SUS.*

Propostas e Diretrizes – Fortalecimento e acessibilidade do SES

- *Definir propostas e medidas emergenciais visando reduzir a mortalidade de pacientes de alto risco, em decorrência de acidentes e violências;*
- *Elaborar programa de prevenção e de controle de riscos sanitários de importância para a saúde da população, como focos contaminantes provenientes da água, do solo e do ar;*
- *Assegurar práticas de saúde coletiva que possibilitem o desenvolvimento de atitudes saudáveis em todas as etapas da vida;*

- *Estabelecer medidas e ações destinadas a definir serviços ambulatoriais e hospitalares, categorizados em níveis de complexidade, para grupos prioritários e de maior vulnerabilidade da população, sobremodo visando reduzir a mortalidade geral, infantil e materna;*
- *Reestruturar e ampliar a assistência especializada de forma regionalizada visando à garantia da assistência em urgência e emergência, assistência pré-hospitalar, ambulatorial e hospitalar;*
- *Organizar a rede a partir dos indicadores, das falhas identificadas e da evitabilidade com ações do SUS (atenção básica, rastreamento diagnóstico, manejo clínico-assistencial) ;*
- *Fortalecer a rede básica (acolhimento, vínculo, exames de rotina);*
- *Implantar Serviço de Verificação de Óbito – SVO.*

Ações complementares de suporte ao Sistema Estadual de Saúde – SES

- *Fomentar o diálogo com todas as categorias profissionais da Saúde, com o envolvimento direto de seus Órgãos representativos;*
- *Estimular parcerias com os diversos segmentos da sociedade com enfoque nas relacionadas à Saúde, promovendo, inclusive, articulação intersetorial entre saúde, educação e meio ambiente;*
- *Solucionar, de imediato, os problemas do CEDEMEX (distribuição de medicamentos especiais e de alto custo);*
- *Melhorar a qualidade da Comunicação entre os envolvidos na Assistência à Saúde;*
- *Implantar de forma definitiva a Central de Regulação Estadual (controle em todos os municípios);*
- *Envidar esforços para criar o Instituto Estadual de Tecnologia da Saúde (concentração de atividades de alta complexidade em Saúde);*
- *Avaliar e propor reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração– PCCR dos profissionais da Saúde;*
- *Criar Centrais de Diagnóstico (agilidade de marcação, realização e melhor qualificação de resultados);*
- *Fomentar a formação de profissionais de saúde para suprir as áreas carentes no Estado, com contrapartida do profissional após conclusão do treinamento;*
- *Ampliar o número de leitos SUS para suprir a atual deficiência no Estado;*
- *Avaliar e promover, com elevado grau de eficiência e eficácia, o atendimento, a prevenção e a cura de doenças dos grupos sociais com maiores níveis de vulnerabilidade (abaixo da linha de pobreza absoluta) e com riscos em termos de consequências letais, em especial , a saúde do idoso, das mulheres, com destaque para as gestantes, e crianças na primeira infância;*
- *Desenvolver novos programas e ampliar os existentes no campo das enfermidades oriundas de distúrbios mentais e emocionais;*

- *Implantar regionalmente centros de alta complexidade e aperfeiçoar a qualidade do atendimento;*
- *Expandir a atenção compartilhada em todos os Municípios do Estado, garantindo o atendimento à urgência, emergência e ao apoio ao diagnóstico/assistência e farmácia;*
- *Incentivar a atração de indústrias farmacológicas, de biotecnologia, software e prototipagem na área da Saúde;*
- *Estimular a participação das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento do setor, por meio de pesquisa aplicada;*
- *Melhorar a infraestrutura dos hospitais e dos demais prédios que servem à rede estadual de Saúde, assim como dar solução às obras inacabadas;*
- *Envidar todos os esforços para a ampliação da rede hospitalar no Estado, levando em consideração todas as regiões;*
- *Criar uma estrutura de manutenção dos equipamentos hospitalares;*
- *Adquirir equipamentos especializados e tecnicamente atualizados para a rede de hospitais do Estado.*

Assistência Social Cidadã:
Superando Práticas Dispersas e Clientelísticas

A concentração de pessoas nas grandes cidades fomenta a disputa por trabalho e renda, com ênfase na economia informal. Esse fator social amplia a precariedade laboral em todas as suas dimensões, aprofunda desequilíbrios socioeconômicos e exige dos governos iniciativas que deem conta dos graves problemas gerados.

Estudos revelam que o aumento da criminalidade e da violência tem ocorrido, também, pela crescente desestruturação das famílias e da educação. Além disso, a ausência de qualificação da mão de obra dificulta a inserção no mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente e competitivo.

A pobreza não se reduz à insuficiência de renda, embora esta seja essencial à autonomia das pessoas na sociedade. Também inclui a falta de acesso a serviços públicos (educação, saúde, assistência social, saneamento, segurança pública e outros) e ao mercado de trabalho mais qualificado e protegido por legislação específica.

Segundo dados do IBGE, a Pesquisa Nacional por Domicílio indica que, em 2009, um milhão de paraibanos estavam submetidos a total desproteção legal de relações trabalhistas formais, atuando, portanto, no mercado de trabalho informal.

Na Paraíba, como no restante do País, a indústria se expandiu bem, na década de setenta, com taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 21,8%. No entanto, na década de 90, o PIB passa a uma taxa de 13,2%, demonstrando, assim, uma gradativa redução, influenciada provavelmente pela reestruturação produtiva em curso, afetando assim as condições de vida da população paraibana.

Neste contexto, a Assistência Social Cidadã que propomos tem como desafio superar as práticas dispersas, residuais, assistemáticas e clientelísticas que a caracterizaram historicamente no Brasil, sobretudo na região Nordeste, causando a descontinuidade e a fragmentação das ações.

Assim sendo, torna-se fundamental a implementação de práticas de apoio à família, no sentido de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O Poder Público em todos os níveis (Federal, Estadual e Municipal) deve cumprir o seu dever, legal e constitucional, de fornecer às famílias condições para o exercício de suas responsabilidades parentais e sociais.

A Política de Assistência Social na Paraíba deverá partir sempre da escuta sensível da população que, através da realização de fóruns, reuniões de conselhos e conferências, assembleias e outros mecanismos participativos, farão suas reivindicações e opinarão na formulação de um Plano de Assistência Social para o Estado. Desta forma serão fortalecidos, estimulados e apoiados os espaços públicos da participação popular, que são instrumentos fundamentais para a expressão das reais demandas da população.

Frente ao desafio de enfrentar a questão social na Paraíba e diante de uma realidade de insuficiente condição de infraestrutura e orçamento, e das precárias condições de trabalho dos profissionais responsáveis pelas ações de Assistência Social, numa realidade que ainda está aquém do estabelecido, pelas normativas dessa política e do necessário para a prestação dos serviços socioassistenciais com qualidade.

Compete ao gestor estadual: intensificar a sua função de assessoria técnica e operacional junto aos municípios, investindo na capacitação permanente dos técnicos, gestores, trabalhadores e conselheiros da Assistência Social dos 223 municípios, com o objetivo de qualificar a gestão e a prestação dos serviços oferecidos através do SUAS. Como também investir no desenvolvimento, aperfeiçoamento e manutenção de sistemas informatizados e integrados das políticas setoriais.

Propostas: Eixos de Ação

- ***Eixo 1 – Gestão de Pessoas:***
  - *Planejar a realização de Concurso Público para Profissionais da Área Social (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Sociólogo);*
  - *Efetivar o Plano de Capacitação de Recursos Humanos em Política de Assistência Social;*
  - *Capacitar representantes dos diferentes Conselhos;*
  - *Capacitar Cuidadores de Idosos.*

- ***Eixo 2 – Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social:***
  - *Instituir a Lei Estadual do Sistema Único de Assistência Social;*
  - *Buscar o cofinanciamento estadual para os municípios;*
  - *Preparar os trabalhadores do SUAS para oferecer serviços socio- assistenciais de qualidade ao público-alvo;*
  - *Estabelecer um programa de parceria com Instituições de Ensino Superior;*
  - *Garantir a operacionalização das Ações Socioassistenciais*
  - *Buscar a transferência dos recursos federais para o Estado e municípios;*
  - *Estabelecer parcerias através de convênios com os diversos Ministérios e Secretarias da esfera federal, a exemplo da SECADI/MEC- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação;*
  - *Realizar ações conjuntas com instituições que executam políticas de inclusão social, a exemplo do Sistema 4S: SESI, SESC, SENAC e SENAI.*

- ***Eixo 3 – Gestão democrática e Controle Social:***
  - *Implantar o Sistema Estadual de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;*

- *Instituir o SuasWeb Estadual;*
- *Instituir uma Coordenação Estadual de Apoio à Economia Solidária;*
- *Capacitar representantes dos diferentes Conselhos;*
- *Disponibilizar estrutura adequada para funcionamento dos Conselhos;*
- *Apoiar o Conselho Estadual de Assistência Social;*
- *Apoiar o Fórum Estadual de Assistência Social;*
- *Reestruturar as práticas de consulta participativa no que diz respeito ao Orçamento estadual;*
- *Consolidar os Espaços Públicos para debates com a sociedade civil organizada;*
- *Fortalecer o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente;*
- *Apoiar o Conselho de Defesa da Pessoa com Deficiência;*
- *Incentivar o Conselho da Pessoa Idosa;*
- *Respaldar as discussões e decisões colegiadas com Organizações não governamentais e Associações diversas;*
- *Estabelecer o Programa de Informação contínua acerca dos dados cadastrais do público-alvo;*
- *Apoiar o fortalecimento dos Conselhos Municipais da Assistência Social;*
- *Criar mecanismos de avaliação pela população dos serviços prestados pelas entidades;*
- *Incorporar as deliberações das Conferências Estaduais no planejamento das ações do órgão gestor da política de assistência social; (Secretaria de Desenvolvimento Humano);*
- *Assegurar o exercício do controle social de forma integrada com a rede de atendimento por meio de ações permanentes de avaliação e monitoramento dos planos, programas e projetos.*

- ***Eixo 4 – Apoio à Descentralização da Política de Assistência Social:***
  - *Expandir Centros de Atividades Múltiplas para Idosos, aproveitando as estruturas existentes e construindo de novas Unidades;*
  - *Criar Centros de Acolhimento para Pessoas Idosas em 03 modalidades de atendimento: Integral, Centro dia e Centro de Convivência;*
  - *Implantar Unidades Regionalizadas para Recuperação de Dependentes Químicos;*
  - *Dinamizar os Centros Sociais Urbanos e Espaços Comunitários com Programas de Geração de Renda, Cursos, Oficinas e outros;*
  - *Expandir Unidades de Capacitação Contínua para Trabalhadores Autônomos, com estágio em Instituições Públicas e posterior encaminhamento para o mercado de trabalho;*
  - *Adequar e melhorar a estrutura física das Unidades de Atendimento à população em situação de risco pessoal e social;*
  - *Estabelecer Programas de Educação Ambiental, com reflorestamento, reciclagem de material, preservação do meio ambiente;*

- *Construir Unidades de Atendimento à População de Rua;*
- *Fortalecer a Economia Solidária no Estado;*
- *Incentivar o Programa de Artesanato com matéria-prima regional;*
- *Monitorar e Avaliar sistematicamente a política estadual de Assistência Social, de modo a aprimorar sua operacionalização;*
- *Estruturar e Qualificar as equipes para assessorar os municípios;*
- *Prestar apoio técnico aos municípios para a organização dos serviços com base em diagnósticos;*
- *Realizar visitas técnicas de assessoramento e monitoramento dos serviços implantados nos municípios e de acompanhamento do cumprimento dos planos;*
- *Reconhecer as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas, tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais.*

Equidade de Gênero, Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Sexual: Igualdade e Dignidade da Pessoa Humana

Na discussão sobre a equidade de gênero, raça, etnia e diversidade sexual, podemos tomar como recorte as ações afirmativas que se tornaram uma referência necessária para buscarmos a igualdade e a dignidade da pessoa humana, previstas pela Constituição Federal de 1988.

Desse modo, de nada adiantam regras positivadas sem instrumentos que as efetivem e se constituam num campo de direito reparatório que atendam a esses sujeitos. Assim, a ação afirmativa se utiliza da discriminação positiva para combater o preconceito e a exclusão.

Esse é o mecanismo de reconhecimento da discriminação como objeto de sanção, reparação social e de interesse coletivo, que justifica a ação do poder público na identificação de irregularidades no processo de diferenciação social entre os sujeitos por gênero, cor e orientação sexual.

A discriminação positiva tem como objetivo criar oportunidades equiparadas para promover tanto a mobilidade social e ocupação de espaços no mundo do trabalho, quanto o acesso e tempo de permanência nas instituições educativas.

Dessa forma, é nas situações concretas que o uso de "discriminação" terá uma ou outra conotação, sendo a discriminação positiva o núcleo das ações afirmativas, bem como de políticas públicas ou privadas.

No atual governo da Paraíba, essas ações afirmativas no âmbito das políticas de gênero carecem de um planejamento integrado entre as Secretarias que operacionalizam o sistema de garantia de serviços essenciais, restringindo-se apenas à operacionalização dos dispositivos legais de repressão e reparo, a exemplo das Delegacias da Mulher, Casas de Acolhida e Política de Saúde da Mulher, Conselho da Mulher. Porém, efetivamente, não incidem na equiparação dos indicadores de acesso, tempo de permanência e remuneração no trabalho entre homens e mulheres.

O Estado da Paraíba ainda é omisso no campo da oferta de política pública efetiva de equidade de gênero entre homens, mulheres e homossexuais no acesso, remuneração, ascensão e per-

manência no emprego. Não existem programas específicos de emprego e renda com liberação de crédito para fortalecer uma política de equidade de gênero, raça e sexualidade.

Propostas para o Estabelecimentoda Equidade de Gênero

- *Promover políticas sociais integradas entre o poder público e a iniciativa privada que garantam a autonomia econômica e social das mulheres por meio da criação do programa de geração de emprego e renda.*
- *Em conjunto com as entidades representativas, criação de uma Rede Estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres –* ***Rede de Mulheres****, contemplando todos os municípios da Paraíba, na perspectiva de superação das desigualdades, opressão, violência e discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade e classe que ainda afetam, principalmente, as mulheres paraibanas.*
- *A Rede será pactuada pelos órgãos de controle social e governamentais de proteção, promoção e segurança (Defensorias Públicas, Creas, Centros de Referência da Mulher, Polícia Militar, Escolas Profissionalizantes e outros).*

Propostas para Promoção da Igualdade Racial e Étnica na Paraíba

- *Desenvolver o* ***Selo Negro Paraíba*** *que certifica as empresas para se habilitarem aos processos licitatórios do Estado, considerando um percentual mínimo e equitativo de 30% de negros, jovens e adultos, (homens, mulheres e homossexuais) no quadro funcional da empresa;*
- *Destinar recursos para desenvolvimento de pesquisas sobre a saúde da população negra, indígena, cigana e quilombola na Paraíba.*
- *Fortalecer as ações intersetoriais na promoção e divulgação da cultura e práticas religiosas de matrizes africanas na Paraíba.*
- *Articular em rede a produção e divulgação de artefatos culturais e símbolos materiais das comunidades indígenas e quilombolas por meio do* ***Projeto índios e negros da Paraíba****, integrado ao* ***Programa de Artesanato****.*
- *Promover a garantia dos direitos sociais das comunidades indígenas, ciganas e quilombolas da Paraíba.*
- *Criar um núcleo vinculado à Polícia Militar que desenvolva ações educativas no enfrentamento ao Racismo Institucional.*
- *Em conjunto com as entidades representativas, estruturar o* ***Plano Negritude Paraíba*** *que irá articular políticas setoriais e integrá-las no enfrentamento à violência simbólica, exclusão e violação de direitos civis e humanos de crianças, adolescentes e jovens negros.*

Propostas para o campo da Diversidade Sexual

- *Incluir no currículo da Educação Básica o estudo obrigatório de Direitos Humanos, destacando o item Diversidade Sexual.*

- *Reformular o Censo Funcional do Estado, incluindo as categorias de gênero, raça, etnia e orientação sexual, considerando a garantia ao direito de acesso e permanência equitativos a todos os gêneros.*
- *Universalizar nos procedimentos e documentos formais das Políticas de Atenção Básica e Social todas as conquistas legais da comunidade LGBT na Paraíba, entre elas o uso e registro do Nome Social nos documentos oficiais.*
- *Garantir dotação orçamentária para produção cultural desse segmento, incentivando produções culturais que contribuam para o enfrentamento à Homofobia.*
- *Desenvolver, em conjunto com as entidades representativas, uma política integrada de Assistência, Educação, Saúde, Esporte e Cultura para população LGBT, por meio do* ***Plano Diversidade Paraíba****.*

Inclusão Social e Produtiva:
Políticas Públicas e a Redução da Pobreza

Marcos Estratégicos

As viabilidades e os paradigmas socioeconômicos e políticos, na gênese de formulações estratégicas, presidindo as ações prioritárias nas intervenções públicas, se fundam na simultaneidade de, por um lado, objetivar a redução das franjas de pobreza absoluta disseminadas tanto nas cidades, quanto no campo e, por outro lado, promover um acentuado e crescente ritmo de inclusão social e produtiva. São faces dos mesmos postulados estratégicos, à vista do desenvolvimento sustentável local dominantemente endógeno.

Os críticos e graves problemas que acirram a sobrevivência e o bem- estar social de legiões de paraibanos, que transitam nos diferentes níveis de pobreza humana, têm o mais importante enraizamento nos marcos das desigualdades interpessoais de riquezas e rendas, os quais decorrem de fatores determinantes de natureza estrutural.

A ausência de oportunidade e igualdade de acesso ao emprego, ao trabalho e um déficit de serviços públicos, que seriam capazes de equalizar chances, são componentes e sintomas visíveis da nossa crise social. E constituem, assim, um severo desafio estratégico, com vistas às demandas reprimidas e não atendidas que, pelo seu acúmulo histórico, materializam níveis de exclusão social e produtiva.

Há, portanto, a absoluta convicção de que as políticas de intervenções públicas, emergencialmente providenciadas pela sua natureza compensatória, agem, conjunturalmente e limitadamente, através de ações nos âmbitos da distribuição de renda e da redução dos níveis absolutos de pobreza.

Tratamentos públicos, materiais e financeiros mediante insuficientes mecanismos de distribuição indireta de renda são relevantes quando da ocorrência de riscos de sobrevivência humana, mas são incapazes de abordar, com firmeza, a crise social que induz à continuada exclusão social e produtiva.

Estas políticas públicas compensatórias, sob as mais diferentes formas, ainda que necessárias, e tão propagadas no nosso momento atual, demonstram uma compreensão do papel do Estado, adotando o "altruísmo" institucional, que traz à tona um encilhamento governamental no trato da crise e da segregação social, expressa pelos níveis de pobreza absoluta supracitados.

Vistos estes enunciados, passaremos a expor os seguintes pressupostos e reflexões estratégicas e operacionais.

Reflexões e Subsídios à Ação Governamental

Inicialmente, é essencial reavaliar o modo e as alternativas da gestão publica, estimulando novas políticas capazes de contrapor a ação governamental vocacionada apenas às práticas compensatórias com limitados efeitos socioeconômicos, deixando de insistir na deflagração de mudanças que conduzam à interiorização de processos de sustentabilidade socioeconômica.

Adicionalmente, se preconizam indicações que o Governo do Estado deve incentivar o aproveitamento de oportunidades a serem identificadas, com vistas ao desenvolvimento regional e local sustentável, para o que se deve:

- *Regionalizar e intensificar as políticas e as estratégias diferenciadas de desenvolvimento sustentável local;*
- *Induzir adoção de mecanismos que permitam a desconcentração e a descentralização espacial de atividades econômicas;*
- *Promover a potencialização e oportunidades de atividades produtivas regionais e locais;*
- *Privilegiar as ações alternativas de investimentos destinadas a gerar trabalho – ocupações produtivas, emprego e renda.*

Para o alcance de ações de suporte à espacialização e interiorização do desenvolvimento sustentável, da inclusão produtiva e social e de seus impactos específicos na redução dos níveis de pobreza, é fundamental:

- *A incorporação de regiões periféricas ao espaço econômico estadual, através do aproveitamento dos seus recursos naturais e humanos ao esforço geral de desenvolvimento da Paraíba, visando a que o lugar da prosperidade consolide também uma população igualmente próspera;*
- *Soerguimento e atribuição de prioridade às regiões periféricas, urbanas e rurais deprimidas, ou seja, em considerável atraso econômico em relação ao restante do Estado;*
- *Um melhor equilíbrio do sistema territorial no que diz respeito aos investimentos públicos, ao atendimento de demandas relativas ao bem-estar, à geração de emprego e trabalho, à rede de transportes, à hierarquia urbana e à localização de atividades econômicas;*
- *Uma melhor e mais eficiente disseminação local dos processos e das ações públicas, induzindo benefícios do desenvolvimento humano, através de seus efeitos na educação, cultura, progresso científico-tecnológico, habilidades profissionais e produtivas múltiplas, objetivando a redução das desigualdades entre os cidadãos das diferentes classes sociais ao nível inter e intraterritórios;*
- *Geração de melhores e maiores oportunidades de empregos produtivos, sobretudo, nas periferias urbanas, nas médias e pequenas cidades e áreas rurais;*
- *Garantia de atendimento das demandas de bens e serviços básicos às populações de baixa renda, que se encontram .abaixo da linha de pobreza absoluta.*

Nesta perspectiva, renova-se o entendimento central de que o problema estadual e local detém um elevado componente social, em que a dinâmica econômica tradicional, especialmente nesta fase do processo de globalização, se revela incapaz de atender os objetivos gerais próprios à sustentabilidade social.

Prevalecendo estas suposições acima, é de fundamental importância que o Estado deva participar ativamente no processo de desenvolvimento estadual e local de natureza sustentável, em *especial, como* formulador e implementador de políticas, e investidor e produtor de bens e serviços.

O desenvolvimento sustentável, por definição endógena, e por natureza local, do tipo de baixo para cima, deve se fundar em fontes alternativas, determinando e sendo determinado pela presença da ação governamental, mobilizando poupanças e investimentos capazes de ensejar a valorização e a formação de fatores internos de produção.

A possibilidade efetiva de inclusão produtiva e social das populações locais via desenvolvimento local sustentável depende essencialmente:

- *Do elevado grau de endogenia e autonomia relativa dos processos locais de decisão e da ação coletiva das suas formas de produzir e consumir.*
- *Do respeito às políticas públicas gerais para com as especificidades e aspirações locais.*
- *Da valorização das especificidades produtivas e potencialidades, considerando como fundamental a importância do crescimento sustentável atrelado à expansão do produto regional e local, e de seus efeitos, sobremodo, no emprego e na renda.*
- *Da desconcentração de riqueza e de rendas, em especial, do modo como elas se encontram repartidas no campo e na cidade.*
- *Da preservação de bens ambientais comuns, que demandam a solidariedade inter e intragerações na valorização de diversificados fatores de produção internos ou endógenos.*
- *Da geração de novas tecnologias, adaptadas aos sistemas produtivos com escalas regionais e locais.*
- *Da valorização dos denominados fatores inteligentes, ou seja, a componente humana, o trabalho que, por seu turno, é o único capaz de assegurar a evolução da produção social e coletiva e a transformação das relações sociais.*
- *De modelos de gestão política e institucional local e territorial descentralizados.*
- *De estratégias de resistências competitivas (políticas, sociais, culturais, econômicas) e de mobilização social e política à vista da construção de processos de desenvolvimento local.*

Os pressupostos estratégicos, bem como os possíveis fatores de apoio ao desenvolvimento sustentável local, a serem mobilizados pelo Governo do Estado, em articulação com as diferentes instâncias públicas e coletividades locais, se submetem à valorização e ao enunciado do que se convenciona designar fatores heterodoxos do crescimento e do desenvolvimento socioeconômicos locais.

Cenário Atual da Paraiba: Desenvolvimento Humano

Além das dimensões econômicas e ambientais, a dimensão humana assume destacado papel através da abordagem do desenvolvimento social. Sendo assim, o ser humano passa a ser o foco principal mais importante também quando de se trata dos objetivos relacionados com geração de riquezas e rendas.

Portanto, para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população, é preciso ir além do viés puramente econômico, e considerar os importantes condicionantes sociais, culturais e políticos que influenciam o desenvolvimento social, expresso no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os dados relativos ao Desenvolvimento Humano do Brasil, em 2013, se deram da seguinte forma, de acordo com a evolução do IDH da Paraíba nos últimos 20 anos:

ANO	1991	2000	2010
IDHM Paraíba	0,382	0, 506	0, 658

Fonte: Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para e Desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0, 658, mostra que a Paraíba ocupa a 23ª posição no ranking geral. Dos 223 municípios, apenas cinco apresentaram um nível considerado alto de desenvolvimento. São eles: João Pessoa (0.763), Cabedelo (0.748), Campina Grande (0.720), Várzea (0.707) e Patos (0.701). Outros sessenta e cinco municípios apresentaram nível médio, enquanto que os demais, cento e cinquenta e três, tiveram seu IDH considerado baixo.

Ao cotejar a representação do IDH 2010 com as microrregiões paraibanas, verifica-se que, naquelas não suscetíveis à desertificação, o IDH dos municípios de João Pessoa e Cabedelo, 0, 763 e 0, 748, respectivamente, são superiores ao do Estado.

Nas áreas suscetíveis à desertificação, os municípios que têm IDH considerado alto, também superior ao do Estado, são, respectivamente, Campina Grande, com o índice de 0,720, na mesorregião da Borborema, seguido de Várzea (0,707) e Patos (0,701), ambos na mesorregião Sertão. Na microrregião Umbuzeiro, no Agreste, destaca-se o município de Gado Bravo, com IDH de 0, 513, o menor do estado.

Situação Ambiental

Diante do exposto, constata-se que no nosso Estado, predominantemente situado na região semiárida, a maioria da população convive com as dificuldades naturais, adaptando seu modo de vida às imposições de um meio ambiente que apresenta elevado grau de hostilidade. Uma parcela significativa dessa população vive em vulnerabilidade social e econômica, causando pressão crescente sobre os recursos naturais da região, tornando-a extremamente propícia à desertificação e a outros danos ambientais.

Por sua vez, os baixos níveis de desenvolvimento humano influenciam na degradação ambiental, tanto da Caatinga quanto da Mata Atlântica, formando um círculo vicioso. Somados à super-utilização dos recursos naturais em solos naturalmente pobres, através de práticas agrícolas inadequadas, como o pastoreio excessivo, o uso indiscriminado do fogo, o desmatamento e a destruição de áreas de proteção permanente, provocam o desaparecimento de muitas espécies animais e vegetais, dificultando a convivência humana com o Semiárido.

O bioma Caatinga, predominante na Paraíba, apresenta índices de desenvolvimento inferiores às médias nacionais, o que torna evidente a necessidade de utilizar os recursos naturais de modo sustentável como forma de promover a inclusão social e produtiva.

Os processos de degradação e desertificação da região afetam o desenvolvimento e a manutenção de atividades econômicas, culturais e sociais, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza.

O empobrecimento da população pela perda da produção agrícola, nos períodos de secas, a degradação ambiental e a baixa capacidade de armazenamento de água contribuem para o agravamento da condição socioeconômica da população de vários municípios paraibanos, o que leva a seca a tornar-se um problema climático, com elevadas proporções sociais para a Paraíba.

A qualidade de vida do povo paraibano, que carrega as marcas das precariedades em educação, saúde e capacitação técnica e cidadã, e o seu nível de emprego, ocupação e renda conhecerão melhorias sensíveis através da articulação integral das políticas públicas de desenvolvimento sustentável no nosso território, adequando a exploração econômica ao meio ambiente, com a participação direta das populações afetadas e envolvidas.

Sistemas Produtivos Locais

Nesse sentido, se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas capazes de promover a inclusão social e produtiva, bem como a valorização cultural das populações mais pobres do Estado. Um bom exemplo é o incentivo aos sistemas produtivos locais, chamados oficialmente de Arranjos Produtivos Locais – APLs.

Estes arranjos se originam da mobilização das comunidades e das forças produtivas em torno de atividades como artesanato, confecção, calçados, alimentação, turismo, cultivos diversos e outras, próprias da vocação regional.

Segundo estudo do IPEA, a incidência de pobreza extrema na Paraíba caiu 38% de 2004 a 2009. O Bolsa-Família passou a responder por 39% da renda média dos extremamente pobres na Paraíba e cobre 73% das famílias consideradas nessa faixa. O analfabetismo absoluto caiu de 35% para 27% da população de 15 a 64 anos extremamente pobre paraibana nesse mesmo período.

Na Paraíba, a inatividade econômica aumentou, mas o desemprego diminuiu entre os extremamente pobres, entre 2004 e 2009, conforme quadro a seguir:

População em Idade Ativa (PIA)	2004 (%)	2009 (%)
Inativos	33	42
Desocupados	12	11
Empregados informais	21	15
Empregados formais	2	1
Empreendedores	11	10
Produtores agrícolas	21	22
Empregadores	0	0
PIA	100	100
PIA/população	43	46

Fonte: IPEA

Pobreza Multidimensional (IPM): Índices Recentes

O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013, que divulgou o IDH de 2010, introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos domicílios. É, portanto, um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem, como objetivo, verificar a indigência que vai além da pobreza de renda medida pelo percentual da população que vive com menos de US$1,25 por dia.

O IPM é composto por três dimensões e dez indicadores. A dimensão "Educação" é composta pelos indicadores "Anos de Estudos" e "Matrícula de Crianças". A dimensão "Saúde" é composta por Desnutrição (Adulta e Infantil) e Mortalidade Infantil. A dimensão "Padrão de Vida" é composta por Eletricidade, Água Potável, Sanitário, Revestimento do Piso, Combustível para Cozinhar e Bens Domésticos.

A utilização do IPM permitirá identificar as famílias e as comunidades em situação de extrema pobreza. Ao mapear as áreas críticas e o risco social das famílias, podemos atuar de maneira focada para a erradicação da pobreza, canalizando os recursos para o desenvolvimento de forma mais eficaz, centrando nos que mais precisam.

As ações voltadas para a redução da pobreza deverão estar focadas nos que mais precisam. A adoção do Índice de Pobreza Multidimensional – IPM – permitirá mensurarmos a quantidade de domicílios pobres e a intensidade da pobreza vivida em tais domicílios, possibilitando que áreas com pobreza muito severa sejam priorizadas.

O IPM poderá, portanto, contribuir com o planejamento das políticas de redução da pobreza, possibilitando melhor atendimento, na medida em que revela a intensidade da pobreza em diferentes grupos populacionais, além de ser ajustável para o tamanho do grupo na área de intervenção.

Propostas para da Redução das Desigualdades e Pobreza

- *Desenvolvimento de ações e programas voltados para o incremento da renda agrícola e não agrícola, das capacidades organizacionais e das práticas ambientais na Paraíba e, de forma particular, no semiárido, suscetível à desertificação.*
- *Apoio a empreendimentos produtivos, buscando o fortalecimento das cadeias produtivas já consolidadas, em expansão, ou naquelas em que há fortes indicadores de crescimento. Exemplos disso são: fruticultura, com ênfase para as culturas permanentes de ciclo produtivo mais curto como mamão, maracujá, banana, melão e melancia, e que são produtos potenciais para exportação; artesanato; caprinocultura e ovinocultura; apicultura; turismo; bem-estar e valorização da cultura regional.*
- *Fortalecimento dos meios de vida das comunidades tradicionais da Caatinga e Mata Atlântica, valorizando os saberes locais, garantindo acesso aos recursos naturais e aos meios de produção necessários à sua permanência na região.*
- *Desenvolvimento de programa de educação ambiental, contribuindo para a formação técnica dos jovens em sintonia com o meio onde vivem, e capacitação dos agentes de desenvolvimento local ou comunitário.*
- *Fortalecimento e criação de bancos de sementes e mudas.*
- *Incentivo à criação e fortalecimento de grupos de produção e comercialização envolvendo mulheres, jovens e idosos.*

- *Incentivo à aquisição da merenda escolar e dos alimentos de creches e hospitais públicos junto ao produtor de agricultura familiar, estimulando o consumo de alimentos naturais e, portanto, melhorando o padrão nutricional.*
- *Promoção da inclusão digital, com ampliação do acesso da população dos diversos municípios às novas normas de Tecnologia da Informação e da Comunicação, com especial atenção aos jovens e às crianças.*
- *Abastecimento de água com alternativas de armazenamento: cisternas de placas, poços e barragens subterrâneas.*
- *Fortalecimento e expansão da agricultura familiar de base agroecológica e orgânica e da caprinocultura e ovinocultura, orientadas pelas técnicas de produção conservacionistas, com manejo sustentável, levando em conta a herbívora de caprinos e bovinos, especialmente nas áreas suscetíveis à desertificação e enfatizando a necessidade de diversificação de mercado, garantindo a sustentabilidade do setor.*

Enunciados Políticos Estratégicos Prioritários:
Participação do Jovem na Esfera Pública

Na Paraíba, cerca de 700.000 jovens de 15 a 24 anos integram o contingente da nossa população. Embora representem 18%, constituindo uma parcela significativa, a juventude é, ainda, uma grave lacuna nas ações públicas. Seus problemas recorrentes continuam, praticamente, intocáveis, quais sejam: emprego, educação, cultura, lazer, saúde, sexualidade, drogas, meio ambiente e qualidade de vida, e a eles, ainda, se reserva um papel secundário nos marcos do desenvolvimento humano.

O jovem deve ser considerado como ator proativo, solidário, construtivo e criativo na solução de problemas reais na escola, na família, na comunidade e na vida social e política mais ampla. O jovem é parceiro e não mero receptor das ações do "mundo adulto". Devem ser encarados como interlocutores afirmativos no trabalho social, político e educativo a eles dirigidos.

É importante destacar que o potencial dos jovens é mais significativo do que as suas vulnerabilidades, ampliadas pela ausência de cuidados especiais. O jovem é parte da solução e não apenas problema. É estrategicamente fundamental que sejam criados mecanismos que incentivem e garantam a participação direta do jovem na esfera pública, colaborando na resolução de problemas reais e envolvendo-o como agente principal em questões que lhe dizem respeito.

A visão pública deve, estrategicamente, contribuir para a construção de laços de pertinência e participação comunitária, para a conformação de projetos de vida, com horizontes e perspectivas de futuro e, consequentemente, para a 'prevenção' dos desvios para a violência e a criminalidade.

Desse modo, importa, essencialmente, construir um arcabouço de políticas públicas para a juventude, pautadas num conjunto articulado de ações nas áreas da: educação, formação profissional, lazer, cultura, saúde, meio ambiente, participação política e formação cidadã, prevenção às drogas e à delinquência e, ao mesmo tempo, criar/consolidar meios e critérios que atendam as suas especificidades e demandas presididas pela necessidade de inclusão política e social.

Fundamentalmente, vale Insistir na integração e na participação social e política da juventude, visando ao exercício explícito de cidadania, criando espaços alternativos de vida, necessários ao autoconhecimento, ao espírito solidário e cooperativo.

Devem ser pressupostos estratégicos, que norteiem os esforços públicos, a formação humana e laboral com vistas a sua inserção nas diversas franjas do mercado de trabalho, à preservação dos elos afetivos familiares para que os jovens, até então excluídos, ao aprenderem, possam se sentir incluídos nas famílias e na sociedade com sentimentos de reciprocidade e solidariedade humana.

Finalmente, admite-se que os diferentes eixos e linhas programáticas das políticas públicas para a juventude devam considerar que a essencialidade do reforço dos vínculos com a família, com a escola e com outros ambientes e equipamentos socioculturais sejam eixos de políticas e ações públicas.

Indispensáveis, portanto, são as múltiplas ações que permitirão, hoje e amanhã, consolidar a formação de jovens cidadãos conscientes com uma desenvolvida mentalidade analítica e crítica, capazes de trilhar seus próprios caminhos.

Propostas de Apoio à Juventude

As indicações propositivas que se seguem, sem exaurir outras possibilidades de intervenção pública, pretendem, em caráter preliminar, sujeitas a desdobramentos político-operacionais posteriores, demarcar o marco da intencionalidade política à vista do advento de um novo período de gestão governamental que se avizinha.

Estas propostas visam prioritariamente:

- *Estabelecer um desejável Sistema Estadual da Juventude, o qual deverá se assentar em importantes mecanismos, tais como: Política Estadual, Conselho da Juventude, e Fundo Estadual para o Desenvolvimento da Juventude.*
- *Compartilhar as responsabilidades e deveres dos marcos gerais para o Desenvolvimento Humano da Juventude com os entes públicos, nas diferentes esferas de Poder e articulação, descentralização e integração das políticas em territórios de intervenção, priorizados pela vulnerabilidade e riscos potenciais.*
- *Atribuir, em consonância com as indicações anteriores, prioridades às frações da juventude que tangenciem os seguintes qualificativos: de famílias abaixo da linha de pobreza, jovens abandonados e residentes nas ruas, com deficiências diversas, mulheres e homens negros, brancos, indígenas, quilombolas, LGBT, sem terra, agricultores familiares, trabalhadores informais urbanos, precarizados e desempregados.*
- *Formular e implantar Pacto de Proteção à Infância e Juventude entre as diferentes esferas de Poderes e Governos e a Sociedade Civil.*
- *Estabelecer Áreas programáticas diferenciadas para a Infância e a Juventude, por Programa Estratégico e Emergencial, para o novo ciclo governamental 2014-18.*
- *Providenciar apoio à Rede de Consórcios Intermunicipais de Defesa da Infância e da Juventude e de apoio aos Conselhos Tutelares e sua institucionalização enquanto funções públicas de extrema importância finalística.*
- *Adotar Violência Zero para a Infância e a Juventude e articular propostas de relacionamento e diálogo entre os jovens e os organismos de segurança pública.*
- *Dar suporte ao controle e fiscalização da aplicação do que se encontra disposto na Lei 8.069/90, relativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente e, em espe-*

cial, apoiar a fiscalização das dotações orçamentárias e financeiras dos Fundos Públicos de Apoio à Criança e ao Adolescente.

Ações e Medidas Específicas

- *Definir ações especializadas de atenção integral à saúde do jovem: prevenção de DST/HIV/AIDS, campanhas preventivas, controle do uso abusivo de drogas e implantação e interiorização de unidades de recuperação de dependentes químicos.*
- *Providenciar suporte logístico e protocolos hospitalares emergenciais, regulamentando os atos de atendimento nos casos de aborto, sobretudo de morte de inúmeras mulheres jovens em situações de risco por decorrência de aborto clandestino.*
- *Formular e propor políticas de crédito para inovações tecnológicas, empreendedorismo, cooperativismo, para a juventude e, ainda, construir a definição de um marco legal, que viabilize a economia solidária e criativa em termos de rede de comercialização.*
- *Implantar serviços e equipamentos poliesportivos, culturais e de lazer para a juventude, destinados a gerar alternativas e oportunidades para a ocupação e o uso dos tempos livres enquanto suporte às práticas físicas e mentais, gerando a qualidade de vida, a socialização e o bem-estar social.*
- *Buscar fundos públicos para financiamento de projetos culturais e esportivos independentes por meio de editais.*
- *Propor programa e ações derivadas, visando à radical redução de violências, em particular, a letalidade intencional praticada por atos criminosos, pela violência no trânsito e, ainda, de sucumbência diante das drogas.*
- *Criar as redes estadual e intermunicipais de prevenção e enfrentamento da violência contra a juventude, através da integração de políticas de juventude nos âmbitos dos Poderes Públicos e da sociedade civil.*
- *Implementar políticas de combate à homofobia e ao racismo, de equidade de gênero e de mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência, no intuito de garantir a inclusão social da juventude.*
- *Avaliar e recensear a demanda juvenil nos âmbitos da moradia, levando em conta o entorno e suas precariedades nos marcos de transporte coletivo, equipamentos públicos de esporte, cultura, lazer e convivência coletiva.*
- *Assegurar programas de inclusão social para jovens mulheres convivendo com a exploração sexual, o lenocínio e a prostituição individual, em especial, a montagem de uma rede de proteção, providenciando emprego, trabalho, educação profissional e moradias dignas.*
- *Garantir a divulgação e a conscientização dos jovens no que concerne aos seus direitos e deveres fundamentais e legais, à informação e à comunicação, bem como o acesso a novos conhecimentos, estudos e pesquisas.*
- *Reformulação do Projeto Escola Aberta, municipalizado, em períodos e turnos livres, destinando-os ao cultivo de atividades associadas ao lazer cultural e às artes, envolvendo o desenvolvimento de atividades associadas ao folclore, música,*

literatura, artes plásticas em geral, teatro, dança e bandas musicais e marciais, colaborando para a formação infanto-juvenil.

- *Implantação dos Parques da Juventude, áreas de múltiplas atividades, aliando Cultura, Esporte e Lazer, e utilizando estruturas ociosas e sub-utilizadas dos patrimônios públicos, em especial dos Centros Sociais Urbanos – CSU's;*
- *Possibilitar o contato direto dos jovens com exemplos das heranças remanescentes da formação social, econômica, cultural do povo e da terra paraibana.*

Propostas para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer

- *Promover e implantar o desenvolvimento das ações públicas no campo do lazer, e as voltadas para as áreas físico-esportiva, social e artística, visando à melhoria da qualidade de vida dos paraibanos.*
- *Propor e articular ações intersetoriais, com o objetivo de promover o alinhamento estratégico, coordenando e subsidiando a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos planos, programas e projetos prioritários, considerando as demandas sociais prioritárias.*
- *Oferecer e disponibilizar atividades de formação físico-esportiva e a disseminação do lazer, visando ao alcance da qualidade de vida dos cidadãos e, ainda, à preservação e divulgação de valores culturais, estimulando a participação ativa dos paraibanos no lazer cultural, de forma adequada e permanente.*
- *Apoiar e participar ativamente das ações de cooperação e assistência junto às comunidades, órgãos e entidades de classe, na área de esporte e lazer, sobremodo, visando ao preparo físico, ao equilíbrio mental, à redução de estresses e ao bem-estar na faixa dos idosos, das pessoas com deficiência, jovens, crianças e motivados, vocacionados e capacitados para o esporte.*
- *Disponibilizar parcerias diversas com os setores públicos, semi-públicos e privados, visando à alocação dos recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento dos processos e projetos em assuntos relacionados à área da cultura, do esporte e do lazer.*
- *Desenvolver programas e projetos destinados à formação profissional, à educação e à pedagogia, a múltiplas práticas de esportes e lazer inovadoras quanto aos seus padrões de modernidade e tecnologia, nos âmbitos cultural e esportivo, visando atender diferentes grupos sociais, modalidades, sexo, público-alvo.*
- *Promover e apoiar tanto na esfera estadual, quanto nos governos municipais, diferentes formas de representação popular na gestão de atividades esportivas e de lazer, envolvendo e assegurando o controle social, via formas socialmente organizadas, tais como: comunidades, associações para o esporte e lazer nas áreas urbanas e rurais, bem como os cidadãos que praticam esporte e lazer como elementos integrantes de sua vida cotidiana.*
- *Prover, no sistema estadual de educação, processos envolvidos com o treinamento, difusão e propagação de saberes e de informações de suporte à gestão das políticas públicas para o Esporte e Lazer, mediante a implantação de redes estadual e locais de parceiros, atores e gestores categorizados profissionalmente*

nos múltiplos campos de exercício e na prestação de serviços profissionais de mediação comunitária.

- *Avaliar e quantificar os déficits de infraestrutura e de equipamentos coletivos a partir das demandas coletivas, potenciais e não atendidas de responsabilidade dos setores governamentais, nos âmbitos do esporte e na disponibilização dos meios de lazer, bem como, qualificar as implicações destes déficits para o alcance e a elevação dos níveis de qualidade de vida e do desenvolvimento humano, sobremodo das populações periféricas.*
- *Revigorar, ampliar e consolidar mecanismos de apoio técnico-profissional e financeiro através do Bolsa Atleta, contemplando as mais diferentes modalidades esportivas referenciadas pela excelência e qualidade dos nossos atletas competitivos nas escalas regional, nacional e internacional.*
- *Propor programas subsidiários e variadas formas de apoio ao desenvolvimento e à consolidação de tradicionais clubes de futebol profissionais e amadores, associações, times e grupamentos vocacionados ao atletismo individual e coletivo de todas as naturezas, sobretudo aqueles praticados pelos jovens com deficiências, envolvidos com a competente competição e a excelência da imagem regional e nacional da Paraíba e de sua juventude.*
- *Fazer do esporte e do lazer práticas inclusivas prioritárias, em face dos graves e inadiáveis problemas que permeiam e deflagram a exclusão, a marginalidade e a segregação social e política dos jovens da Paraíba em situações diversas de riscos humanos.*
- *Consolidar e desenvolver o Projeto Gol de Placa e avaliar a pertinência da criação do Programa Bolsa Atleta Escolar, com predominância infanto-juvenil.*
- *Desenvolver, ampliar e incentivar o aperfeiçoamento dos Jogos Escolares da Paraíba, e eventual evolução na geração de eventos esportivos, prevendo a sua interiorização sob a forma de Olimpíadas Escolares da Paraíba, enquanto incremento a surgimento e crescimento de atletas competitivos.*

Ciência, Tecnologia e Inovação

Eixos Fundamentais para o Desenvolvimento da Paraíba

Antes de mais nada, faz-se necessário o reconhecimento da revolução tecnológica que a humanidade tem acompanhado desde o final do século passado e neste início de século XXI. Não é demais afirmar-se que a tecnologia, a largos passos, transformou e tem transformado a civilização como um todo, desde as relações entre pessoas, instituições e governos, passando pelas inovações tanto na velocidade, quanto na forma de se transmitir as informações que por estes agentes trafegam.

Contudo, persistem no Brasil, ainda, as dificuldades de articulação interinstitucional entre a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e os setores produtivos, em especial o setor industrial. A consequência é o descompasso entre o incremento da produção acadêmica brasileira de boa qualidade e o aumento das importações nacionais de produtos de alta tecnologia em detrimento de uma matriz nacional como, por exemplo, nas áreas de automação, saúde, materiais especiais e sistemas complexos.

O trabalho de pesquisadores, cientistas e técnicos, organizados sob a forma de redes com o setor produtivo (empresas), é fator determinante para a consolidação de um modelo de desenvolvimento tecnológico autônomo e sustentável que se destine, entre outras finalidades, a atender às justas demandas sociais.

Neste sentido, é prioritário apoiar e desenvolver ações que visem à utilização dos conhecimentos e técnicas desenvolvidas nas Instituições de Ciência e Tecnologia – ICTs paraibanas, o que pode permitir não só a mudança do patamar competitivo das empresas instaladas no Estado, como também a criação de um ambiente propício à atração de novos investimentos industriais, o surgimento de empresas de base tecnológica e, ainda, a busca de soluções práticas para a superação das desigualdades regionais.

Uma articulação efetiva entre as ICTs paraibanas e a indústria pode permitir não só a geração de empregos qualificados no Estado, como também fazer com que a Paraíba deixe de ser um polo exportador de talentos, ou seja, dando oportunidades a seus filhos de estabelecer ou participar de empresas locais de base tecnológica.

É igualmente importante a convergência dos padrões da produção científica e tecnológica à resolução de problemas locais, levando em consideração aqueles que atingem os grupos menos

favorecidos, aportando soluções técnicas que visem à maximização das nossas potencialidades e do estoque de riquezas naturais.

Neste sentido, há o entendimento de que, embora sejam necessárias, é fundamental diversificar as matrizes tecnológicas de origem externa, que pouco têm a ver com as nossas especificidades e potencialidades produtivas. Este é o caso exemplar das nossas "restrições climáticas", dominantes no semiárido paraibano. A reinvenção do semiárido paraibano, associada ao enfrentamento da desertificação na Paraíba, demanda ações que visem à produção e à transmissão de conhecimentos sobre novas tecnologias adaptadas à nossa realidade humana e produtiva.

Nesta perspectiva, a inovação tecnológica é o eixo central que permitirá romper com padrões tecnológicos homogêneos distantes das nossas especificidades socioeconômicas.

A ciência, a tecnologia e a inovação devem ser entendidos como elementos fundamentais para o desenvolvimento social, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades.

Compromissos

- ***Afirmar os compromissos do Governo com a ciência, tecnologia e inovação, através de ações vigorosas:***
  - *Garantir investimentos na UEPB e na FAPESQ;*
  - *Apoiar vigorosamente as instituições de ensino superior de excelência no Estado, aumentar significativamente o número de doutores formados no Estado e melhorar a qualidade e visibilidade da produção científica e tecnológica feita na Paraíba;*
  - *Afirmar o compromisso da Fapesq com especial ênfase no apoio a jovens pesquisadores no início de carreira e a projetos de pesquisa multidisciplinares, envolvendo as mais diversas áreas do conhecimento.*
- ***Ampliar o acesso e a difusão da pesquisa científica e tecnológica para a superação de problemas sociais:***
  - *Estimular o acesso mais democrático ao ensino superior, em especial na modalidade pública e gratuita, para avançar no nível de escolaridade da população;*
  - *Incrementar, via FAPESQ (através de editais e chamadas públicas de projetos de pesquisas) a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à solução dos problemas do Estado;*
  - *Ampliar a educação científica e tecnológica, essencial para a formação de futuros pesquisadores e professores de ciências, através da criação de programas especiais para ensino em matemática, ciências e computação nas escolas públicas do ensino fundamental e médio;*
  - *Incluir a questão territorial no apoio à ciência e à tecnologia na Paraíba, através da oferta diferenciada de financiamentos para a inclusão de aspectos territoriais da pesquisa e inovação, ressaltando o papel articulador dos municípios na proposição de temas e problemas e na apropriação de resultados;*
  - *Estabelecer maior parceria do Governo Estadual com o Governo Federal na área de Ciência, Tecnologia e Inovação;*

- *Enfrentar os desafios do século XXI, fortalecendo pesquisas científicas que permitam acelerar a transição para uma economia de baixo consumo de carbono, redução da poluição, energias limpas, aumento significativo da segurança no trânsito urbano e rodoviário.*

- ***Promover a dinamização da economia mediante a cooperação técnica entre as ICTs Paraibanas e o setor produtivo:***
  - *Criar mecanismos de estímulo ao desenvolvimento, produção e inovação em tecnologias de saúde;*
  - *Estimular a criação e incubação de empresas de base tecnológica no Estado com apoio de ICTs e parques tecnológicos;*
  - *Estimular a participação de pesquisadores e professores em projetos cooperativos com o setor produtivo;*
  - *Rever as estratégias e políticas para as ICTs e parques tecnológicos no Estado, visando aumentar a eficiência desses órgãos na ligação entre o mundo acadêmico e a demanda do setor produtivo;*
  - *Formalizar e institucionalizar uma infraestrutura tecnológica inovadora no Estado para incorporar a inovação ao processo produtivo, visando à competitividade global;*
  - *Incentivar e apoiar a inovação na Paraíba, com medidas para estimular a inovação nas pequenas empresas e apoiar os sistemas de informação que acelerem os processos de assimilação de novas tecnologias pelas empresas;*
  - *Fomentar a interação entre universidade e setor privado, visando ampliar sobremaneira a capacidade inovadora do Estado da Paraíba;*
  - *Estabelecer um Plano Estratégico de Tecnologias da Informação, que inclui os setores de hardware, de software e serviços de TI e de infraestrutura avançada de TI;*
  - *Restabelecer os mecanismos de participação da comunidade técnico-científica da Paraíba na definição, acompanhamento e avaliação das políticas de Inovação, Ciência e Tecnologia, promovendo-se a reestruturação e reativação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação;*
  - *Formalizar e institucionalizar uma infraestrutura tecnológica inovadora no Estado para incorporar a inovação ao processo produtivo, com destaque para o semiárido visando à competitividade nacional e global;*
  - *Atualizar o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a contribuição dos setores atuantes nas ICTs paraibanas, assegurando-se os recursos necessários para sua execução, de acordo com o que prevê a Constituição da Paraíba no referente ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia;*
  - *Priorizar investimentos tecnológicos, observando os Arranjos Produtivos Locais – APL;*
  - *Criar a Lei de Inovação do Estado da Paraíba.*

- ***Promover o uso das tecnologias da informação e comunicação para ampliar o acesso à internet e garantir transparência na gestão estadual:***
  - *Fomentar as comunidades desenvolvedoras de software livre e fortalecimento de seu uso pelo Estado;*
  - *Fomentar o desenvolvimento tecnológico, a educação e a aceleração do Plano de Banda Larga, visando à regionalização e interiorização dessa infraestrutura;*
  - *Ampliar o uso da Tecnologia Digital, implantando a nova geração de banda larga na Paraíba, de forma a ampliar o acesso avançado à internet para a população do Estado, em especial para escolas e centros de formação;*
  - *Promover o acesso à internet via rede híbrida, integrada a um Plano Banda Larga, visando também à melhoria da gestão estadual e municipal e à oferta de serviços de e-GOV, com foco no cidadão;*
  - *Fomentar a interação da cidadania digital com os dados públicos estaduais dentro de uma política de dados abertos.*

Preservação de Ecossistemas Vulneráveis:
Pressupostos Gerais

As premissas centrais que determinam a concepção e a implantação de políticas públicas concernem à preservação de ecossistemas vulneráveis e devem envolver um severo controle das inúmeras fontes de poluição ambiental. Estas premissas se fundam na imprescindibilidade de equacionar os antagonismos observados entre o desenvolvimento e o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais não renováveis.

Estas considerações se fundam na aceitabilidade de que o aproveitamento das potencialidades naturais e as necessidades presentes do desenvolvimento humano devem atentar para que ações públicas e privadas evitem o comprometimento da sobrevivência saudável das atuais e futuras gerações.

A sustentabilidade ambiental e a preservação dos ecossistemas exigem, portanto, políticas enérgicas dos entes públicos e semipúblicos, enquanto reguladores, produtores, indutores e disseminadores de bens e serviços indivisíveis e imprescindíveis ao bem-estar coletivo.

Na Paraíba, depois de décadas, se observa a disseminação de graves riscos que comprometem os nossos recursos naturais, verificados através de dinâmicas demográficas e econômicas de natureza predatória. Ou seja:

- *Ocupação e uso desequilibrados dos solos urbanos, pela presença de rápidos e constantes fluxos migratórios para as cidades comprometendo a preservação ambiental.*
- *Crescimento desequilibrado das grandes cidades, quer pela ausência de planejamento urbano, quer ainda pela velocidade no consumo desequilibrado dos solos urbanos, comprometendo, assim, os índices de poluição e de qualidade de vida.*
- *O uso intensivo de recursos naturais, em especial hídricos, cobertura vegetal, intensividade concentracionista de população e de atividades produtivas, com elevados impactos poluidores nos âmbitos dos cursos d´água e dejetos humanos e industriais.*

- *Escassez de nossos mananciais e cursos d´água, aliada à poluição via lançamentos de saneamento básico, dejetos e rejeitos produtivos, constituindo um gravíssimo problema de comprometimento e não renovação do nosso principal recurso escasso e não renovável: a água.*
- *A indisponibilidade crescente e avassaladora de recursos hídricos em dois extremos, escassez versus poluição intensiva notadamente de lançamentos de resíduos urbano-industriais, comprometendo as estratégias de ações para o desenvolvimento sustentável e produtivo.*
- *Intensiva presença de resíduos sólidos no entorno de áreas urbanas, com a consequente degradação da qualidade de vida populacional em termos do bem-estar e da saúde pública.*
- *A renitente prática de exploração agropecuária em solos rurais, assim como a supressão da cobertura vegetal e a extração de minérios, o que compromete a preservação de ecossistemas dos biomas naturais, intensificando consequências graves nomeadamente no processo de desertificação.*

Enunciados Políticos:
Estratégias de Sustentabilidade Ambiental

O difícil equilíbrio entre as dinâmicas econômicas e a preservação ambiental, não presente nos tempos atuais, exigirá de nosso governo, nos próximos quatro anos, marcos estratégicos de convivência da sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento da Paraíba. Para isto, é fundamental a ocorrência de políticas e ações governamentais orientadas para:

- *Definir estratégias, mediante políticas públicas de promoção, preservação e recuperação de áreas e ecossistemas degradados com vistas ao desenvolvimento sustentável de regiões, áreas, localidades (urbanas e rurais) estagnadas e em processos de erosão ambiental.*
- *Avaliar experiências regionalizadas a partir de modelos sustentáveis de desenvolvimento local – urbano e rural – mediante o intensivo aproveitamento de vocações e potencialidades indiferenciadas, no que concerne a uma rigorosa política ambiental.*
- *Promover a adequação e a regionalização de políticas públicas gerais e específicas adaptadas às especificidades socioeconômicas, culturais, espaciais locais, em consonância com os pressupostos inerentes à preservação ambiental e ao enfrentamento das fontes de poluição humana e produtiva.*
- *Estimular a inovação e a disseminação de novas tecnologias adaptadas aos sistemas produtivos em escalas regionais e locais, com ênfase na implantação de modelos alternativos centrados no desenvolvimento sustentável e na preservação do meio ambiente.*

A Paraíba e seus Biomas:
Mata Atlântica, Caatinga e sua Importância Socioeconômica

A Paraíba tem seu território ocupado por dois biomas: a Caatinga e a Mata Atlântica. As áreas compõem o chamado semiárido paraibano, cuja principal representação é a caatinga, maior parte do território estadual.

A Mata Atlântica no Estado da Paraíba

A Mata Atlântica na Paraíba abrange a faixa contígua ao litoral, incluindo os ecossistemas de mata, restinga e manguezal. Ocupa, basicamente, a área correspondente à Mesorregião João Pessoa ou Mata Paraibana.

Os ecossistemas de Mata Atlântica no Estado foram impactados, principalmente, pela expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e pela ocupação urbana.

Caatinga

A paisagem da Caatinga é dominada por uma vegetação arbustiva, ramificada e espinhosa. Os chamados brejos de altitude estendem-se sobre as encostas e topos das serras com mais de 500 m de altitude e recebem mais de 1.200 mm de chuvas.

O Bioma Caatinga, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se estende por 92% do Estado da Paraíba, ocupando, basicamente, a área correspondente às Mesorregiões Sertão, Borborema e Agreste.

Direta ou indiretamente, as florestas da Caatinga são utilizadas para sustentar atividades tradicionais como a pecuária extensiva adaptada às condições naturais do Semiárido. Também são igualmente importantes alguns produtos florestais, como cascas e raízes, para a produção de tanino, extração de fibras e a coleta de frutos.

Os municípios que integram áreas de ocorrência de Caatinga apresentam fragilidade socioeconômica e vulnerabilidades decorrentes da escassez de água e da distribuição irregular das chuvas. Em vista dessa peculiaridade, muitas vezes se faz referência ao Semiárido Brasileiro (ou simplesmente Semiárido), entendendo-o como o bioma Caatinga.

A região se constitui como o semiárido mais densamente povoado no mundo e a maior parte de sua população vive sob grande vulnerabilidade social e econômica.

Agricultura

Em geral, a produção agrícola na Caatinga caracteriza-se como de subsistência, com baixos níveis de produtividade, pequena absorção de insumos tecnológicos e pouca assistência técnica. Além disso, está sujeita às vulnerabilidades climáticas acentuadas por períodos de seca.

Pecuária

A pecuária extensiva, que inclui o manejo de bovinos, caprinos e ovinos, é uma das bases da economia da região, sendo de grande importância socioeconômica. Convém ressaltar que a

expansão dos assentamentos humanos no Semiárido deveu-se, em grande parte, ao desenvolvimento da pecuária extensiva tradicional. Porém, o desmatamento e a degradação no bioma Caatinga também têm relação com o avanço de áreas de pastagens, bem como com as técnicas inadequadas utilizadas.

Mineração

A mineração da Paraíba ocorre principalmente na região do Seridó, onde afloram rochas minerais de grande valor econômico como: granito, calvário, feldspato, caulim, columbita, xelita, quartzo rosa e branco, urânio e outras. É realizada ainda de forma rudimentar, com baixa produtividade, onde somente 30% do que é extraído é comercializado, sendo 70% considerado rejeito.

Esse rejeito é lançado no meio ambiente, o que provoca, além do desmatamento e da escavação de terras em grandes extensões, o lançamento de resíduos de pó e produtos químicos no solo, no ar, na vegetação e na água, resultando em perda de cobertura vegetal, degradação do entorno, poluição do solo e assoreamento do corpo hídrico. O extrativismo mineral é um dos causadores do processo de desertificação da Caatinga.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável da Paraíba em equilíbrio com a questão ambiental, é imprescindível, nos biomas Caatinga e Mata Atlântica, promover a articulação e a transversalidade entre as Políticas Ambientais, Agrícolas, de Recursos Hídricos, de Resíduos Sólidos, de Saneamento, além das ações relacionadas ao desenvolvimento da agropecuária e da pesca, às áreas protegidas, à exploração de recursos naturais,à mineração, ao turismo, entre outras.

Além disso, é fundamental fortalecer a participação da sociedade na gestão ambiental dos biomas, combinando com a descentralização das políticas públicas quanto ao uso sustentável dos recursos naturais.

Propostas de Intervenções:
Manejo Sustentável

- *Consolidar o setor econômico de produtos e serviços ambientais, fomentando a inovação e a geração de emprego e renda.*
- *Desenvolver iniciativas que utilizem unidades de conservação como alavancas para o ecoturismo.*
- *Desenvolver indicadores que demonstrem os avanços sob a ótica da qualidade socioambiental.*
- *Incentivar negócios fundamentados na geração de energias renováveis.*
- *Fomentar práticas ambientais inovadoras e empreendedoras nos setores produtivos do Estado.*
- *Reformar e agilizar o licenciamento ambiental.*
- *Desenvolver programas de educação ambiental no Estado da Paraíba.*

Biomas Caatinga e Mata Atlântica: Políticas Públicas

- *Implementação de ações de enfrentamento à desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação no Estado da Paraíba, que correspondem a 208 municípios, a exemplo da utilização de sistemas de agro-silvo-pastoreio.*
- *Produção de mudas das espécies nativas da Caatinga e Mata Atlântica, utilizando as estruturas dos diversos órgãos e instituições, inseridos nos respectivos biomas, e repovoamento dessas espécies, inclusive na proteção de nascentes e recuperação das matas ciliares, arborização e paisagismo, em parceria com as organizações sociais e prefeituras municipais.*
- *Incentivo à criação de viveiros florestais com espécies nativas dos biomas Caatinga e Mata Atlântica (institucionais e familiares) e quintais produtivos.*
- *Incentivo ao desenvolvimento do uso de fontes limpas de energia (eólica, solar, gás natural, biodiesel).*
- *Adoção e difusão de tecnologias para estoque de forragens no período seco.*
- *Criação de incentivos e remuneração por serviços ambientais, voltados à proteção e preservação da Caatinga e Mata Atlântica.*
- *Apoio à instalação de consórcios para construção dos aterros sanitários.*
- *Recuperação de áreas degradadas em assentamentos nos biomas Caatinga e Mata Atlântica.*
- *Fortalecimento do turismo como atividade econômica alternativa nos segmentos rural, ecológico, histórico, arqueológico e científico, nos biomas Caatinga e Mata Atlântica.*
- *Criação de mecanismos de premiação para os municípios que desenvolvam ações de proteção e conservação do meio ambiente.*
- *Articulação da SUDEMA com as prefeituras municipais, com o intuito de promover uma política estadual voltada para a preservação do meio ambiente.*
- *Estabelecer cooperação com as universidades, com o objetivo de estabelecer uma política de pesquisa científica voltada para a recuperação e preservação das áreas devastadas.*

Biomas Caatinga e Mata Atlântica: Propostas de Manejo Sustentável

- *Realização do Zoneamento Econômico Ecológico em todo o Bioma Caatinga e na Mata Atlântica, para estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental, destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.*
- *Criação do Sistema Estadual de Alerta Precoce às Secas e Chuvas Intensas.*
- *Fortalecimento das Unidades de Conservação em cada microrregião da Paraíba inserida nos biomas Caatinga e Mata Atlântica.*
- *Realização de zoneamento de áreas propícias para a irrigação e mapeamento de áreas passíveis de salinização resultantes de processos de irrigação.*

- *Definição de cursos das estradas para a construção de corredores ecológicos nos biomas Caatinga e Mata Atlântica, dando passagem aos animais da região.*
- *Regularização fundiária para as áreas protegidas já criadas nos dois biomas.*
- *Estímulo ao manejo florestal na caatinga e mata atlântica e difusão de tecnologias para evitar queimadas nas limpezas de áreas agropastoris.*
- *Apoio à ampliação do estoque de sementes nativas.*

Propostas de Políticas de Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos, Saneamento e Irrigação

- *Revitalização de Bacias Hidrográficas, objetivando recuperar, conservar e preservar as bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade ambiental, por meio de ações permanentes e integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos.*
- *Restauração da cobertura vegetal das áreas de preservação permanente, principalmente as matas ciliares, nascentes, topos e encostas de morro.*
- *Fortalecimento da gestão participativa dos recursos hídricos, dando maior autonomia aos comitês de bacias hidrográficas e capacitando os usuários de água para a prática de usos racionais e sustentados desses recursos.*
- *Construção de cisternas de placas, barragens subterrâneas, poços e demais formas de armazenamento alternativos de água.*
- *Incentivo à instalação de consórcios para construção dos aterros sanitários.*
- *Uso de torneiras e descargas com vazão econômica em todos os órgãos públicos da Paraíba.*
- *Incentivo ao uso de sistemas de irrigação e drenagem mais eficientes, com assistência técnica e ações de extensão universitária.*
- *Manejo, contenção de áreas salinizáveis e monitoramento do uso dos rejeitos dos dessalinizadores existentes.*
- *Incentivo à implantação de saneamento básico nos municípios e comunidades.*

Propostas para o Projeto de Transposição do Rio São Francisco na Paraíba

As ações previstas no Projeto São Francisco devem se articular com ações desenvolvidas no Estado da Paraíba, tais como:

- *Revitalização das bacias hidrográficas atingidas, através de reflorestamento.*
- *Apoio à criação de uma rede de coleta e tratamento de esgotos domésticos.*
- *Realização do Programa de Apoio ao Controle de Processos de Desertificação.*
- *Otimização dos recursos naturais existentes. sem comprometê-los a longo prazo.*
- *Conscientização do manejo correto da agricultura irrigada e do uso sustentável das terras.*
- *Desenvolvimento de programas de Educação Ambiental e implantação de Unidades de Conservação no Sertão e Cariri paraibano.*

Paraíba:
Um Estado de Oportunidades

Fundamentadas em análises setoriais e na atual realidade econômica do Estado, as propostas a seguir apresentadas procuram indicar caminhos para mudar a realidade econômica da Paraíba. Os objetivos são: buscar um desenvolvimento consistente e crescente, procurando estimular políticas de desenvolvimento descentralizado, de forma a corrigir as desigualdades entre regiões do Estado; melhorar o PIB *per capita*, objetivando situá-lo no nível igual ou maior que o PIB *per capita* do Nordeste; e reposicionar a Paraíba no 4°. lugar no *ranking* das economias da região, procurando, desse modo, inserir a Paraíba não apenas como destino turístico, mas principalmente, como ***um estado de oportunidades para todos.***

De fato, procura-se repensar a Paraíba no que tange à sua politica de desenvolvimento. Isso exige apostar numa politica pública que vise otimizar os nossos pontos fortes e as oportunidades criadas por novos fatos positivos e instigantes, que se colocam no horizonte, como a criação de um polo industrial automobilístico, vidro e farmacoquímico no litoral sul do Estado da Paraíba; a transposição do São Francisco e a Transnordestina, mitigando os efeitos dos pontos fracos e das ameaças que se apresentarem.

É repensar, antes que seja irreversível, o esvaziamento das regiões centrais do Estado e sua concentração no litoral, fato que impõe uma visão de interiorizar o desenvolvimento, para fixar o homem no campo e reverter estes fluxos. Isto passa também por uma seleção e dinamização de cadeias produtivas que, nos horizontes de curto, médio e longo prazos, possam oferecer novas opções e nova dinâmica para o desenvolvimento do Estado.

Só um governo democrático, humano, respaldado pela população será capaz de enfrentar, com coragem e ousadia, esses grandes desafios.

Economia Paraibana:
Alguns Aspectos Macros

- *A economia paraibana se concentra fortemente no setor de serviços, replicando situação nacional e gerando 74% do PIB ou perto de 26,2 bilhões de reais. O PIB paraibano é 57% menor que o PIB nacional e a nossa participação nacional permanece estagnada em 0,8%, sendo hoje a Paraíba o sexto Estado regional (historicamente ocupávamos a quarta posição).*
- *Chama atenção o alto grau de concentração da economia, pois apenas cinco municípios, entre os 223, concentram 57,81% da economia do Estado, gerando em conjunto R$ 20,5 bilhões do total de R$ 35,4 bilhões. São eles: João Pessoa – 28,52%; Campina Grande – 15,07%; Cabedelo – 7,9%; Santa Rita – 3,96% e Bayeux – 2,36%.*
- *Estas cidades concentram 38% da população paraibana e mostram que, no raio de 100 km a partir de João Pessoa, detêm cerca de 58% da geração do PIB da Paraíba.*
- *A Paraíba compra em média R$ 30,4 bilhões/ano em mercadorias e serviços (80% das transações com o Nordeste e o Sudeste do País) e vende em torno de R$ 21,4 bilhões, com déficit de cerca de R$ 9 bilhões/ano. Pernambuco e São Paulo concentram 45,4% dos negócios.*
- *A Paraíba vive a melhor fase do chamado bônus demográfico, que é o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Em consequência, nesta década, a Paraíba experimentará os efeitos positivos desse bônus demográfico, quando cerca de 65% da população se encontrará em idade de trabalho.*

Pressupostos para Propostas
de um Novo Governo

Os pressupostos abaixo foram gerados através de entrevistas com *players* de diversos setores industriais e pesquisas em fontes variadas:

- *Existe falta de diálogo do Governo Estadual e dos órgãos governamentais com o setor industrial, fato também identificado por outros segmentos da economia; certa insegurança jurídica gerada por constantes mudanças na política tributária e de incentivos fiscais, e falta de órgãos que coordenem efetivamente a implantação eficiente e eficaz de políticas públicas de desenvolvimento.*
- *A pressão urbana gerada pelos movimentos migratórios e a falta de estimulo à fixação do homem no campo impõem a necessidade de repensar a politica de desenvolvimento econômico. Do contrário, o que se veria é o agravamento das atuais situações, como o aumento da violência nas grandes cidades paraibanas, o aumento do déficit de infraestrutura e a oferta reprimida de serviços básicos,*

como saúde e educação, além do problema de moradia. Isso implica, por exemplo, na crescente pressão gerada sobre os polos industriais em função desta crescente urbanização das regiões no entorno das grandes cidades, o que resulta em custos operacionais mais altos para novos investimentos (provocados em parte pela especulação imobiliária que onera o preço dos terrenos e a competição com o setor de serviços, pelo acesso aos fatores de produção, entre os quais a mão de obra), além de equívocos estruturais no que tange à ocupação dos terrenos e seu uso, nos entornos das áreas industriais.

- *É crescente a perda da competitividade da indústria e a diminuição da participação do segmento industrial na geração do PIB paraibano, em grande parte pelo peso ascendente das importações no consumo e aumento dos custos tributários, em relação a outros estados vizinhos.*
- *Constata-se um aumento significativo da participação do setor terciário na geração do PIB, o que cria uma situação de distorção, insustentável a longo prazo, pelo fato de que das nove maiores cadeias empregadoras, responsáveis pela geração de mais de 50 % dos empregos formais, apenas uma, a dos professores, exige qualificação de nível superior, gerando empregos de baixa renda média e sem perspectivas de maior crescimento.*
- *Existe incerteza quanto ao fornecimento de energia elétrica a longo prazo. A Paraíba é fortemente dependente de geração externa de energia, possui uma planta de geração própria fortemente dependente de geração por termoelétricas e não há estímulo à adoção de energia gerada por fontes renováveis, aproveitando o potencial eólico e solar característicos do Estado.*
- *Existem ineficiências claras de infraestrutura, que oneram o custo de produção, exemplificadas pela deficiência no saneamento básico, pela incerteza quanto à disponibilidade do suprimento de água, além do precário estado atual das rodovias estaduais.*
- *É grave e passível de crítica a politica equivocada de incentivo à instalação de centros de distribuição, que trazem produtos feitos fora do Estado para competir com as indústrias produtoras locais.*
- *É notória a perda da capacidade de planejamento do Estado, evidenciada pela inexistência de Planos Diretores para as cidades-pólo, gerando gargalos na mobilidade urbana, no fornecimento de serviços básicos (saneamento básico, água, gás canalizado, etc.) e pela ausência de uma clara politica industrial para o Estado com incentivos para atração de novos investimentos.*
- *É baixa a disponibilidade de mão de obra especializada.*
- *Falta de estimulo a programas estruturadores como, por exemplo, o Programa do Leite, que fez a produção de leite cair de 120.000 litros de leite/dia para cerca de 17.000, fechando 14 das 21 usinas, por falta de negociação com o Governo Federal sobre os critérios de aquisição por parte do MDS, hoje financeiros, antes volumétricos.*
- *Apesar desta sensação de desânimo em relação aos rumos da economia paraibana , existe grande expectativa positiva em relação às oportunidades oferecidas pela transposição do Rio São Francisco e pela criação do Polo Automobilístico no Sul do Estado.*

Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços:
Estruturação, competitividade e sustentabilidade

Os aspectos anteriormente comentados indicam a necessidade de ações planejadas e ousadas que possam repensar e fazer avançar a economia paraibana, bem como corrigir e reverter tendências negativas e reconciliar o governo com a sociedade. Isso passa por:

Criação de Fóruns de Diálogo com os Setores Produtivos para Construir Soluções de Consenso e Sustentáveis.

- *Criar **Câmaras Setoriais**, que aglutinem os anseios e interesses dos diversos segmentos das Cadeias Produtivas, atuando em parceria com o Setor Público. Esta parceria resulta no apoio à formulação e condução do desenvolvimento de uma política pública eficiente, pautada na geração de postos de trabalho, melhoria de renda, bem como ampliando a eficiência econômica no mercado interno ou em ações de exportação.*
- *Moralização e regularização da contratação, execução, fiscalização e pagamento das obras públicas, com racionalidade e transparência.*
- *Promover uma atuação sinérgica entre Governo e Agentes de Desenvolvimento, adaptando a máquina pública às decisões dos fóruns de debate, de maneira transparente, eficiente e eficaz, retomando o conceito de Comitê Gestor do Estado.*
- *Fortalecer a Central de Compras do Estado e estimular a aquisição de produtos e serviços locais.*

Criação de Instrumentos de Estímulo ao Desenvolvimento.

- *Instituir **Agência de Fomento** para melhor coordenar a ação do Governo no setor industrial e em outros setores da economia, como instrumento importante para a democratização do crédito às camadas mais baixas da população e, também, para as pequenas e médias empresas, inclusive Cooperativas.*
- *Recompor a capacidade de planejamento do Estado, pelo estímulo à atualização, renovação e reorganização de centros de produção de Planejamento.*

Consolidação da Base Industrial e Comercial do Estado, Agregando Valor à Cadeia Produtiva e Criando Estímulos ao Fomento das Atividades Industriais e Comerciais.

- *Criar incentivos por meio de parcerias empresariais, parcerias com centros de pesquisa, financiamento de programas de pesquisa e desenvolvimento, no sentido de agregar valor à cadeia produtiva no Estado, tais como cana-de-açúcar, etanol, calçados, bentonita, bebidas, têxtil, cimenteira, construção civil, entre outras.*
- *Promover revisão da politica fiscal como fator de estímulo ao desenvolvimento do Estado.*

- *Estimular a alteração do* mix *de produtos, focando aqueles que possam agregar valor e produzindo localmente aqueles com maiores valores agregados, como a segunda geração dos derivados de álcool, beneficiamento do CO^2, agregação de produtos de couro ao* mix *de produtos da indústria de calçados e beneficiamento de pedras decorativas, entre outros.*
- *Estimular a integração de arranjos produtivos, criando consórcios de produção e utilizando subprodutos de uma cadeia em outras cadeias. A palha de cana, por exemplo, pode ser aproveitada como forragem para pecuária e/ou caprino e ovinocultura, através da criação de polos de formação de forragem e sua integração logística, a preços competitivos. Este conceito poderá ser aplicado a outros subprodutos.*
- *Ampliar parcerias com órgãos de pesquisa e desenvolvimento como Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado Albano Franco, CTCC, que desenvolve atividades na área de educação profissional e consultorias técnicas em* design *estratégico, modelagem, prototipagem, projetos de implantação e adequação de fábricas de calçados e artefatos;*
- *Reavaliar a adoção do conceito de Zona de Processamento de Exportação, o que permite, por exemplo, viabilizar linhas de calçados de alto* design *para exportação.*
- *Estimular a construção civil, com adoção de programas de introdução de novas tecnologias de produção, notadamente nas habitações de interesse popular.*
- *Revisar a política tributária para estimular a compra de insumos no mercado local e o barateamento dos investimentos, pela politica de integração de modais logísticos e disponibilidade de terrenos públicos improdutivos para a construção de unidades para a população de baixa renda.*
- *Reativar o Programa do Leite, com a substituição do referencial financeiro para compras pelo referencial volumétrico, devolvendo o estímulo ao setor e recompondo a cadeia produtiva.*
- *Reduzir a elevada informalidade predominante no setor terciário, mediante a formulação de políticas de incentivo à formalidade (*kit *para microempreendedor – empresário do comércio).*
- *Revisão do modelo de gestão e de atuação da Junta Comercial, desburocratizando e reduzindo as diversas e pesadas taxas cobradas, quando comparadas com as congêneres da região;*
- *Ofertar linha de crédito para o micro e pequeno empreendedor, principalmente para os pequenos arranjos produtivos, vinculando esse crédito a um processo de capacitação básica (noções básicas de gestão, custos, orçamento, etc), dinamizando as relações comerciais;*
- *Estimular a formação de rede (consórcio) para compras, que pode representar uma redução em torno de 15% dos custos, compensando o impacto do frete, que hoje representa um custo de aproximadamente 20%. (O SEBRAE tem* expertise *nessa área).*
- *Fortalecer a cadeia produtiva do turismo com consequências positivas no ambiente de negócios e no próprio comércio.*
- *Construir pequenos Centros Comerciais em cidades polos, como forma de promoção e divulgação da produção regional (com exploração pela iniciativa privada), integrando a cadeia comercial ao setor produtivo local.*

Estímulo à Formação de *Clusters* Destinados a Criar Condições na Paraíba para um Projeto Estruturante de Desenvolvimento Sustentável a Fim de Integrar ao Máximo Todos os Municípios Paraibanos.

- *Estimular os arranjos produtivos locais nas regiões que possuem vocações e potencialidade própria, tornando-as capazes de gerar atividades econômicas sustentáveis e desenvolvimento em áreas muitas vezes degradadas. São exemplos de APL: confecções, avicultura, fruticultura, capri ovinocultura, floricultura, piscicultura, aquicultura, entre outras.*
- *Buscar interação com vários atores promotores de fomento, tais como SEBRAE e EMBRAPA, para atualizar essas potencialidades e estruturar clusters, que são uma concentração de empresas ou associações produtivas que se comunicam por possuírem características semelhantes e existirem no mesmo local.*
- *Discutir a criação da Ciranda do Desenvolvimento, uma estrutura que fará a divulgação através da exposição de produtos e serviços da região, estimulando a troca de experiências, ciclo de palestras, resgatando o antigo peso das feiras como polos de negócios em apoio aos Arranjos Produtivos Locais.*

Estabelecimento de Parcerias Setoriais e Geográficas no Sentido de dar Maior Dinâmica à Economia Paraibana

- *Desenvolver parcerias com os estados fronteiriços, o que tem relevante importância em nossas transações comerciais, buscando benefícios para a Paraíba.*
- *Ampliar estudos no sentido de viabilizar, de forma concreta, a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), uma das formas de associação entre estados e municípios, prevista na Constituição Brasileira.*
- *Os pressupostos que orientam esta estratégia são:*
  - ✓ *Incentivar a gestão compartilhada do processo de desenvolvimento da Área de Interesse Comum;*
  - ✓ *Construir uma estratégia de inserção da sociedade - seus atores sociais e agentes públicos – no projeto de desenvolvimento sustentável desse Território;*
  - ✓ *Executar ações compartilhadas onde se observe uma convergência de interesses locais (municipais/estaduais);*
  - ✓ *Atender a perspectiva de desenvolvimento sustentável, que tem como condição um ordenamento territorial que garanta a mobilidade das pessoas, informações e o fluxo das mercadorias e dos serviços, propiciando um meio ambiente que assegure qualidade de vida a sua população;*
  - ✓ *Estabelecer um processo de divulgação e conscientização social da gestão intergovernamental;*

Atração de Novos Investimentos pela Verticalização de Cadeias Produtivas

- *Esta politica trará como subproduto a verticalização das atividades atualmente desenvolvidas no Estado, visando a integrar a indústria paraibana às novas cadeias de suprimento (*supply chains*) criadas pelos novos polos em desenvolvimento e pela verticalização das cadeias produtivas locais.*
- *Oportunidades potenciais são identificadas para os setores:*
  - ✓ *Produção de vidros para automóveis;*
  - ✓ *Revestimento para automóveis com possível uso de insumos locais;*
  - ✓ *Medicamentos, notadamente produtos fitoterápicos com potencial de uso de insumos locais;*
  - ✓ *Cosméticos com utilização de insumos locais;*
  - ✓ *Equipamentos hospitalares com uso da* expertise *em eletrônica e mecatrônica desenvolvida em Campina Grande;*
  - ✓ *Pré-moldados de cimento;*
  - ✓ *Cerâmica.*

Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

Propostas para Desenvolvimento da Agropecuária

- *Desenvolver o equilíbrio econômico e social com ênfase na sustentabilidade ambiental da Paraíba, através da abordagem regional, respeitando as vocações e o zoneamento agrícola das culturas vocacionadas.*
- *Estabelecer parâmetros de convivência com o semiárido, através da educação, da promoção de ações que garantam a segurança hídrica, a geração de renda e a fixação do homem no campo, do emprego de tecnologias e práticas de combate aos processos de desertificação.*
- *Estimular ações no setor agrícola que redundem no aumento da produção e da produtividade agrícolas, baseado no princípio de uma melhor convivência com as secas, através do emprego de tecnologias, que resultem no aumento da qualidade de vida das populações rurais.*
- *Estimular ações de pesca e aquicultura, através do apoio técnico, logístico e difusão de tecnologias que proporcionem a sustentabilidade e a inclusão social.*
- *Consolidar o Conselho Estadual de Políticas Agropecuárias, retomando, através de grupos de trabalho específico, o planejamento do Setor.*
- *Fomentar convênios de financiamentos nacionais e internacionais visando fortalecer os serviços e programas do setor no Estado.*

- *Ampliação da participação da Paraíba nos programas federais de fortalecimento do meio rural.*
- *Instituir um Núcleo Especial de Planejamento Agrícola, com diferentes ramos de conhecimento da atividade econômica, a fim de que se possa produzir projetos viáveis e negociáveis em diferentes esferas.*
- *Promover um planejamento integrado com todas as entidades estaduais ligadas ao setor agropecuário (EMATER, INTERPA, EMEPA, EMPASA, Defesa Agropecuária e Cooperar) com o objetivo de potencializar as ações governamentais propostas, bem como, firmar parcerias com instituições como o SEBRAE, SENAR, BANCO DO NORDESTE, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA, FETAG, FAEPA, EMBRAPA e ASA, para se integrarem ao Governo do Estado e, juntos, realizarem as ações necessárias para o desenvolvimento agropecuário da Paraíba.*
- *Examinar a implantação de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração, que levem em consideração a produtividade e os resultados apresentados pelos servidores das empresas vinculadas à SEDAP e a realização de concurso público para atrair novos pesquisadores e profissionais de qualidade para atuar no interior do Estado.*
- *Aparelhar a Defesa Agropecuária para manter a Paraíba Livre da Febre Aftosa, organizada suficientemente para este fim.*
- *Desenvolver esforços para a criação de uma Agência de Defesa Agropecuária.*
- *Considerando que continuaremos no Ciclo Seco, 2012/2019, e ainda não teremos vazões de regularização dos rios Piancó, Piranhas, Peixe e Paraíba, além dos principais mananciais ainda não terão sido recarregados, deveremos:*
  - *Incentivar em escala a produção de ração animal;*
  - *Incentivar a Agricultura Familiar com eficientização do uso da água, do solo, da energia e da mão-de-obra.*
- *Realizar o Zoneamento Agropastoril, considerando as limitações de:*
  - *Solo, água e clima, além das características de cada região ecológica (Mangue, Mata Atlântica, Agreste, Serra, Caatinga, Seridó e Sertão);*
  - *Preparar as margens agricultáveis dos rios que terão vazões regularizadas (Paraíba, Piancó, Piranhas e Peixe), além das margens do Canal Acauã - Araçagi, para a utilização da Agricultura Irrigada com eficiência das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco;*
  - *Incentivar o uso da plasticultura e da hidroponia.*
- *Envidar esforços para massificar o Programa Tarifa Verde para uso das águas dos açudes de pequeno porte, poços, cisternas, barragens subterrâneas e dos barreiros na irrigação de culturas.*
- *Estabelecer um programa de difusão da Irrigação de Salvação, para salvar os plantios de palma forrageira (resistente à cochonilha do carmim) e de fruticultura e produção de forragem;*
- *Incentivar o plantio de mudas de plantas forrageiras resistentes a variabilidade climática.*
- *Retomar o Programa de Piscicultura.*

- *Reestudar o Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS, com vistas a receber as águas do Rio São Francisco, pelo Rio Piranhas, bem como o Projeto Piancó.*
- *Conceber um programa de produção cooperada de sementes fiscalizadas, a fim de termos sementes compatíveis com nossas regiões e realidades, com distribuição no tempo certo para o plantio, precedida de conhecimento de solo, potencial hídrico, localização, dimensão e perfil do proprietário.*
- *Realizar um Programa de Capacitação de produtores de hortaliças, no sentido de que sejam transferidos conhecimentos que impõem, notadamente, o menor uso possível de agrotóxicos e respeito ao meio ambiente.*
- *Promover a difusão de práticas de agricultura orgânica, principalmente em hortaliças e frutícolas.*
- *Implementar projetos produtivos sustentáveis e solidários nas comunidades indígenas.*
- *Fomentar a cadeia produtiva do turismo rural.*
- *Realizar estudos para viabilizar um Plano de Assistência técnica e extensão rural para recuperação de Área de Preservação Permanente – APP e Área de Reserva Legal – ARL e planejar Encontros Estaduais para trabalhar a temática educação ambiental, voltada para a capacitação, sensibilização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas questões referentes à preservação do meio ambiente e à produção agroecológica.*
- *Envidar todos os esforços para recuperar as centrais de abastecimentos existentes e implantar novas centrais.*
- *Reestruturar o programa de motomecanização e equipamentos para atender as demandas do campo.*
- *Incentivar e divulgar o setor produtor de cachaça do Estado da Paraíba.*
- *Revitalizar a cultura do sisal.*
- *Apoiar e divulgar as iniciativas do cultivo de flores.*
- *Incentivar a organização da cadeia produtiva do abacaxi;*
- *Incentivar a organização da cadeia produtiva da avicultura.*
- *Realizar e incentivar exposições de animais e rediscutir a administração dos Parques de Exposições com vistas a torná-los atrativos.*

Estímulo à Pesquisa e Adoção de Tecnologias Agrícolas

- *Incentivar estudos para viabilizar o desenvolvimento de sistemas de previsão e informações de riscos pecuários e agrícolas.*
- *Mapear em larga escala a evapotranspiração e a produção de biomassa e produtividade da água de produtos de origem animal e vegetal.*
- *Promover ações para seleção e melhoramento de espécies de origem animal e vegetal visando à adaptação ao ambiente com restrições hídricas.*
- *Desenvolver estudos para a geração e a adaptação de sistemas de captação, armazenamento e uso da água nos sistemas agrícolas e pecuários, sempre buscando a melhor eficiência e produtividade.*

- *Cuidar do desenvolvimento e do rearranjo de sistemas de produção agropecuária para a conservação da biodiversidade.*
- *Incentivar estudos de avaliação e desenvolvimento de métodos e processos para determinar a qualidade da água e seus diferentes usos.*
- *Incentivar a elaboração de zoneamentos e monitoramento do processo de desertificação como forma de subsidiar as políticas públicas para recuperação de áreas degradadas.*
- *Buscar o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos e agroambientais.*
- *Adaptação e desenvolvimento de máquinas e equipamentos que otimizem o uso da mão de obra e promova o manejo sustentável dos sistemas de produção.*

Estímulo ao Setor *Sucroalcooleiro*

- *Apoiar a recuperação do Setor Sucro Energético da Paraíba visando à elevação substancial da produção de cana na Paraíba nos próximos quatro anos.*
- *Envidar esforços para assegurar o sentido econômico das atividades de produção de cana-de-açúcar, etanol, açúcar, bioeletricidade, e reduzir a participação dos combustíveis fósseis e poluidores na matriz energética do Estado.*
- *Fortalecer a interlocução permanente com produtores através da vitalização da Câmara Setorial congregando todos os agentes públicos e privados ligados à atividade agroindustrial canavieira.*
- *Incentivar a ampliação de plantios de acordo com o Zoneamento Agroecológico da Cana para o Estado da Paraíba.*
- *Melhorar da malha rodoviária dos municípios canavieiros que possibilite um melhor escoamento da produção.*
- *Incentivar a produção de mudas e cana-semente com vigor e sanidade, através de bio fábricas.*
- *Corrigir as defasagens de capital humano nas regiões produtoras.*

Reestruturação do Programa Leite da Paraíba

- *Rediscutir o limite financeiro e de quantitativos para o programa (litros leite/dia/produtor);*
- *Criar condições para que o pagamento pelo leite fornecido não ultrapasse 30 dias para ser executado.*
- *Discutir e elaborar com os parceiros um plano de reconstrução do programa.*
- *Definir um plano de produção de alimentos para os rebanhos.*
- *Criar um programa de melhoramento genético.*
- *Estudar um projeto de incentivo à formalização de queijeiras com o selo do SIE – Serviço de Inspeção Estadual.*
- *Solicitar do INCRA e recomendar ao INTERPA agilidade na elaboração das Declarações de Aptidão ao PRONAF – DAPs dos produtores de assentamentos.*

- *Definir plano de inspeção SIE – Serviço de Inspeção Estadual;*
- *Definir um plano de assistência técnica e extensão rural.*
- *Desenvolver estudos para implantar uma usina de leite de cabra em pó com recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, a fim de absorver o nosso potencial leiteiro.*

Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada

- *Elaborar Plano Diretor de Agricultura Irrigada da Paraíba (PAI – PB), que visa atender a demanda do Estado no sentido de estabelecer parâmetros, objetivos e diretrizes explícitas para expansão da agricultura irrigada.*
- *Realizar estudos e projetos para implantação de novos perímetros irrigados, principalmente na área do canal da vertente litorânea (Canal Acauã - Araçagi), visando ao aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis oriundos da transposição do rio São Francisco.*
- *Viabilizar projeto técnico de modernização da infraestrutura dos projetos de irrigação Gravatá e Lagoa do Arroz, implantando-se tomada de água nos lotes e sistema de drenagem nas áreas irrigáveis.*
- *Programar a transferência de gestão da infraestrutura dos Perímetros Públicos aos seus usuários, viabilizando a sua operacionalização, garantindo o retorno econômico para a sociedade referente aos investimentos realizados.*
- *Ampliar o Programa Tarifa Verde com foco na agricultura familiar.*
- *Desenvolver programa de modernização dos sistemas de irrigação difusos da agricultura familiar, substituindo os de baixa eficiência na utilização da água em áreas da agricultura familiar, contribuindo para o uso racional dos recursos hídricos.*
- *Promover, produzir e divulgar informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados à conservação e à recuperação dos recursos hídricos, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.*

Apoio à Agricultura Familiar

- *Prever ações para regularização dos passivos ambientais das áreas de agricultura familiar e reforma agrária.*
- *Promover a execução do Programa Nacional de Habitação Rural garantindo o atendimento da demanda qualificada pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.*
- *Promover uma educação adequada à realidade do campo.*
- *Criar estratégia de cumprimento da compra de, no mínimo. 30% da alimentação escolar da produção proveniente da Agricultura Familiar, conforme Lei do PNAE.*
- *Implementar um Plano Estadual para as Mulheres, garantindo a melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras rurais com políticas específicas e prioritárias, promoção da igualdade, empoderamento, autonomia econômica, acesso à terra e enfrentamento à violência, com participação efetiva das mulheres trabalhadoras rurais, considerando a diversidade étnica e de geração.*

- *Rediscutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social das políticas públicas, a exemplo, da Educação do Campo, Tarifa Verde, Empreendedorismo Rural, pesquisa e extensão rural, dentre outras, voltadas para as trabalhadoras e trabalhadores do campo.*
- *Implantar programas de incentivo ao beneficiamento da produção e instalação de agroindústrias no meio rural no sentido de agregar valor à produção da agricultura familiar.*
- *Estimular a implantação e consolidação das centrais de comercialização de produtos da agricultura familiar em nível estadual e nos territórios rurais.*
- *Criar programa de incentivo à pesca com distribuição de alevinos, capacitação de agricultores e agricultoras.*
- *Reativação dos campos de produção da EMEPA.*
- *Realizar o cadastro georreferenciado de imóveis rurais, beneficiando sobretudo agricultores de base familiar, para atender o que estabelece a Lei 10.267/2001.*
- *Propor parcerias para implantar um amplo programa de manejo e conservação de solo, onde a mecanização agrícola para a agricultura familiar seja trabalhada com a introdução de máquinas de pequeno porte (minitratores, plantadeiras, grades, arados, sucadores) adequados ao perfil do agricultor familiar.*

Reforma Agrária e Crédito Fundiário

- *Desapropriar terras por interesse social para fins de Reforma Agrária e desenvolvimento dos projetos de assentamento.*
- *Fortalecer o Programa Nacional de Crédito Fundiário na Paraíba através da retomada das reuniões da Câmara Técnica de ação Fundiária.*
- *Envidar esforços para garantir a participação dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nas negociações para aquisição de terras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.*
- *Promover ações junto ao MAPA no sentido de que a concepção de Módulo Rural possa ser revista e atualizada.*
- *Reestudar o Zoneamento Agrícola e Pecuário da Paraíba, a fim de que as inversões via crédito rural ou não possam ser alinhadas com mais realidade e compatíveis com o potencial atual de cada região ou microrregião.*
- *Orientar as propostas de trabalho executadas através do Projeto Cooperar, no sentido de complementar a política de Crédito Fundiário, de tal forma que traduzam mais perspectivas de produção e renda.*
- *Promover uma política assentada no paradigma da convivência com o semiárido, que promova mudanças estruturais em contraposição ao atual modelo do "combate à seca".*
- *Fazer uma ampla discussão com o encaminhamento de propostas para sensibilizar o Governo Federal a encontrar uma solução definitiva para o endividamento de produtores rurais do semiárido paraibano junto às instituições de crédito oficial.*

- *Viabilizar a implantação de um Fórum de Debates do setor agrícola do Semiárido Nordestino, para discutir as políticas públicas do setor, levando em consideração as suas características geográficas e as secas, fatores essenciais para o sucesso de uma política de crédito para a região.*

Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa: "Paraíba Mais Empreendedora"

Ambiente dos Pequenos Negócios no Brasil

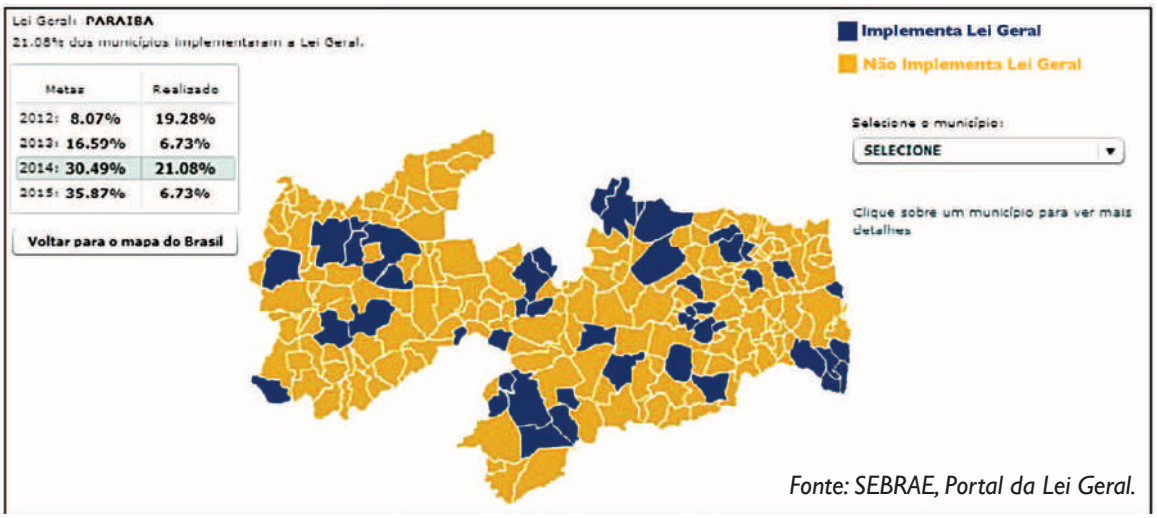
Segundo dados do SEBRAE, os pequenos negócios representam hoje no Brasil mais de 98% dos estabelecimentos empresariais, pouco mais de 10 milhões de empresas formais, mais de 50% da força de trabalho, 26% da massa salarial, mais de 20% do PIB, dos quais 17% dos pequenos negócios fornecem para o governo nas esferas municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, a Gestão Pública é o principal elo para o fortalecimento e transformação dos pequenos negócios no Brasil. Da efetivação e da implementação plena do arcabouço legal em torno da Lei Geral dos pequenos negócios. O ambiente empresarial para os pequenos negócios é marcado pela concorrência predatória, baixa competitividade, empreendedorismo por necessidade, mortalidade precoce decorrente da elevada informalidade. Outro fator importante é o aumento do endividamento das famílias, inadimplência elevada.

A Lei Geral, instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, vem estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal. Criou o Sistema Tributário Simplificado Nacional para melhorar a competitividade dos pequenos negócios. A Lei Geral é o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

No Estado da Paraíba, conforme ilustrado pelo Mapa 1, o número de municípios com a Lei implementada é pequeno, sendo este um desafio para a nossa próxima gestão.

Mapa do Estado da Paraíba com a Lei Geral implementada nos municípios [maio de 2014]:



Fonte: SEBRAE, Portal da Lei Geral.

Atividade Empresarial no Estado da Paraíba

Em dezembro de 2013 foram contabilizadas 101.612 empresas no Estado da Paraíba, segundo dados da RAIS 2012 (Relatório Anual de Informações Sociais). Constata-se que a principal atividade econômica do Estado é o comércio varejista de artigos do vestuário e assessórios, com 9.701 empresas, o que representa 9,5% do universo de empresas. Em segundo vem a atividade do comércio varejista de mercadorias em geral, principalmente do gênero alimentício com 9.276 empresas, representando 9,1% do universo. Do *ranking* das 20 principais atividades das empresas paraibanas, destaca-se o setor do comércio varejista, com 14 atividades.

Paraíba Mais Empreendedora

O programa representa um conjunto de ações estratégicas, estruturadas em três diretrizes: **Estruturante, Setorial e Sistêmica**.

- ***Objetivo Estratégico:*** *O principal objetivo do programa é fortalecer a atividade empresarial, sobretudo ao nível dos pequenos negócios, sendo este um gerador de emprego e renda para os paraibanos. O programa estabelece algumas medidas, que serão complementadas a partir do diálogo com o setor produtivo. Destacando-se:*
  - *Estimular a atividade econômica;*
  - *Dinamizar os setores produtivos;*
  - *Estimular a implementação da Lei Geral;*
  - *Diversificar a economia do Estado;*
  - *Estimular a formalização;*
  - *Estimular e facilitar acesso a crédito.*

- ***Oportunidades:***
  - *Desenvolver um programa integrado com parceiros institucionais;*
  - *Estimular o empreendedorismo, respeitando as vocações e potencialidades da região;*
  - *Fortalecer rotas nacionais e internacionais para o turismo;*
  - *Contribuir para a melhoria do ambiente empresarial dos pequenos negócios;*
  - *Alinhanhar-se a programas nacionais do Governo Federal e organizações de objetivos convergentes.*

- ***Desafios:***
  - *Mapear todos os setores produtivos e priorizá-los;*
  - *Buscar a adesão de parceiros institucionais;*
  - *Gerar capacidade técnica para desenvolver o programa;*
  - *Estimular e implementar a Lei Geral da MPE em nos municípios do Estado da Paraíba;*
  - *Captar os recursos necessários para executar o programa.*

Propostas para o Desdobramento da Estrutura do Programa

Diretriz Estruturante:

No âmbito desta diretriz serão empreendidos esforços para construção de um ambiente favorável para o desenvolvimento e para a sustentação dos pequenos negócios na Paraíba.

- ***Gestão e Articulação Institucional***

  Estrutura de gestão com foco estratégico no universo dos pequennos negócios. Empreendedores Individuais, Empreendedores da Micro e pequena Empresa e Produtores Rurais.

  Busca de um conjunto de parceiros estratégicos, para desenvolver as ações do programa de forma articulada e integrada, junto a entidades e instituições, em defesa dos interesses dos pequenos negócios. Consideram-se parceiros estratégicos: SEBRAE, SISTEMA FIEP, SESC, SENAI, Fórum Estadual das Micro e Pequenas Empresas, Prefeituras, Comitês e Fóruns Municipais das MPE, Associações de Classe e Sindicatos Patronais, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado.

- ***Desburocratização***

  Serão empreendidos esforços para: simplificar o processo de abertura e fechamento de uma empresa, facilitar o acesso a crédito e serviços financeiros, a profissionalização dos serviços, a transparência, descentralização, desconcentração, a gestão por resultados, novas formas de controle, novas formas de prestação de serviços e a orientação para o cidadão-usuário, com prioridade para acelerar o processo de implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

- ***Modernização da Gestão Pública***

  Pela sua relevância e importância, a modernização da gestão pública tem como escopo a inovação da gestão pública, melhoria nos processos, e capacitação do servidor. Tem objetivo de elevar o padrão de eficiência e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologias da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas. Associada a esta ação está a efetiva implementação da Lei Geral da MPE no âmbito do Estado e municípios.

- ***Informalidade ZERO***

  Estimular o empreendedorismo, o acesso à informação e à orientação empresarial, e identificar os gargalos que dificultam a formalização em áreas onde há grande concentração de empresas e trabalhadores informais. O importante é facilitar e reduzir o custo da legalização, com isso mais pessoas passam a estar amparadas com proteção mínima nos direitos sociais e previdenciários, estimula-se a geração de emprega e renda e contribui-se para melhoria da receita estadual.

- ***Condomínios Empresariais***

  Espaço estruturado em parceria com instituições de desenvolvimento e universidades com objetivo de disponibilizar condomínios empresariais com suporte

técnico, orientação e consultoria empresarial, espaço para trabalho compartilhado, startups, ambiente para inovação, encontros de negócios, desenvolvimento de ideias, novos produtos, design, entre outros. Estes condomínios serão implementados em municípios estratégicos capitaneados pelos centros de atendimento ao empreendedor, disponibilizando s instrumentos para apoio ao setor produtivo.

Diretriz Setorial:

No âmbito desta diretriz serão empreendidos esforços para o desenvolvimento econômico, social e sustentável.

- ***Atração de Investimentos***

  Consolidação de projetos de investimento público. O esforço maior, no entanto, é para atração de investimentos de empresas. Fomentar a formação de centros de distribuição para os Estados circunvizinhos; empresas exportadoras, aproveitando a proximidade com países do Caribe e Europa; transportadoras e logística; centros industriais; diversificação da matriz energética; telecomunicações e tecnologia da informação.

- ***Fortalecer as Cadeias Produtivas***

  A finalidade é ampliar a melhoria de condições de vida e a inclusão social, por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação governo e sociedade. O objetivo secundário é identificar novas cadeias produtivas no Estado e fortalecê-las, por meio do acesso a práticas sustentáveis, melhoria da gestão, acesso a mercados, e modernização tecnológica.

- ***Fortalecer a Cadeia de Valor e Compras Públicas***

  Promover uma maior competitividade e a inovação nas empresas de pequeno porte, a partir da necessidade de adoção de padrões técnicos e de qualidade definidos por grandes empresas, líderes das cadeias de valor. Para participar dessa parceria estratégica, a micro e pequena empresa aperfeiçoa seus serviços, cumpre exigências, condições e critérios demandados pelas grandes compradoras, e pode se inserir de forma competitiva na cadeia de valor das grandes empresas. Principais cadeias de valor das grandes empresas são: comércio atacadista, indústria calçadista, indústria têxtil, indústria da mineração, portos e aeroportos, centro de convenções e as empresas públicas e instituições governamentais.

- ***Produção Sustentável***

  Estimular o uso de práticas sustentáveis no processo produtivo para agricultura familiar, com a produção agroecológica, respeitando os recursos hídricos e solo. Organizar e incentivar a realização de feiras livres, fornecimento para merenda escolar, central de compras, acesso a novos clientes, inserção na cadeia de supermercados e outros pontos de distribuição. Assim, a diversificação de produtos oferecerá maior oportunidade de vendas, para consumidor de produtos diferenciados, com apelo social.

- ***Regionalização do Estado***

  Desenvolver o programa Paraíba Mais Empreendedora, respeitando a regionalização e características do Estado da Paraíba, suas vocações, potencialidades, limitações, belezas naturais, culturas, e perfil socioeconômico.

Diretriz Sistêmica:

No âmbito desta diretriz serão empreendidos esforços para construção de um ambiente favorável para o desenvolvimento e para sustentação dos pequenos negócios.

- ***Incentivo à Inovação***

  Incentivo a atividades empresariais para o acesso à inovação e tecnologia, por meio de pesquisa e/ou investimentos, que aumentem a eficiência do processo produtivo e desenvolvimento de produto.

- ***Estimular a Economia Criativa***

  Planejar ações de desenvolvimento dos setores culturais e criativos concentrados em algumas regiões do Estado, criando um ambiente de negócios positivo. Assim, serão geradas oportunidades para a indústria cultural e para indústria criativa, que ganhará visibilidade e será capaz de incluir as regiões mais desiguais às cadeias de produção.

- ***Capacitação Empresarial***

  Organizar e disponibilizar ao empreendedor soluções empresariais para o seu negócio, desde o tema de gestão, marketing, comunicação, recursos humanos, comercialização, processos, informatização, entre outros. Realizar calendário de eventos com as instituições parceiras, disponibilizando seus produtos e serviços.

- ***Acesso a Crédito***

  Fomentar e difundir as linhas de crédito específicas para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Estabelecer mecanismos para facilitar o acesso a crédito e serviços financeiros, com tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, por meio de bancos públicos, bancos privados, e cooperativas de crédito. Fortalecer e ampliar o Programa de Microcrédito do Governo do Estado.

- ***Agenda Estratégica Permanente***

  Para superar os desafios será necessária a criação de um grupo temático que acompanhe o desenvolvimento e os resultados do Programa. Caberá ao governo discutir com a sociedade quais os instrumentos necessários para potencializar o desenvolvimento social, econômico e sustentável, e formular políticas públicas, principalmente relativas à redução da pobreza, formalização, ampliação da oferta de alimentos, conservação ambiental, produção, preservação e uso eficiente da água, educação empreendedora, ambiente empresarial e geração de energia.

Desenvolvimento do Turismo:
Estruturação, competitividade e sustentabilidade

Vetores de Ação Governamental

- ***Amplitude Estadual***

  A ação do governo alcançará todas as regiões da Paraíba (do litoral ao sertão), revitalizando o potencial turístico, histórico, cultural, natural e características de cada localidade, que despertem o interesse do turista.

- ***Participacão e Integração***

  Como agente transformador da realidade turística, o governo buscará parceiros em todos os níveis de ação, tanto do setor público quanto do setor privado, objetivando otimizar resultados.

- ***Inclusão Social***

  Oferecer oportunidades turísticas aos cidadãos de baixa renda, aos da terceira idade, bem como aos deficientes, por meio da promoção de lazer e turismo social, considerando as especificidades de cada segmento.

- ***Gestão Compartilhada***

  Promover a gestão descentralizada, articulada entre o trade turístico e a sociedade organizada, para fortalecer a participação social e as instâncias de governança.

- ***Desevolvimento e Sustentabilidade***

  Incentivar agentes econômicos e sociais envolvidos com o turismo, para fomentar a geração de emprego e renda, respeitando a identidade cultural, as normas ambientais, o crescimento ordenado e planejado, garantido assim a sustentabilidade.

- ***Empreendedorismo e Inovação***

  O poder público estadual será um agente facilitador de pequenos negócios e empresas, possibilitando mecanismos de acesso ao capital inicial, além de auxiliar na promoção de conhecimentos na área de turismo.

- ***Mercado e Competitividade***

  Entender o turismo como uma atividade dinâmica que gera negócios, buscando estruturar potenciais turísticos naturais, históricos e culturais para que mercado turístico da Paraíba eleve o nível de competitividade, tanto regional quanto nacional .

- ***Geração de Emprego e Renda***

  O turismo como setor que mais movimenta a economia, com cerca de 59 ramos de atividade, proporcionará inclusão social, com a criação de novos postos de trabalho e a subsequente elevação do nível de renda da população economicamente ativa do estado.

Premissas do Programa

- *O Governo Estadual definir o turismo como prioridade da administração;*
- *Comprometimento orçamentário em beneficio do setor;*

- *Parceria integral e transparente, com os agentes do mercado turístico da Paraíba;*
- *Garantia de recursos para fortalecimento de promoção e divulgação do produto Paraíba nos mercados regional, nacional e internacional;*
- *Investir, com recursos próprios e em parceria com os Governos Federal e Municipal, bem como instituições financeiras, na estruturação dos pontos turísticos com reconhecido potencial em todo território paraibano;*
- *Promover e proporcionar o desenvolvimento econômico da atividade turística da Paraíba, em benefício da coletividade e da melhoria da qualidade de vida do povo paraibano.*

Propostas de Diretrizes para o Programa Estadual de Turismo

Obras turísticas macro estruturantes e intervenções básicas na infraestrutura turística:

- *Construção de uma **Ponte entre os Municípios de Cabedelo e Lucena**, integrando e consolidando os litorais Sul e Norte, nos aspectos econômicos e turísticos;*
- *Implantação do **Polo Náutico Internacional da Paraíba**, na Praia Fluvial do Jacaré em Cabedelo, possibilitando atracação de embarcações e veleiros de grande porte com toda infraestrutura necessária de equipamentos;*
- *Construção de **Portais Turísticos estadual e regionais**, enfatizando e informando acerca do potencial histórico, cultural em cada região:*
  - *Em João Pessoa, na confluência das BR's 101 e 230; como portão de entrada do estado;*
  - *Em Campina Grande, enfatizando o potencial turístico do Agreste e Curimataú;*
  - *Em Cabaceiras, divulgando o Cariri;*
  - *Em Areia, enfatizando toda riqueza do Brejo;*
  - *Em Patos, divulgando o Sertão.*
- *Implantação de um **sistema de sinalização turística e cenográfica** compreendendo o trecho BR 101 sul e norte, no estado da Paraíba, a partir das divisas com o Rio Grande do Norte e Pernambuco, incluindo dois Portais Turísticos de Referências;*
- *Estruturação do **Atrativo Turístico dos Seixas** com acesso, sinalização turística, iluminação, estacionamento, segurança, construção de monumento em parceria com a prefeitura de João pessoa;*
- *Relocação da **Estação Rodoviária de João Pessoa** com a Construção de um Novo Terminal;*
- *Apoio à Prefeitura de João Pessoa na execução do projeto de **contenção da barreira do Cabo Branco**;*
- *Construção do espaço de **espaço de eventos populares multiuso em João Pessoa**, com ênfase na realização de shows musicais e feiras;*
- *Construção de **pontos de embarque e desembarque de passageiros** que demandam os atrativos náuticos de Picãozinho e Areia Vermelha;*

- *Universalização do* ***sistema de abastecimento e esgotamento sanitário*** *de todo litoral paraibano;*
- *Implantação do conceito* ***Estrada Parque Turística na BR 230****, transamazônica, Cabedelo/Cajazeiras;*
- *Participação efetiva do* ***Projeto Rota 101 que interliga Recife – PE e Natal – RN****, estruturando o trecho da Paraíba que fica às margens da BR-101;*
- *Construção, em áreas específicas, os* ***CAATS – Centro de Apoio e Atendimento ao Turista*** *dotando os locais de grande fluxo de turistas de serviços básicos de acesso, estacionamento, restaurantes, banheiros públicos e segurança pública;*
- *Estruturação da* ***acessibilidade à Praia de Coqueirinho no município do Conde****, através da implantação de um estacionamento/mirante em cima da barreira de Coqueirinho e com ligação até a praia através de um sistema de teleférico;*
- *Implantação de um* ***espaço Fan Fest, shopping e lazer*** *no Município do Conde;*
- *Revitalização da* ***área e entorno da Praia de Naturismo de Tambaba****, transformando-a em um produto de nível internacional;*
- *Reestruturação e Complementação do* ***Atrativo Praia do Jacaré e requalificação turística do Distrito de Jacaré em Cabedelo*** *e melhoria dos serviços do* ***Produto Turístico "Pôr do Sol"****;*
- *Agilização da construção do* ***Terminal de Passageiros no Porto de Cabedelo****;*
- *Implantação de* ***vias de acesso*** *às praias do Litoral Sul e Litoral Norte;*
- ***Duplicação do via de acesso ao Distrito de Galante****, trecho BR 230 a Galante;*
- *Ampliação do* ***Parque do Povo em Campina Grande, com interligação da Área Central aos Açudes Novo e Velho, bem como a Estação Velha****, com a implantação de um* ***espaço permanente de Forró*** *para* ***funcionamento durante o ano inteiro****;*
- *Implantação do* ***Centro de Tradições Nordestinas em Campina Grande****, com a Construção da Estátua de São João – A Maior do Mundo;*
- *Implantação do* ***rodoanel alça noroeste*** *em Campina Grande;*
- *Construção do* ***Parque do Poeta em Campina Grande****, área de lazer para prática de esportes, diversão, entretenimento e cultura;*
- ***Duplicação BR 104****, Campina Grande/Divisa PE;*
- ***Duplicação da BR 230****, Campina Grande/Cajazeiras;*
- *Internacionalização do* ***Produto Turístico Parque dos Dinossauros****, com a criação de Parque temático atrativo, funcional e moderno.*
- *Implantação de programa de recuperação das* ***vias de acesso rodoviário*** *aos principais atrativos turísticos do* ***interior do estado****: Lajedo do Pai Mateus, no Cariri; Pedra da Boca, em Araruna; Pico do Jabre, no Sertão; Pedra de Santo Antônio, no Agreste; Cachoeira do Roncador, no Brejo e demais atrativos turísticos do estado;*

- *Instalação de um **teleférico entre a Pedra de Santo Antônio, em Fagundes, e Galante**, com desapropriação da área que compreende os pontos de embarque e desembarque;*
- *Apoio à construção de um **Hotel Escola em Fagundes**, em parceria com a FECOMÉRCIO;*
- *Implantação de uma **Escola Técnica Estadual de Gastronomia no Município de Caldas Brandão**, beneficiando econômica e socialmente todos os municípios circunvizinhos;*
- *Fortalecimento e consolidação do **Rodoshop, no Município de Caldas Brandão (Distrito do Cajá)**;*
- *Implantação do **Empretur**, programa de incentivo ao empreendedorismo turístico na Paraíba, destinado a empresários da Micro e Pequena Empresa, através da garantia de acesso ao crédito, capacitação e orientação empresarial;*
- *Programa de implantação **projetos sociais de turismo de acessibilidade e inclusão** para pessoas com necessidades e cuidados especiais, grupos da melhor idade, em parques, áreas de lazer e demais equipamentos turísticos do estado.*

Gestão Compartilhada – Transparência e Parceria com Agentes Públicos e Privados

- ***Governo do Estado /Bid e Prefeituras:***

  *Aceleração do processo de **execução do PRODETUR Nacional em João Pessoa e no polo Litoral Sul**, bem como e manutenção de entendimentos junto ao BID para ampliação das obras estruturantes do PRODETUR para o Litoral Norte e interior da Paraíba.*
- ***Governo do Estado/ Infraero / Empresas Aéreas e Prefeituras:***
  - *Construção de um **novo, amplo e moderno Aeroporto Internacional** em Bayeux/ Santa Rita.*
  - ***Ampliação e modernização do Aeroporto João Suassuna**, em Campina Grande;*
  - *Ampliação e **melhoria da malha aérea**, incluindo novos voos regionais, **bem como a captação de voos charters**;*
  - *Estímulo à oferta de voos charters, pelas **empresas de transporte regular**.*
- ***Governo do Estado/ Iphan/ Iphaep/ Prefeituras e Governo Federal:***
  - *Programa de **requalificação, interpretação e revitalização** do patrimônio histórico e cultural, no centro antigo de João Pessoa e demais cidades históricas da Paraíba, como Campina Grande, Mamanguape, Princesa Isabel, Areia, Bananeiras, Itabaiana e outras cidades;*
  - *Consolidação do **roteiro histórico da Coluna Prestes** na Paraíba, interligando os municípios de Uiraúna, Sousa, Pombal, Coremas, Piancó, Princesa Isabel e demais cidades históricas da Paraíba;*
  - *Construção do **Centro de Referência em Ingá** como forma de estudar, divulgar e preservar as Itacoatiaras do Ingá;*

- *Construção, em Princesa Isabel, do **Museu da Revolução de 30**, criando um novo produto turístico histórico e cultural.*

- ***Governo do Estado(Espep)/Universidades/ Sebrae e Senac – Formação e Qualificação:***
  - *Ampliação dos Programas de **Capacitação e Qualificação da mão de obra** para o setor, incluindo formação em línguas estrangeiras para profissionais de turismo e eventos;*
  - *Apoio às **ações do SEBRAE desenvolvidas em regiões turísticas**;*
  - *Definição e viabilização de **roteiros turísticos em todo estado;***
  - *Elaboração de **cartilha com informações básicas sobre linhas de crédito**, elaboração de projetos e captação de recursos, para os municípios turísticos.*

- ***Governo do Estado e Inciativa Privada (PPP):***
  - *Implantação do Programa de incentivos: **"Venha Investir no Turismo da Paraíba"**, para instalação de empreendimentos turísticos âncora (hotéis, resorts, condomínios, espaços de lazer), com integração do setor imobiliário;*
  - *Implantação dos equipamentos de hotelaria e lazer definidos no Projeto **"Polo Turístico Cabo Branco"**.*
  - *Apoio à execução do **Projeto Multi Lagos** que representará os cinco segmentos turísticos: piscicultura, floricultura, hortigranjeiro, restaurantes e pousadas, em Campina Grande, integrando o anel viário Noroeste com o Sudoeste;*
  - *Apoio ao **Projeto "Corredores Gastronômicos"** em João Pessoa, Campina Grande e demais cidades de potencial turístico no estado, em parceria com SHRBS – JP, ABRASEL e Prefeituras;*
  - ***Apoio à ABRASEL/PB, com a criação do dispositivo Botão de Pânico**, em favor da segurança de clientes de bares e restaurantes, com a participação do Serviço de Inteligência da Polícia Militar e a Companhia Especializada de Turismo – CEATUR;*
  - *Trabalho conjunto com o Convention Bureau de João Pessoa e Campina Grande para a **captação de eventos no mercado nacional e internacional**, para os principais centros de eventos do estado, especialmente o Centro de Convenções de João Pessoa Ronaldo Cunha Lima, o Centro de Convenções de Campina Grande Raimundo Asfora e demais centros de eventos no estado.*
  - *Fortalecimento do **Festival de Turismo da Paraíba**, em João Pessoa.*

- ***Fortalecimento Institucional e Gestão do Turismo:***
  - *Fortalecimento do **turismo como política pública** estratégica para o desenvolvimento econômico e social da Paraíba;*
  - ***Criação da Secretaria Estadual de Turismo**;*

- ***Apoio ao fortalecimento das relações institucionais e comerciais públicas e privadas*** *visando à realização dos investimentos necessários na infraestrutura de apoio ao turismo do Estado;*
- *Apoio ao* ***fortalecimento institucional*** *das estruturas de gestão dos municípios, das instâncias de governança regional, assim como às organizações diversas do trade turístico estadual;*
- *Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, através de uma* ***gestão compartilhada pública e privada****, articulada pelo Conselho Estadual de Turismo, liderado pela Secretaria Estadual de Turismo em parceira com os municípios e instituições diversas da iniciativa privada do terceiro setor, relacionadas ao sistema turístico;*
- *Definição do* ***papel de cada órgão oficial de turismo do estado****, para evitar superposição das ações públicas;*
- *Fortalecimento da* ***transversalidade das ações e programas de turismo****, com interação e integração das unidades da Secretaria Estadual de Turismo, PBTUR e demais órgãos da estrutura do Estado.*

Equipamentos e Serviços Turísticos

- ***Disciplinamento e Fiscalização dos Equipamentos, Atividades e Serviços Turísticos*** *em cumprimento a legislação vigente, especificamente nas atividades dos guias de turismo, receptivos, embarcações náuticas, catamarãs, bugres, etc, com o objetivo de promover melhorias na qualidade dos equipamentos e serviços;*
- *Promoção de* ***ações de incentivo à criação de novas empresas turísticas****, buscando a inclusão e inserção de novas pessoas no mercado formal.*

Marketing, Promoção e Apoio à Comercialização

As ações de *Marketing* buscam a convergência de esforços entre o poder público estadual, prefeituras, agentes públicos, agentes privados e a comunidade, com o objetivo de consolidar o Destino Paraíba nos mercados nacional e internacional. Todas as estratégias são baseadas nos principais polos emissores de turistas para a Paraíba.

- ***Promoção e Divulgação do Destino Paraíba*** *nos mercados regional, nacional e internacional em revistas, jornais, periódicos, anúncios nos catálogos oficiais das operadoras de turismo, mídia eletrônica (televisão aberta e por assinatura), internet, mídia digital, cinemas, outdoors, mobiliário urbano, aeroportos,* back-lights e front-lights*;*
- ***Produção de materiais promocionais****, tais como banners, cartazes, catálogos, folhetos, guias, livros, manuais, revistas, sacolas, pôsteres, displays, postais, conteúdos digitais, vídeos e filmes;*
- *Intensificação da* ***divulgação regional, principalmente nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte;***
- *Promoção e divulgação de* ***sustentação do destino e diminuição da sazonalidade*** *no período de baixa estação;*

- *Formação de **Banco de Imagens com todas as regiões turísticas**;*
- *Promoção e **divulgação dos principais Eventos do Estado com Fluxo turístico**;*
- *Realização de **FAMTRIP e PRESSTRIP**;*
- *Organização de **rodadas de Negócios, Seminários, Capacitações e Treinamentos** com agentes de viagens, operadoras e jornalistas;*
- *Oferta, por meio da PBTUR, de **capacitação para agentes de viagens e operadoras**, sobre as potencialidades do Destino Paraíba;*
- *Participação nas principais **feiras e eventos nacionais e internacionais**;*
- *Intensificação do **apoio ao trade turístico na realização de Road Shows**;*
- *Definição, através de **Concurso Público, da "Marca Paraíba"**, oportunizando a manifestação da criatividade de designers gráficos, artistas, desenhistas, arquitetos e outros, seguindo critérios pré definidos onde seriam considerados fatores culturais, naturais e históricos representativos da Paraíba;*
- *Criação do **Programa "Vamos Conhecer a Paraíba"** para estímulo ao turismo interno no estado.*

Regionalização e Interiorização

Promover ações de ***fortalecimento de novos produtos turísticos no estado***, nos seguintes segmentos:

- *Turismo Rural;*
- *Turismo Comunitário, com produção associada ao setor;*
- *Ecoturismo;*
- *Turismo de Aventura;*
- *Turismo Cultural, Histórico e Cientifico;*
- *Turismo Religioso;*
- *Turismo Gastronômico;*
- *Turismo de Negócios;*
- *Turismo Náutico e de Pesca.*

Informação Turística

- *Reestruturação e **Modernização dos Postos de Informações ao Turista**;*
- *Contratação de **pessoal técnico especializado para os Postos de Informações ao Turista**, com formação acadêmica turística, cultural e histórica sobre a Paraíba e com domínio de no mínimo uma língua estrangeira e após cumprir carga horária de curso preparatório para exercer a função;*
- *Implantação de **Sinalização Turística bilíngue nos atrativos e produtos turísticos** do estado e nas principais vias e corredores de fluxo de turista;*
- *Instalação de **Front-lights nas Portões de entrada dos Municípios Turísticos**;*
- *Confecção de **guias e mapas (versão impressa e digital)** para os principais polos turísticos do estado;*
- ***Portal turístico** com todas as regiões do estado;*

- *Disponibilização de informações turísticas em redes sociais e novas mídias;*
- ***Criação do Paraíba Móbile** – Acesso a informação na palma da mão, por meio de aplicativos para dispositivos móveis, como* Smartphones e Tablets**,** *em português, espanhol e inglês.*

Monitoramento

O acompanhamento e ***monitoramento do setor é de fundamental importância para o fortalecimento da atividade turística***, que envolve diversos setores produtivos. A realização de pesquisas subsidia a tomada de decisões contribuindo para a boa aplicação dos recursos financeiros em políticas que fortaleçam a atividade no estado.

Realização de ***pesquisas para medição dos impactos*** das atividades do turismo na Paraíba:

- *Realização de pesquisa para **aferição das tendências da oferta e demanda**;*
- *Realização de pesquisa de **fluxo turístico;***
- *Realização de pesquisa para **medição de satisfação do turista**;*
- ***Prioridade para a realização de pesquisas de monitoramento na região metropolitana de João Pessoa; em Campina Grande**, durante a realização do **Maior São João do Mundo; no Brejo** Paraibano, durante a realização do **Roteiro Turístico Caminhos do Frio** e demais eventos do estado.*

Gestão Ambiental

- *Implantação de um **Programa de Gestão Ambiental Turística** nas áreas protegidas do estado;*
- *Planejamento e implantação de um **Programa de Gestão de Resíduos Sólido**s, em parceria com as prefeituras das cidades turísticas do estado.*

Fontes de Recursos para Viabilização das Propostas

- ***Recursos Federais:***
  - *Orçamento da União;*
  - *Ministério do Turismo;*
  - *Embratur;*
  - *Emendas Parlamentares.*
- ***Governo Estadual:***
  - *Orçamento do Estado.*
- ***Convênios com Instituições Financeiras:***
  - *BB, CEF, BNB, BNDES E BID.*
- ***Convênios de Cooperação Técnica:***
  - *SEBRAE, FECOMÉRCIO, SESC, SENAC, BNB e FUNDAÇÕES.*
- ***Setor Privado:***
  - *Investimentos realizados em projetos estruturais nas áreas de hotelaria, gastronomia, lazer, eventos, convenções e negócios.*

Cenário dos Desequilíbrios Territoriais:
Tendências dominantes

A consideração estratégica sobre a relevância das múltiplas problemáticas, nos planos político, socioeconômico e ambiental, que atingem as dimensões urbana e territorial, é de extrema importância, pelos exacerbados modos de organização, ocupação e uso do território na Paraíba.

Na dimensão urbana, ou na concentração e no crescimento, para além do suportável, nas estruturas existentes, convergem o maior e o mais intenso grau de problemas que se concentram em territórios restritos, como é o caso das cidades.

Neste sentido, a elevada concentração de população e de atividades produtivas e socioeconômicas, aliada à configuração de excedentes demandas de empregos, trabalhos, bens, equipamentos e serviços públicos e privados, em contraposição às possibilidades de ofertas efetivas, gera um extremo grau de dificuldade , com vistas à redução dos déficits entre a demanda e a oferta.

Os fatores que condicionam estes elevados déficits quantitativos e qualitativos, por suas naturezas estruturais e conjunturais, configuram os contornos de uma crise urbana e territorial sem precedentes.

A par dos desequilíbrios territoriais no uso e na ocupação do espaço estadual, com elevados efeitos decorrentes da dinâmica concentracionista nos mais diversos vetores, estes deslocamentos demográficos interespaciais correspondem, sobretudo, à transferência massiva do desemprego interurbano (cidades-cidades) e do não emprego (rural /urbano) para as cidades-destino final.

A prevalecer esta tendência, agravada nas três ultimas décadas, a denominada "crise urbana", ocasionada pela "inchação das cidades", pode, se medidas urgentes e eficazes não forem adotadas, dadas as dificuldades de impossíveis níveis de "desurbanização", gerar vazios territoriais, concorrendo para a consolidação, nas atuais zonas rurais e nos pequenos centros urbanos, daquilo que poderia vir a ser denominado de deserto paraibano.

As estatísticas mais recentes (IBGE/2010) demonstraram que 20 cidades da Paraíba detinham 54 % da população total que era, à época, cerca de 3,9 milhões de habitantes. Os mesmos dados acrescidos das demais cidades indicavam que a concentração de população urbana em 2010 havia atingido 75,4 % do total da população do Estado.

No que tange a João Pessoa e Campina Grande e as suas áreas conurbadas a concentração populacional se aproximava a 1.600.000 habitantes.

Esta constatação demonstra que apenas nos dois mais importantes aglomerados se verifica uma importante concentração demográfica, daí derivando os problemas mais graves concernentes às demandas sociais, econômicas, de infraestrutura e de serviços de todas as naturezas.

Os custos sociais e públicos desta concentração são enormes, sobretudo porque os investimentos com a fixação do homem na cidade são significativamente mais elevados do que aqueles realizados com assentamentos produtivos e residenciais no campo.

Por consequência, constata-se que, no somatório dos problemas recorrentes que demandam a urgente intervenção pública, os mais graves se encontram residualmente concentrados em meios urbanos, nos grandes aglomerados, assim como nas cidades de médio porte (acima de 50.000 hab.) e ainda nas pequenas aglomerações urbanas.

Assim sendo, as crises existentes em meios urbanos, traduzidas pela sua dimensão social, correspondem à predominância das crises socioconjunturais da Paraíba.

Territórios e Dinâmicas Desconcentracionistas

Inúmeras são as frações territoriais da Paraíba que detêm potencialidades socioeconômicas, ambientais, culturais e de riquezas naturais. No entanto, elas se constituem sub-realidades regionais e locais excluídas da dinâmica e dos processos integrados a uma economia intensiva em capital e tecnologia privilegiadas pela integração de mercados, nacionais e reduzidamente globalizados.

Nessa linha, há o entendimento de que o território paraibano comporta fragmentações, que remetem à presença de sub-realidades espaciais, que se revelam como sendo:

- *Meios dinâmicos produtivos (urbanos e rurais) integrados aos fluxos e circuitos econômicos e financeiros externos.*
- *E meios segregados, que se constituem pseudossistemas territoriais, detendo algumas potencialidades, sendo, porém, desestruturados e impossibilitados de emergir com as suas diferentes modalidades de desenvolvimento sustentável.*

Esta compreensão é essencial, para distinguir quais as prioridades mais urgentes da intervenção do Estado, visando à implantação de políticas de espacialização e desconcentração de população e de atividades econômicas mediante adoção de políticas públicas específicas. Ênfase deve ser dada à desconcentração urbana.

A adoção de mecanismos de arranjos territoriais ancorados na prevalência de cadeias produtivas locais e extralocais é de vital importância para o restabelecimento e a desconcentração territorial, em especial, de riqueza e de rendas.

Territorialização da Intervenção Pública: Pressupostos Estratégicos

Tendo em vista as considerações sobre a natureza e conteúdo das restrições e limites impostos ao desenvolvimento dos espaços intersticiais (regional e local) segregados da dinâmica geral, apresenta-se uma demanda crescente pela presença do *Estado territorializando* a *sua intervenção.*

Nesta linha, são apresentadas indicações, vistas as potencialidades e oportunidades a serem identificadas para o desenvolvimento regional e local, de responsabilidade de um Governo que estará preocupado com o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba:

- *Regionalizar as políticas de indução aos investimentos econômicos e de pertinência com efeitos sociais: infraestrutura e serviços públicos;*
- *Adotar mecanismos que permitam a desconcentração e a descentralização espacial de atividades econômicas;*
- *Promover a potencialização e a oportunização de atividades produtivas regionais e locais;*
- *Intensificar as estratégias diferenciadas de desenvolvimento sustentável local;*
- *Privilegiar as ações alternativas destinadas a gerar trabalho – ocupações produtivas, emprego e renda, enquanto instrumento de fixação demográfica e reorientação de fluxos migratórios internos.*

Levando em conta as reflexões acima, é de fundamental importância que o Estado, contrariamente ao que se observa hoje, deva e participe ativamente para o desenvolvimento regional e local de natureza sustentável, em *especial como:*

- ***Formulador e implementador de políticas;***
- ***Investidor e produtor de bens e serviços.***

A suposição de que os problemas relativos ao concentracionismo urbano e demográfico em frações territoriais restritas na Paraíba detêm elevados componentes sociais, que a dinâmica econômica tradicional revela-se incapaz de atender os objetivos gerais próprios à sustentabilidade social.

Entende-se como suposto que as ações destinadas à melhoria da qualidade de vida, de geração de emprego e renda alternativos, e ao atendimento de necessidades básicas nos âmbitos gerais da infraestrutura social, especialmente em tempos de globalização, mostram-se pertinentes e são prerrogativas da ação do Estado.

A intervenção governamental é de essencial importância, ao implementar a regionalização de políticas sociais destinadas a assegurar o processo de sustentabilidade social e humana, promover a diferenciação de instrumentos das políticas públicas de investimentos e apoiar a descentralização da iniciativa privada.

Propostas de Políticas Públicas: Ações Especificas

No que concerne às possíveis ações de apoio ao desenvolvimento territorial descentralizado pelo Estado (em suas diferentes esferas de Governo) e coletividades locais, merece destaque o que se convencionou designar de fatores heterodoxos do crescimento e desenvolvimento econômicos locais.

Programa de Indução e Inovação de Territórios envolve: Valorização dos denominados fatores inteligentes, ou seja, a componente humana, o trabalho que, por seu turno, é o único capaz de assegurar a evolução da produção social e coletiva e a transformação das relações sociais.

Ações envolvendo o componente territorialização nos marcos da educação, cultura, saúde e meio ambiente em todos os níveis:

- *Desenvolvimento e disseminação de ações nos campos da ciência e tecnologia adaptadas às especificidades locais, produção e difusão de informações;*
- *Apoio à base político-institucional descentralizada, em sua constituição organizacional, governamental e não governamental;*
- *Definição de mecanismos de descentralização de processos decisórios instrumentando ações que derivem de opções coletivas nos diferentes segmentos socioeconômicos locais;*
- *Identificação de alternativas estratégicas fundadas nas potencialidades e oportunidades locais;*
- *Elevação do grau de endogenia e autonomia relativa dos processos locais de decisão e da ação coletiva das suas formas de produzir e consumir;*
- *Promoção de um processo de desconcentração de riquezas e de rendas, em especial do modo como elas se encontram distribuídas no campo e na cidade;*
- *Preservação dos bens ambientais comuns, o que demanda a Solidariedade inter e intragerações, por meio da valorização de diversificados fatores de produção internos ou endógenos;*
- *Implantação de mecanismos e processos de gestão político-administrativos e institucionais local e territorialmente descentralizados;*
- *Mobilização social e política com vistas à construção de processos de desenvolvimento local em bases territoriais.*

Introdução:
Análise Geral

O desenvolvimento de projetos de infraestrutura, especialmente àqueles integradores, exige do dirigente o exercício do diálogo, da superação de divergências político partidários e do pensar e agir, de forma a somar esforços para captar recursos financeiros necessários, especialmente junto a União, Bancos e/ou de Agências de Fomento nacionais e internacionais e/ou a construção de parcerias público-privadas. Isso exige do Estado a capacidade de desenvolver um processo de planejamento institucionalizado, integrado e que possa oferecer projetos de qualidade, com visão estratégica e de longo prazo.

As ações de infraestrutura que serão propostas têm, como objetivo central, diminuir as desigualdades regional e estadual e dar condições de infraestrutura ao Estado e, principalmente, ordenar políticas públicas para atração de investimentos públicos e privados, com os cuidados necessários para mitigar possíveis impactos ambientais.

Assim, por exemplo, as ações propostas procuram dotar o Estado de soluções modernas e eficazes na logística de transporte intermodal, que tragam ganhos econômicos não somente para a Paraíba, mas para todo o Nordeste, tendo em vista a localização privilegiada do Estado na Região, posto que a posição estratégica da Paraíba com relação ao Nordeste e com relação às exportações para os EUA, África e Europa, indicam que o Estado poderá assumir posição importante no futuro próximo, desde que desenvolva um Programa Integrado de Logística e Transportes.

Portanto, as intervenções no segmento da infraestrutura, inseridas neste documento e procurando oferecer o suporte logístico necessário aos principais polos de desenvolvimento do estado, contemplarão:

- ***Modal Rodoviário;***
- ***Modal Ferroviário;***
- ***Modal Portuário;***
- ***Energia;***
- ***Recursos Hídricos;***
- ***Saneamento Básico***.

Modal Rodoviário:
Diagnóstico e Avaliação

Segundo pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT), a má qualidade das estradas provoca um aumento médio de 28% no custo do transporte rodoviário de carga. As péssimas condições dos pavimentos têm comprometido, de forma significativa, a vida útil dos veículos e, consequentemente, reduzido a competitividade do produto, considerando que cerca de 100% de tudo que é transportado no Estado é realizado pelas rodovias.

Em algumas regiões, o aumento no custo do transporte atinge cifras exorbitantes. No Norte, o encarecimento do frete atinge 40%; no Nordeste, 33,1%; e, no Centro-Oeste, 31,7%. Nas Regiões Sul e Sudeste, o impacto sobre os custos é um pouco menor de 19,3% e 21,8%, respectivamente. Ainda assim, estão muito acima dos padrões internacionais, destacam especialistas do setor produtivo.

Só em relação ao consumo de combustível, o aumento do custo de transporte pode chegar a 5%, comparado aos veículos que trafegam em rodovias com excelentes condições de pavimento.

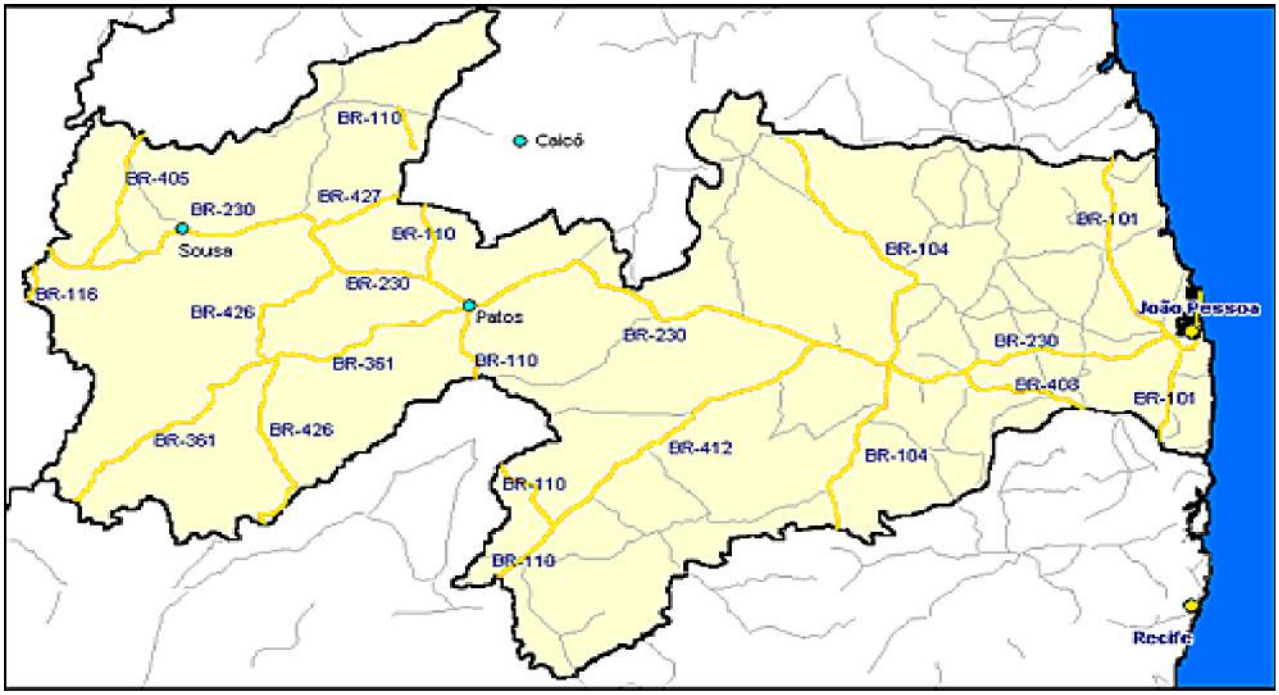
A análise dos modais logísticos do Estado mostra que a alta dependência do transporte rodoviário tem peso significativo nas atuais decisões de investimento, especialmente tomando-se por base o custo de se transportar uma tonelada, por um quilometro (TKU), demonstrado pelo quadro abaixo:

Modal	TKU
Rodoviário	R$ 216,00
Ferroviário	R$ 28,00
Aquaviário	R$ 49,00
Dutoviário	R$ 38,00
Aeroviário	R$ 1.603,00

Estudo CNT/BNDES

Com o objetivo de realizar um diagnóstico das condições das rodovias brasileiras (incluindo rodovias federais, estaduais coincidentes e trechos de rodovias estaduais relevantes), a CNT desenvolveu uma metodologia para avaliar as três principais características da malha rodoviária: **Pavimento, Sinalização e Geometria da Via**.

O resultado da última avaliação realizada em 2013 classificou as rodovias paraibanas nas categorias: **Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo**.



Paraiba: Principais rodovias federais.

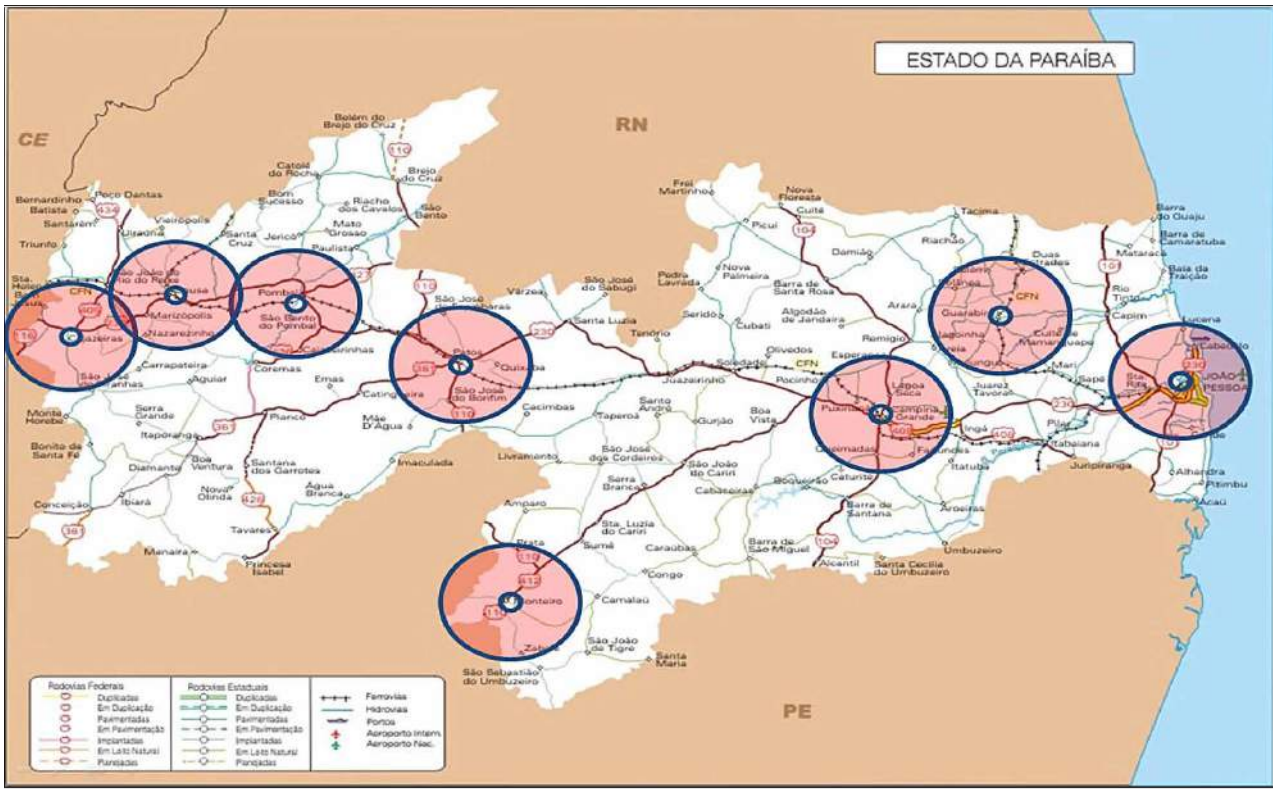
Foram analisados 1.644 km de rodovias paraibanas, sendo 1.248 km de rodovias federais (76%) e 396 km de rodovias estaduais (24%). Os resultados da amostragem foram os seguintes:

	Estradas Federais		Estradas Estaduais	
Conceito	**Km**	**%**	**Km**	**%**
Ótimo	41	3,3%	0	0,0%
Bom	582	46,6%	0	0,0%
Regular	574	46,0%	65	16,4%
Ruim	41	3,3%	199	50,3%
Péssimo	10	0,8%	132	33,3%
Total	**1.248**	**100,0%**	**396**	**100,0%**

Classificação Geral do Estado		
Conceito	**km**	**%**
Ótimo	41	2%
Bom	582	35%
Regular	639	39%
Ruim	240	15%
Péssimo	142	9%
Total	**1.644**	**100%**

Pelo exposto, os resultados indicam que 83,6% das rodovias estaduais estão classificadas entre ruim e péssimo. Isto reflete o fato de que a malha rodoviária estadual, que representa 24% da amostra, tenha ainda 35% desta sem asfalto.

Os resultados apresentados demonstram uma tendência, portanto, todo o esforço para melhorar esta situação incide diretamente na redução do alto custo de frete no Estado, bem como, cria condições estruturantes para novos investimentos em diversos polos integrados na Paraíba.



Estado da Paraíba: principais Polos de Desenvolvimento

Ações Propostas – Modal Rodoviário

- ***Anel Rodoviário Metropolitano – Grande João Pessoa***

  Interligar as BR 101 - Recife, BR 230 - Campina Grande e BR 230 - Natal, transferindo o tráfego pesado de caminhões e veículos destinados às rodovias mencionadas, desafogando a BR 230 no trecho João Pessoa - Bayeux, que apresenta congestionamentos contínuos nas horas de pico. Este anel deverá ser construído em pista dupla, com a mesma qualidade e condições técnicas da BR 101.

- ***Ampliação da BR 230 trecho Cabedelo – Santa Rita***

  Esta ação é extremamente necessária para o desenvolvimento da região metropolitana de João Pessoa. O projeto de engenharia foi elaborado pelo DNIT, ao nível executivo e encontra-se pronto para licitar as obras; Consta da ampliação da BR 230 no trecho mencionado, a construção de inúmeros viadutos, com destaque para o viaduto do Geisel (licitado) e o viaduto sobre a Av. Tancredo Neves/ Av. Governador Flávio Ribeiro Coutinho, a construção da rodovia com três faixas de cada lado, duas faixas laterais de cada lado para trânsito local e uma ciclovia do lado oeste. Os recursos devem ser do Governo Federal para mobilidade urbana.

- ***Duplicação da Alça Perimetral Sul da Cidade de Campina Grande***

  Este projeto visa desafogar o trânsito intenso na citada Rodovia Federal, BR 230, com prolongamento até a cidade de Soledade, no Cariri Paraibano. É a continuação da duplicação da BR 230 que, no futuro, deverá ligar Cabedelo a Cajazeiras, toda duplicada. Os recursos devem ser do Governo Federal para mobilidade urbana.

- ***Construção da Perimetral Norte da Cidade de Campina Grande***

  A Zona Norte da cidade de Campina Grande e dos municípios vizinhos, como Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Pocinhos, Puxinanã, formam um cinturão urbano com a maior densidade demográfica do Estado da Paraíba. Esta rodovia seria a continuação da BR 230, contornando a cidade de Campina Grande e integrando os municípios vizinhos, que geram grande fluxo de veículos, passando pelo centro da cidade de Campina Grande. Recursos a serem captados no Governo Federal.

- ***Eixo Logístico do Litoral Sul***

  A nova dinâmica de desenvolvimento do Litoral Sul e nossa interação com os Estados fronteiriços estimulam a proposição de novas ligações para criar eixos logísticos com potencial de fomentar o desenvolvimento regional. Desse modo, se propõe a criação do anel rodoviário que ligará as localidades de Caxitu (Conde), Alhandra e Caaporã e que passa pelo alargamento e restauração da PB-044, entre a BR-101 e PB-008, região onde a atividade cimenteira será intensa e criando condição para novos investimentos que reforçarão este cluster, como pré-moldados. É proposta, também, duplicar os 113 km de Caaporã à Mataráca que, embora tenha um baixo volume médio diário, tem alta concentração de volume de carga e poderá criar um corredor com potencial de desenvolver também empreendimentos turísticos, conforme proposta da Confederação da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

  Complementarmente, as intervenções nessa região terão uma função econômica e turística, também, para a integração de todo o Litoral Norte. Para esta ação, se faz necessário estudar uma alternativa de alocação da ponte sobre o Rio Paraíba, onde o acesso a partir de Cabedelo poderia ser feito através de uma rua localizada na parte Norte da Mata do Porto, passando pela Ilha da Restinga e seguindo em direção ao Município de Lucena, nas proximidades onde existe atualmente o Molhe das Balsas. Este roteiro teria a vantagem de diminuir as desapropriações do Centro da Cidade de Cabedelo e proporcionar uma menor interferência urbana com as atividades do Porto de Cabedelo.

- **Outras intervenções rodoviárias (em estudo ou planejadas):**
  - *Viabilizar a duplicação da PB-025;*
  - *Duplicação da BR-230 entre Campina Grande e Cajazeiras;*
  - *Rejuvenescimento da PB-004 entre Bayeux e Sapé;*
  - *Restauração da PB-079 entre a BR-230 e Alagoa Grande;*
  - *Pavimentação da PB-097 entre Alagoa Nova e Areia;*
  - *Restauração da PB-325 entre a BR-230 e Catolé da Rocha;*

- *Pavimentação da PB-082 entre a PB-048 e Itabaiana;*
- *Pavimentação da PB-342 entre Coremas e Piancó;*
- *Rejuvenescimento da PB-095 entre BR-230 e Campina Grande;*
- *Rejuvenescimento da PB-391 entre Sousa e Uiraúna Rejuvenescimento da PB-089 entre Belém e Logradouro;*
- *Rejuvenescimento da PB-221 entre Santa Luzia e Divisa PB/RN Pavimentação da PB-011 entre BR-101 e Forte Velho;*
- *Pavimentação da PB-090 entre Itatuba e Aroeiras;*
- *Pavimentação da PB-160 entre Boa Vista e Cabaceiras;*
- *Pavimentação da PB-176 entre Soledade e Gurjão;*
- *Pavimentação da PB-135 entre Logradouro e Cuité;*
- *Pavimentação da PB-210 entre Taperoá e Sumé;*
- *Pavimentação da PB-148 entre Cabaceiras e São João do Cariri;*
- *Pavimentação da PB-356 entre PB-354 e Tavares;*
- *Pavimentação da PB-167 entre Sossêgo e Cubati;*
- *Pavimentação da PB-246 entre Desterro e Cacimbas;*
- *Pavimentação da PB-160 entre Cabaceiras e Barra de São Miguel (PE);*
- *Pavimentação da PB-200 entre Coxixola e Caraúbas;*
- *Pavimentação da PB-366 entre Açude Galante e Aguiar;*
- *Pavimentação da PB-200 entre PB-148 e Parari – 10,5 km;*
- *Pavimentação da PB-196 entre Caraúbas e Barra de São Miguel 27,0 Idealizado;*
- *Duplicação do trecho de 68 km da BR-104 entre Campina Grande e a Divisa PB/PE.*

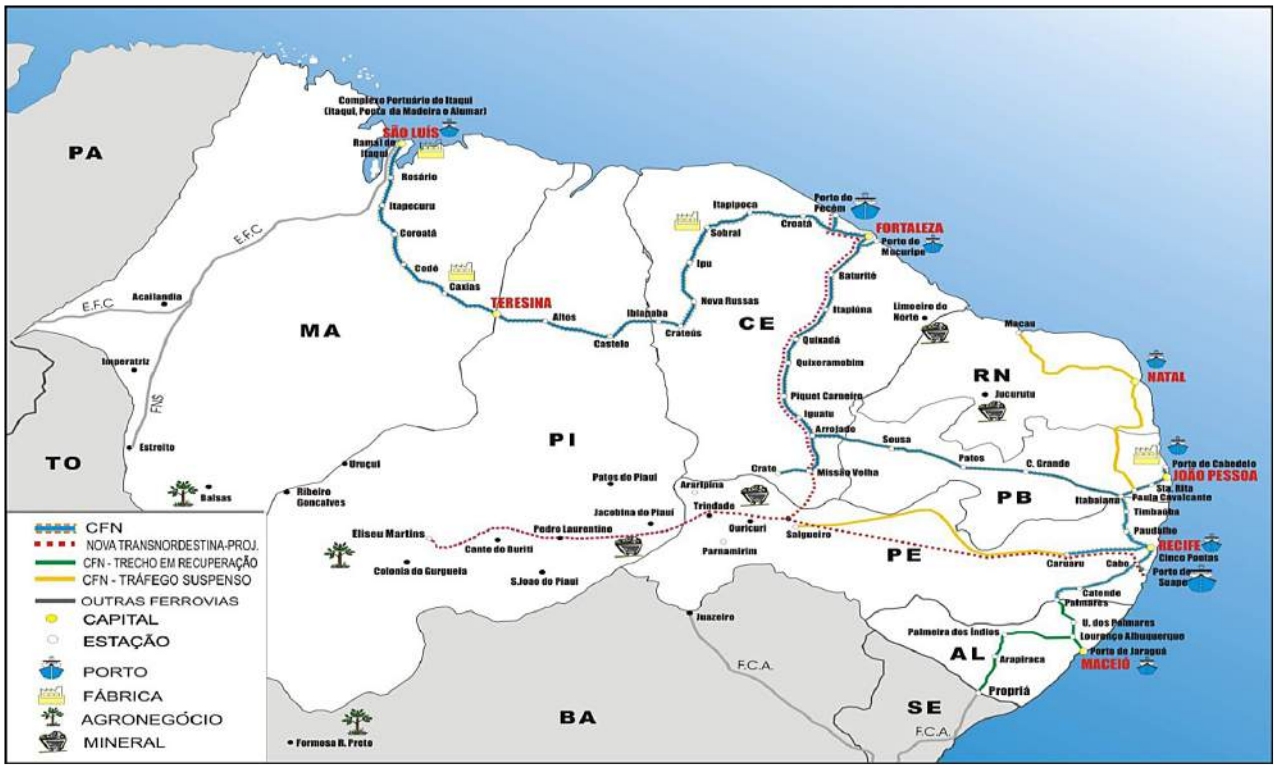
Modal Ferroviário:
A Ferrovia como Opção Logística

Segundo o Banco do Nordeste, a malha ferroviária da Paraíba tem cerca de 667 km de extensão (com cerca de 117 km inoperantes) e tem sido usada no escoamento de cargas e na movimentação de passageiros por algumas cidades da região metropolitana de João Pessoa.

Como na maioria dos estados do Nordeste, o sistema ferroviário no Estado da Paraíba está em decadência, não existindo grandes investimentos previstos para o setor, sobretudo no que diz respeito a integração com Ferrovia Nova Transnordestina, que liga o Porto de Pecém/CE ao Porto de Suape/PE.

Desse modo, o papel do governo será o desenvolvimento de estratégias para que a Paraíba possa retomar o transporte ferroviário como opção logística. A adoção desta opção tem potencial de viabilizar várias atividades econômicas ao longo do eixo, cujo custo atual de frete inviabiliza. Além do mais, o consórcio entre esta solução e as novas perspectivas que se abrem com a transposição do Rio São Francisco, tem o potencial de viabilizar a agricultura na região, além de integrar Cabedelo ao complexo de Portos de Pecém e Suape, agindo como consolidador auxiliar de carga.

O trecho paraibano da TNL está em péssimo estado de conservação e precisa de investimentos, que só serão viabilizados por meio de articulação entre os diferentes polos potencialmente geradores de carga de vocação ferroviária, como Caaporã, Souza e São Mamede.



Nordeste: localização da Ferrovia Transnordestina.

Ações Propostas – Modal Ferroviário

- ***Revitalização da Malha Ferroviária***

  A recuperação e adequação da bitola desta ferrovia tem uma elevada importância para a economia do Estado da Paraíba, como solução mais econômica para transporte de cimento do Polo Cimenteiro do Litoral Sul, transporte de combustíveis e das jazidas de minérios de ferro (por exemplo São Mamede), que só serão viabilizadas através do transporte ferroviário.

  Para que a integração com a Transnordestina seja viabilizada complementarmente, se faz necessário a construção de um trecho (ramal) de 88 km entre Mauriti – CE e São José de Piranhas-PB; ou integrar o ramal de Arrojado que desce até Cabedelo. Esta integração isolada não resolve o problema, pois a Transnordestina, projeto de 1.728 km que liga o Porto de Pecém CE ao Porto de Suape PE, está concebida com o uso de bitola larga e mista, possuindo capacidade de carga de 32 toneladas/eixo, e o trecho paraibano é de bitola métrica com capacidade de carga de 20 toneladas por eixo com velocidade média de 10,7 km/hora, contra 40 km/hora da bitola mista. Portanto, a troca da bitola é complementar e necessária. São propostos os seguintes projetos:

  - *Recuperação do trecho de 391 km da ferrovia TLSA entre Santa Helena e Itabaiana;*
  - *Recuperação do trecho de 89 km entre Itabaiana e Cabedelo;*

- *Recuperação do terminal ferroviário de Itabaiana;*
- *Recuperação do trecho de 175 km da ferrovia TLSA entre Itabaiana e Suape.*

- ***Ferrovia Cabedelo – Natal – Aeroporto Internacional de Cargas São Gonçalo do Amarante***

  A recuperação deste trecho ferroviário passa também a ter uma grande importância para a economia do estado, pois ligará o Porto de Cabedelo, passará no Centro de Gravidade da área de influencia dos 15 mil e 500 hectares, com potencial de irrigação do Canal Acauã-Araçagi Vertentes Litorâneas, integrando ainda, com o novo Aeroporto Internacional de Cargas do Rio Grande do Norte, localizado no Município de São Gonçalo do Amarante, pertencente à área metropolitana de Natal. O Aeroporto Internacional de Cargas do Rio Grande do Norte poderá funcionar como um importante elemento de logística para exportação de produtos agrícolas a serem produzidos na área de influencia do Canal Acauã-Araçagi Vertentes Litorâneas.

- ***Ferrovia Litoral Sul - Cabedelo***

  Este ramal ferroviário terá a função de escoar a produção do Polo Cimenteiro do Litoral Sul, constituído atualmente de três grandes empresas de produção de cimento, de tornar atrativos para investimentos de indústrias no Litoral Sul, se constituindo, também, como fonte alternativa para escoar os produtos de indústrias do estado de Pernambuco, localizadas no Município de Goiana e que constitui o Polo Farmoquímico e das indústrias ligadas ao Complexo Industrial Automobilístico da Fiat. Esta ligação ferroviária poderia se iniciar nas proximidades da cidade de Caaporã, seguindo paralelamente à fronteira do Estado de Pernambuco e se interligando à Ferrovia Cabedelo - Sousa, na altura da cidade de São Miguel de Itaipu. Neste contexto, este ramal ferroviário também deverá ser interligado ao Porto de Suape, com a interligação sendo feita nas proximidades da cidade de Itabaiana, na Paraíba.

  A diretriz deste trecho ferroviário deverá aproveitar o trecho ferroviário existente desde a cidade de Itabaiana até o Porto de Cabedelo, evitando-se desapropriações e interferências com o Sistema Rodoviário do Estado da Paraíba, especialmente às travessias da BR 101 e BR 230.

Modal Portuário:
Ampliando a Competitividade

O Porto de Cabedelo, apesar da sua localização privilegiada, tem algumas limitações que restringem a sua competitividade e contribuem para que o porto apresente uma ociosidade de 20%. Limitações essas que vem exigindo, há décadas, algumas obras de adequação e melhorias.

Os seguintes problemas críticos necessitam ser adequadamente administrados, de forma a torná-lo mais competitivo e mais dinâmico:

- *A intensa urbanização de Cabedelo e consequentes problemas de escoamento;*
- *Ausência de uma área de Retroporto organizada aos moldes do que existem nos Portos de Pecem e Suape;*
- *Constante assoreamento do canal de evolução e dos berços que restringe o calado a 9,14 m, fazendo que haja restrição para operar navios com mais de 36.000 TPB.*

Ações Propostas – Modal Portuário

- **Truck Center e *Terceira Via***

  No caso do primeiro problema, duas soluções são propostas:

  - *Criar um* truck center, *que são centros de apoio a caminhões e motoristas, que tem a função de controlar o acesso ao porto com a liberação controlada a partir deste ponto, evitando engarrafamento;*
  - *Implantação da chamada terceira via, que permitirá o escoamento contornando o centro de Cabedelo.*

- ***Retroporto***

  No caso do segundo problema, é necessário reorganizar a área do Retroporto atual, cuja área não tem plano diretor e a urbanização está crescente. A inexistência deste ordenamento impossibilita a criação de uma área de armazenamento de containers ou uma área de armazenagem temporária e até a constituição de uma área com fins industriais que daria capacidade de processamento a bens e serviços advindos de uma dinâmica econômica que incorpora um cluster no sul do Estado, a maior capacidade de transporte da TLSA, novas fronteiras agrícolas criadas com a transposição e criação de linhas de cabotagem. A alternativa seria criar uma nova área auxiliar ao Retroporto e incorporar nas suas atividades, o Truck Center *proposto. Sem esta ação, fica inviável a operação do Porto para atender o cenário acima e torna-se importante procurar alternativas para um novo Porto.*

  Neste sentido, recentemente, o projeto do Porto de Itapissuma em Pernambuco foi adiado, tornando a instalação de um novo porto no litoral sul mais interessante. Esta opção, entretanto, exige um tempo de maturação grande e este gap só poderá ser coberto com obras no Porto de Cabedelo.

- ***Dragagem do canal***

  A dragagem do canal de acesso visa aumentar o calado para 12 m (existem projetos para até 14 m) o que permitiria aumentar o limite operacional do Porto, hoje, fixado em navios de até 36 mil TPB (Tonnies per boarding ou porte bruto das embarcações) e o derrocamento, além de reforço no cais e berços através da adequação do cais envolvente.

  Uma alternativa para Cabedelo é a adoção dos efeitos da nova lei de operação dos portos, que permite a operação privada de áreas especificas ou do todo. Isto pode viabilizar a instalação do Terminal de Múltiplo Uso, que ganha uma grande importância logística se construída uma alternativa ligando Caaporã à Mataraca e ligando esta rodovia à estrada proposta pelo Governo de Pernam-

buco, ligando o Porto de Suape a Goiânia (continuando a hoje existente ligação entre Cabo e Suape). Isto, portanto, cria um corredor logístico com viés para empreendimentos turísticos integrados a PB 008.

Energia:
Fontes Alternativas Potenciais

No que tange a energia, segundo a ANEEL, a demanda do Estado da Paraíba é de 4.674 GWh, 100% gerada fora do Estado e distribuída por apenas uma companhia privada de energia elétrica e vem crescendo ao ritmo de 6,2% a.a., superior a média nordestina 3,8% e brasileira. 3,6 % a.a.

O Estado da Paraíba produz 637.470 kW de Energia Elétrica, 3% da oferta regional, sendo 89,09% a partir de usinas termoelétricas de energia.

Tipo	Quantidade	Potência (kW)	%
Usinas Eólicas	13	66.000	10,35
Pequenas Centrais Hidroelétricas	1	3.520	0,55
Usinas Termoelétricas de Energia	8	567.950	89,09
Total	**22**	**637.470**	**100,00**

Fonte ANEEL

Entre os nove estados da federação, a Paraíba é o oitavo em geração de energia, superando apenas o Piauí, muito embora nossa oferta tenha crescido 77% entre 2008 e 2013, com o aumento da participação de geração de energia eólica de 2,8% para 10,4%, substituindo em parte, a geração por termoelétrica, que caiu de 96% de participação para 88,5% no mesmo período.

No que tange a fontes alternativas de energia e no âmbito regional, existe uma expansão significativa de empreendimentos eólicos em praticamente todos os estados do subsistema Nordeste. No caso especifico da Paraíba, o atual mapeamento aponta que o Estado apresenta duas regiões principais com alto potencial eólico. A primeira situa-se no litoral, principalmente norte, e a segunda na região de Santa Luzia, onde se encontra em um "corredor" de vento situado no agreste paraibano, que viabiliza a instalação de parques eólicos desde que seja possibilitado o acesso à rede básica, pois hoje existe uma distância grande, replicando os problemas de transmissão que ocorrem em vários Estados.

Por outro lado, a Paraíba também tem enorme potencial em termos de geração de energia solar, por estar localizada em uma zona de radiação solar com mais de 2.200 kWh/m², considerado alto, e só comparável a países africanos.

O impacto de uma matriz energética dependente de geração externa e fortemente apoiada em termos de geração interna em geração por termoelétricas, mostra uma posição frágil, notadamente se analisados os custos envolvidos.

- ***Melhoria da estabilidade da tensão***

  Faz-se necessário no caso de transmissão, melhorar a estabilidade da tensão, visto que algumas indústrias de porte estão sendo penalizadas com paradas de produção, canalizando investimentos neste sentido. Para isto, se faz também necessário reavaliar a expansão referente ao eixo de 138 kV entre as Sub Estação Açu II e Campina Grande II, já prevista pelo Governo Federal.

- ***Energia Eólica e Solar***

  A proposta básica é aumentar a geração local de energia e a participação de fontes renováveis, para reduzir a dependência de energia por geração termoelétrica e aumentar a disponibilidade de gás natural para novos projetos industriais com uso intensivo deste energético e para projetos de substituição de geração de energia com uso de combustíveis fosseis. Para tanto, se propõe:

  - *Incentivar investimentos em parques geradores de energia eólica, aproveitando os corredores naturais localizados no litoral norte e Santa Luzia.*
  - *Incentivar a pesquisa, desenvolvimento de usinas solares, aproveitando a redução de custos para investimentos, linhas de financiamento disponíveis e a localização paraibana que favorece esta geração.*
  - *A criação de parques de geração de energia com base em energia solar pode dar uso industrial a regiões atingidas pela seca e viabilizar clusters de produção de energia, pois o custo de produção do MW vem caindo. Hoje, fundos como o América do Sol e o próprio BNDES financiam projetos de uso de usinas com uso de células fotovoltaicas de pequeno, médio e grande porte, estimulando parcerias com o Estado em linhas de transmissão, por exemplo, expandindo os programas de eletrificação rural.*

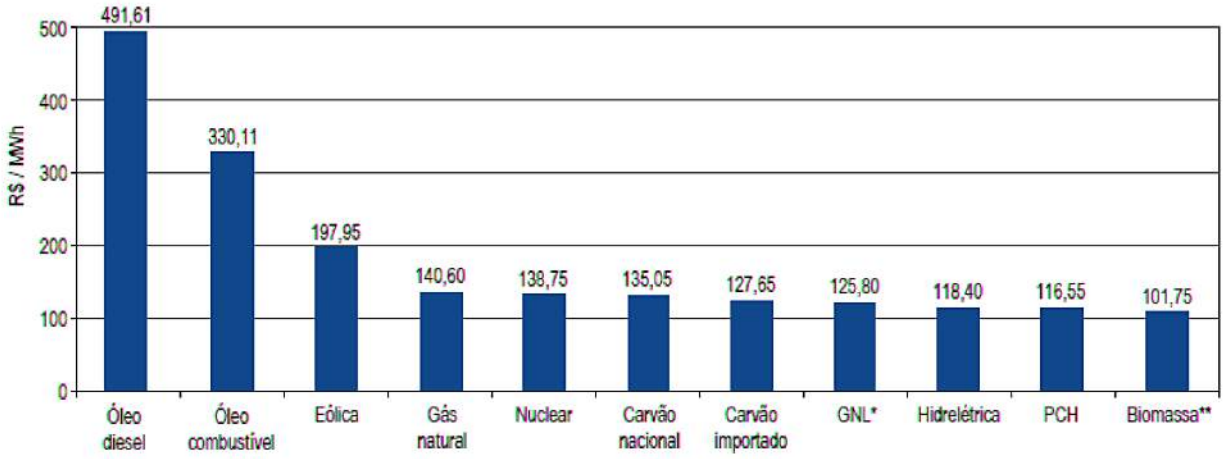
- ***Gás Natural***

  Especificamente no que tange a gás natural, é total a dependência paraibana de fornecimento externo, pela ausência de unidades de extração e produção locais, que tem impacto nas quantidades oferecidas, insuficientes para viabilizar termoelétricas abastecidas por gás. Esta oferta atende a atual demanda paraibana (que tem se mantido estável nos últimos cinco anos), estimada em 364 mil m³/dia, sendo 24,1% consumidos pela frota paraibana, 0,5% pelo setor comercial, 75,2% pelo setor industrial e 0,2% pelo residencial. Os segmentos comercial e residencial, embora com consumo pequeno, têm apresentando altas taxas de crescimento. Existe, portanto, um potencial de crescimento da demanda do Gás Natural na Paraíba, especialmente comandado pelo segmento industrial. Contudo, alguns aspectos inibem esse atendimento:

  - *Logística – o Nordestão I está com a sua capacidade de fornecimento estrangulada, dificultando, inclusive, o atendimento a empreendimentos industriais que estão se localizando no litoral Sul da Paraíba e litoral Norte de Pernambuco (complexo FIAT, fábrica de vidros planos, cimenteiras, etc.);*

- *Preço não competitivo para o segmento, que reclama da falta de uma política de preço que transforme o produto mais atrativo e vinculado ao volume de consumo.*

Sugere-se que uma politica de incentivos para projetos de cogeração a gás para o comércio e indústria, seja alternativa para diminuir-se o consumo de energia elétrica na rede com o aumento da participação de gás na matriz energética, observando-se que o custo de produção de energia por termoelétricas é o mais alto de todos os custos hoje no mercado (ver gráfico abaixo) e onde repousa grande parte de nossa geração própria de energia.



Outra ação estratégica objetivando suprir o potencial déficit e ampliar a oferta do gás natural (GN) é atrair investidores privados que possam avaliar a viabilidade de implantação de uma usina de regaseificação de **GNL** no porto de Cabedelo ou em outra localização.

Recursos Hídricos:
Implementando Ações Estruturantes

Ações Propostas

O planejamento na implementação de ações estruturantes na área de recursos hídricos e dos Polos de Irrigação no Estado devem ser iniciados pela avaliação do Polo de Irrigação das Várzeas de Sousa e Piancó e realização de estudos e elaboração do Projeto de Engenharia complementar para irrigar a área de 15 mil e 500 hectares adjacente ao Canal Acauã-Araçagi de Integração das Bacias Litorâneas.

Para este programa, os principais projetos seriam:

- ***Projeto de Irrigação com 15 mil e 500 hectares Canal Acauã--Araçagi de Integração das Bacias Litorâneas***

Está em implantação o projeto do Canal Acauã-Araçagi, cuja conclusão somente deverá ocorrer em dezembro de 2015 (caso sejam mantidos os necessários recursos financeiros pelo Ministério da Integração). O custo deste projeto atualizado pode ser estimado em R$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais). O prazo de conclusão deste projeto deverá ser compatibilizado com o prazo de construção do ramal leste da Transposição do São Francisco, pois somente a Barragem de Acauã não tem condições de, sozinha, abastecer todo o canal.

Os projetos de irrigação ainda não foram contratados, sendo necessária a elaboração dos mesmos, com a realização de estudos pedológicos, hidráulicos e de adequação de culturas agroindustriais.

- ***Projeto do Sistema Adutor da Borborema***

  Este projeto é o mais importante aproveitamento hídrico para o Estado da Paraíba, decorrente do Projeto da Transposição do Rio São Francisco. Foi licitado no mês de maio de 2014 o anteprojeto deste importante projeto, para se definir a licitação de obras, o que permitirá uma nova adutora para a cidade de Campina Grande, Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano. Em termos de abastecimento de água, este projeto será o mais importante benefício proporcionado pela Transposição do São Francisco, pois irá beneficiar as regiões mais áridas do Estado da Paraíba.

- ***Construção da Barragem de Gurinhém, Barragem de Camaratuba e Barragem de Manguape***

  Estas barragens são fundamentais para o funcionamento adequado e operação do Canal Acauã-Araçagi Vertentes Litorâneas, pois as barragens de Gurinhém, capacidade prevista de 100 mil m³ e Camaratuba, capacidade prevista de 400 mil m³, armazenarão as águas provenientes do Ramal Leste da Transposição do São Francisco. A Barragem de Mamanguape terá uma capacidade aproximada de 200 mil m³ e contribuirá para o abastecimento de água da Região do Brejo e de Guarabira, reforçando, ainda, a capacidade de regularização da Barragem de Araçagi, que faz parte do Sistema de Barragens que irão operar em conjunto com o Canal Acauã-Araçagi.

- ***Barragens para garantir o abastecimento de água da Grande João Pessoa***

  Estas barragens são complementares ao Sistema Abiaí-Papocas, projetado na administração Cássio Cunha Lima, cujo nome foi modificado para Sistema Adutor da Translitorânea na administração de José Maranhão. Estas barragens são importantes para garantir o abastecimento de água da Grande João Pessoa, cujo sistema de produção está em fase final da ampliação, com a Estação de Tratamento de Água de Gramame, passando de 1.917 para 3.834 l/s.

  - ***Barragem de Cupissura;***
  - ***Barragem de Alhandra;***
  - ***Barragem de Abiaí.***

- ***Implementação da transposição do Rio São Francisco do ramal norte para o Rio Piancó***

  Esta ligação estava inicialmente prevista nos estudos da Transposição do Rio São Francisco. Posteriormente foi esquecida e agora o Ministério da Integração aprovou a elaboração do projeto que beneficia todas as cidades do vale do Piancó com a passagem da água e perenizando o Rio Piancó até a barragem Coremas-Mãe d'Água.

Abastecimento D'água e Saneamento Básico

Ações Propostas

No que tange ao saneamento, os indicadores ainda demonstram haver no conjunto do país, uma realidade assombrosa, que reproduz muitos dos velhos ranços de nossa história. Em primeiro lugar, é necessário observar que há uma assimetria entre renda e prestação do serviço pelo Poder Público. Habitações subnormais se associam à quase ausência de saneamento, infra-estruturas de micro e macrodrenagem urbana etc.; potencializando um conjunto de problemas. Persiste, ainda, uma distribuição não equitativa dos serviços, com o registro de índices de cobertura muito piores nas regiões Norte e Nordeste, comparativamente às demais regiões do país e, especialmente, do Sudeste.

Por outro lado, os principais mananciais fornecedores de água de beber sofrem com o processo de poluição patrocinado pelo despejo de esgotos de várias cidades que estão próximas ou às margens desses rios, afluentes e açudes. Igualmente, as praias do litoral também sofrem esse processo de poluição pelo mesmo motivo, criando, além de problemas de saúde, uma imagem negativa do nosso estado junto aos turistas e aos próprios nativos que utilizam as praias.

As ações para essa área devem abordar a questão urbana e rural de abastecimento de água que, de acordo com a meta do Plano Nacional de Saneamento, é a universalização do atendimento com **serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários** em todas as comunidades do estado.

Para a montagem deste programa, deverá ser elaborado um diagnóstico das localidades paraibanas em função das possibilidades de financiamento das agencias financeiras e dos programas do Governo Federal, divididos em grupos de cidades com as seguintes características:

- ***Cidades com população maior que 50 mil habitantes***

  Os recursos normalmente são provenientes do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil também passou a atuar no financiamento de conjuntos habitacionais dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

  Atualmente, temos apenas 10 municípios (Censo demográfico 2010) com população superior a 50 mil habitantes:

  - ***João Pessoa – 723.515 habitantes;***
  - ***Campina Grande – 385.213 habitantes;***

- ***Santa Rita – 120.310 habitantes;***
- ***Patos – 100.674 habitantes;***
- ***Bayeux – 99.716 habitantes;***
- ***Sousa – 65.803 habitantes;***
- ***Cajazeiras – 58.446 habitantes;***
- ***Cabedelo – 57.944 habitantes;***
- ***Guarabira – 55.326 habitantes;***
- ***Sapé – 50.143 habitantes.***

- ***Cidades com população entre 1 mil e 50 mil habitantes***

  Os recursos são provenientes do Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saneamento – FUNASA. Este programa engloba a grande maioria dos municípios do Estado da Paraíba, totalizando 213 municípios.

Desse modo, o Programa de Saneamento deverá ser constituído dos seguintes subprogramas:

- *Programa de Esgoto Sanitário da Cidade de João Pessoa, visando a universalização do atendimento através de esgotamento sanitário;*
- *Programa de Esgoto Sanitário da Cidade de Campina Grande, visando a universalização do atendimento através de esgotamento sanitário;*
- *Programa de Abastecimento de Água e de Esgoto Sanitário das cidades localizadas nas Bacias do Rio Paraíba, Rio Piranhas e Rio Piancó, do Nordeste Setentrional, que tenham vinculação na área de influência direta da interligação da Bacia do Rio São Francisco e que se constitui em um compromisso do Governo Federal através da licença de instalação n. 438/07 do Ibama, visando a universalização do atendimento de serviços de águas e esgotamento sanitário;*
- *Programa de Abastecimento de Água para cidades acima de 50 mil habitantes;*
- *Programa de Abastecimento de Água entre 1 mil e 50 mil habitantes;*
- *Programa de Abastecimento de Água para comunidades rurais, definidas com população entre 100 e 1.000 habitantes;*
- *Programa de Cisternas para casas isoladas;*
- *Programa de Barragens Subterrâneas;*
- *Programa de Perfuração de Poços (Poços Amazonas e Poços Profundos);*
- *Programa de Esgoto Sanitário para cidades acima de 50 mil habitantes;*
- *Programa de Esgoto Sanitário entre 1 mil e 50 mil habitantes;*
- *Programa de Esgoto Sanitário para comunidades rurais, definidas com população entre 100 e 1.000 habitantes;*
- *Programa de Resíduos Sólidos.*

No caso de **Saneamento básico**, deve ser priorizado:

- *Sistema de coleta e tratamento de esgoto nas localidades caracterizadas como fonte de poluição das praias; atingindo, para essas localidades, um índice de 100% de coleta e tratamento;*
- *Sistema de coleta e tratamento de esgoto nas localidades caracterizadas como fonte de poluição dos rios e mananciais fornecedoras de água para consumo humano; atingindo, para essas localidades, um índice de 100% de coleta e tratamento;*
- *Sistemas de água e esgotos na área de influência direta da interligação da Bacia do Rio São Francisco e que se constitui em um compromisso do Governo Federal através da licença de instalação n. 438/07 do Ibama, visando a universalização do atendimento de serviços de águas e esgotamento sanitário.*

Habitação
Social

A Paraíba tem um déficit habitacional de cerca de 120.000 domicílios, segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os números são de 2012. Elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – 2012), a pesquisa mostra que o estado tem o 4º maior índice do Nordeste, de 9,5%, empatado com Alagoas. O índice é calculado com base no total de domicílios.

No detalhamento dos componentes do déficit habitacional, a pesquisa encontrou, em 2012, precariedade (rústicos ou improvisados) em 16.507 domicílios. Além disso, foram 47.095 com coabitação (famílias conviventes com a intenção de se mudar ou residentes em cômodos), 44.015 com ônus excedente de aluguel e 5.502 com adensamento excessivo em imóveis locados (aqueles com mais de três habitantes utilizado o mesmo cômodo).

Propostas para politica habitacional

- ***Reduzir o impacto do custo de terreno no custo total de construção.*** *Mapear, em parceria com as Prefeituras, as áreas públicas disponíveis para construção de habitação de uso popular ao longo dos modais logísticos como rodovias e ferrovias (referência trabalho realizado pela ADEMI/SINDUSCON-RJ e Roberto Kaufman), para reduzir o impacto do valor do terreno (altamente valorizado) de 50% para 20%, reduzindo também o custo da construção popular e gerando acesso e uso da verticalização com sustentabilidade.*
- ***Avaliar a alternativa do Aluguel Social:*** *As políticas de habitação no Brasil e nos demais países da América Latina tem priorizado historicamente, a concessão da propriedade dos imóveis às famílias de baixa renda. O aluguel subsidiado, geralmente utilizado em situações emergenciais ou transitórias, poderia ser um instrumento complementar para prover moradias dignas a estas famílias.*
- ***Avaliar o RETROFIT de áreas degradadas****, a exemplo do Centro de João Pessoa, e destinar estas áreas para construção/adequação de unidades de habitação de uso popular, aproveitando a infraestrutura existente;*

- ***Buscar o barateamento do custo de construção de unidades de interesse popular****, utilizando novas técnicas de construção modular (exemplo chinês), que permitem redução de custo ao patamar de 30%, ou mais.*
- ***Priorizar habitação urbana e rural****, o novo Governo buscará viabilizar soluções para o déficit habitacional e melhoria da habitabilidade das famílias com renda de até 3 salários mínimos.*
- ***Trabalhar o déficit habitacional*** *com ações voltadas para a produção de unidades habitacionais e na regularização de titulação fundiária, em imóveis sem documentação e com nenhuma perspectiva de regularização.*
- ***Tratar, com relação à habitabilidade, da melhoria nas unidades já existentes*** *e da realocação das famílias que residem em áreas impróprias, como margens de rios e mananciais, para lugares dotados de infraestrutura mínima e necessária ao bem estar.*
- ***Ampliar recursos*** *para habitação rural.*

A conquista de uma moradia representa uma vitória, fortalece a base familiar e garante um futuro com tranquilidade e segurança, além de promover o resgate social e a melhoria na qualidade de vida da família paraibana.

Governança:
Em Defesa de uma Agenda de Gestão Pública

Agenda Pública: Propósitos e Premissas

Os supostos ora apresentados foram inspirados na compreensão e aceitabilidade dos imperativos de mudanças, com vistas à remodelagem e alterações estratégicas do modo de intervenção do Governo do Estado. Com esta finalidade, foram assimiladas pela sua elevada justeza e consistência política e operacional, as diretrizes e prioridades dispostas na **Agenda de Gestão Pública (2013–2016),** firmada entre múltiplos entes federais e estaduais em prol do fortalecimento e eficácia da gestão pública, pela qual, também, passaremos a defendê-la.

A concepção estratégica, os supostos políticos, operacionais, bem como os instrumentos e medidas dispostos na referida Agenda, fazem parte da intencionalidade e materialização dos avanços institucionais em torno da consolidação das bases de um novo Pacto Federativo no campo da Gestão Pública.

Foram formuladores e signatários da supra citada Agenda Pública, de caráter nacional, os Secretários membros do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN e do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – CONSAD, tendo, ainda, o concurso de representantes de entes públicos federais e a participação e apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Finalidade e Objetivos da Agenda

A Agenda de Gestão Pública União-Estados tem a finalidade de estabelecer diretrizes e prioridades de investimentos no campo do fortalecimento da gestão pública, construídas em conjunto entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, a serem implementadas no período de 2013–2016 e promover a colaboração institucional intra e intergovernamental.

São objetivos da Agenda de Gestão Pública União-Estados:

- *Melhorar a qualidade dos serviços públicos disponibilizados aos cidadãos e ao setor produtivo, com foco na gestão por resultados;*
- *Melhorar a eficiência e a qualidade do gasto público no curto e longo prazo;*
- *Ampliar a capacidade de governança na implementação de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública;*
- *Instrumentalizar as instâncias de participação social para a efetiva apropriação do controle social nos processos de formulação, implementação, avaliação das políticas públicas, contribuindo para que os cidadãos se tornem efetivamente partícipes na atividade pública;*
- *Contribuir para a realização dos investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura, que acelerem a competitividade nacional; e*
- *Promover a inovação e a gestão do conhecimento, assim como o seu compartilhamento entre as esferas de governo, a sociedade e o mercado;*
- *As escolas de governo são agentes essenciais na condução e implementação das ações de capacitação da força de trabalho para a consecução da agenda de gestão pública.*

Eixos temáticos:
Estruturação de Agenda para Gestão

A Agenda de Gestão Pública União-Estados está estruturada em dez eixos temáticos, a saber:

- ***Eixo I – Modelos Jurídico-Institucionais da Administração Pública;***
- ***Eixo II – Gestão de Pessoas;***
- ***Eixo III – Tecnologia da Informação;***
- ***Eixo IV – Compras Governamentais;***
- ***Eixo V – Atendimento aos Usuários dos Serviços Públicos;***
- ***Eixo VI – Gestão patrimonial;***
- ***Eixo VII – Planejamento, Monitoramento e Avaliação;***
- ***Eixo VIII – Orçamento Público;***
- ***Eixo IX – Gestão do Desempenho Institucional;***
- ***Eixo X – Apoio à melhoria e à inovação municipal.***

Eixo I – Modelos Jurídico-Institucionais da Administração Pública

Objetivo:

- *Dotar a Administração Pública de novos estatutos jurídico-institucionais para a sua atuação, sobretudo na área social, que favoreçam a maior agilidade e qualidade da ação governamental, assim como a sua segurança jurídica.*

Esse eixo possui **duas linhas temáticas**:

- ***Revisão dos modelos jurídico-institucionais de atuação da administração pública: Essa linha temática engloba a proposição de marcos legais e normativos para:***

  a) fundação pública de direito privado;

  b) parceria público-privada;

  c) consórcio público;

  d) formas de relacionamento entre Governo e as entidades civis sem fins lucrativos, com ênfase nos modelos de organização social e OSCIPs; e

  e) conglomerados públicos.

  Resultados esperados:

  - *Novos estatutos jurídico-institucionais aprovados por leis federais e estaduais;*
  - *Metodologias elaboradas para apoio à implantação de instituições amparadas pelos novos estatutos jurídicos, no âmbito das três esferas de governo;*
  - *Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo com relação aos novos estatutos jurídicos.*

- ***Regulamentação da concessão de autonomia administrativa, financeira e orçamentária a órgãos e entidades públicos, mediante contrato: contempla a elaboração e aprovação de legislação que regulamente o §8º do art. 37 da Constituição Federal e de investimento em metodologias de negociação, implementação, acompanhamento, avaliação e controle de contratos de desempenho institucional.***

  Resultados esperados:

  - *Legislações e normas federal e estaduais aprovadas, em regulamentação ao dispositivo;*
  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para a implantação da legislação aprovada;*
  - *Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo com relação à nova legislação.*

Eixo II – Gestão de Pessoas

Objetivo:

- *Promover o investimento em métodos e instrumentos de gestão de pessoas sintonizados com o paradigma da gestão por resultados, que privilegiem o controle das despesas com pessoal e a gestão de desempenho profissional, baseada em critérios meritocráticos e de desempenho institucional. Esse eixo contempla o investimento na concepção e implementação de métodos de gestão por*

competências; de planejamento e dimensionamento da força de trabalho e de alocação de pessoal, voltados à promoção do desempenho institucional.

Esse eixo constitui-se por **três linhas temáticas**:

- ***Desenho de sistemas de gestão por competência e sua utilização como referência para o dimensionamento e planejamento da força de trabalho, assim como para a estruturação de sistemas de avaliação de desempenho individual e institucional, com ênfase especial nos setores de prestação de serviços. Foco na saúde, educação e segurança pública e áreas meio.***

  Resultados esperados:

  - *Implementação da gestão por competência e planejamento e dimensionamento da força de trabalho, sobretudo nos sistemas federativos de políticas públicas.*
  - *Órgãos e entidades públicas federais e estaduais com planejamento e dimensionamento da força de trabalho implementados,*
  - *Sistemas de avaliação de desempenho individual e institucional implementados ou remodelados, com foco na gestão por resultados e no controle social, em órgãos e entidades federais e estaduais (vide Eixo X).*

- ***Proposição de macrodiretrizes que integrem as diferentes dimensões da gestão de pessoas em subsídio às políticas de gestão de pessoas.***

  Resultado esperado:

  - *Macrodiretrizes definidas e absorvidas nas políticas públicas de gestão de pessoas do governo federal e dos governos estaduais.*

- ***Estruturação de sistemas de previdência complementar, por meio da aprovação de instrumentos legais que regulamentem o art. 40 da Constituição Federal e da implantação de entidades públicas de previdência complementar do servidor público.***

  Resultado esperado:

  - *Sistemas de previdência complementar estruturados no âmbito dos estados (leis estaduais aprovadas e entidades de previdência complementar instituídas).*

Eixo III – Tecnologia da Informação

Objetivo:

- *Promover o investimento no desenvolvimento, aquisição e aplicação dos recursos da tecnologia da informação na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e no maior segurança e confiabilidade dos dados e informações do setor público, de forma a contribuir para a gestão democrática*

e voltada para resultados, especialmente no que concerne à transparência, agilidade e qualidade da ação pública. São objetivos específicos desse eixo:

- *Desenvolver e implementar modelos de negócios que permitam a melhoria de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação nos estados, inclusive com utilização de novas formas de financiamento;*
- *Desenvolver e implementar métodos e instrumentos de serviços públicos eletrônicos, que considerem o aumento dos níveis de conectividade, tanto no provimento quanto na estruturação racional de infraestrutura tecnológica nos órgãos e entidades federais e estaduais, a melhoria das informações, da intercomunicação e da interoperabilidade desses serviços;*
- *Implementar padrões de interoperabilidade e tecnológicos claramente definidos que garantam a permanência e continuidade dos investimentos, bem como a interação entre os entes federados na manipulação e tramitação de processos e documentos; e*
- *Desenvolver métodos e instrumentos para interligar e padronizar a interoperação das informações, dos sistemas e das plataformas. Esse eixo temático deve considerar também a evolução dos marcos regulatórios tanto da Lei de Acesso à informação quanto da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, com vistas à padronização conceitual, operacional, tecnológica e legal sobre essa questão.*

São **quatro linhas temáticas** a serem desenvolvidas, primordialmente, nesse eixo:

- ***Identificação e implantação de novos modelos de negócios na área da tecnologia da informação e comunicação.***

  Resultado esperado:

  - *Novos modelos identificados e implantados.*

- ***Implantação de Serviços Públicos Eletrônicos acessíveis, inclusive móveis, que pressupõe a desmaterialização de processos e documentos.***

  Resultados esperados:

  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para a ampliação e melhoria dos serviços eletrônicos de governo;*
  - *Novas tecnologias implementadas nos Serviços Públicos Eletrônicos, incluindo a definição de padrões de interoperabilidade e tecnológicos que privilegiem a segurança quanto à desmaterialização de processos e documentos;*
  - *Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na disponibilização de Serviços Públicos Eletrônicos e na desmaterialização de processos e documentos;*
  - *Agentes públicos capacitados nos métodos e instrumentos desenvolvidos para os Serviços Públicos Eletrônicos e a desmaterialização de processos e documentos.*

- ***Interoperabilidade entre sistemas informacionais de governo (intercâmbio coerente de informações e serviços entre sistemas).***

  Resultados esperados:

  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para interoperabilidade de sistemas informacionais de governo;*
  - *Métricas e indicadores estabelecidos para apurar os níveis de interoperabilidade entre serviços e informações;*
  - *Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais em interoperabilidade de sistemas.*

- ***Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).***

  Resultados esperados:

  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para o atendimento da LAI e a construção da INDA;*
  - *Marco legal aperfeiçoado visando a maior concretude e clareza sobre o nível de acesso às informações, além de prever a possibilidade de oferecimento de serviços por terceiros por meio da utilização de informações e dados públicos;*
  - *Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais em acesso à informação e dados;*
  - *Agentes públicos capacitados para a implantação de políticas de Dados Abertos nos entes federados.*

Eixo IV – Compras Governamentais

Objetivos:

- *Propor novos marcos legais e normativos para o processo de licitação de contratos, que propiciem celeridade e eficiência sem perda da isonomia e segurança, e que incluam a inversão de fases de julgamento e habilitação para todas as modalidades licitatórias e não apenas para o pregão;*
- *Desenvolver um sistema integrado de compras governamentais, que englobe o Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) e os atuais sistemas estaduais, que devem ser aprimorados e modernizados, tornando-os eficientes e eficazes;*
- *Desenvolver métodos e instrumentos para a padronização de codificação e especificação unificada do Catálogos de Materiais e Serviços. Esse eixo temático deve considerar também a padronização dos catálogos dos governos federal e estaduais.*

Esse eixo constitui-se por **três linhas temáticas**:

- ***Revisão da lei de licitação e contratos.***

  Resultados esperados:

- *Nova legislação para licitação e contratos aprovada;*
- *Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à implantação da nova legislação de licitação e contratos;*
- *Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo com relação à nova legislação.*

- ***Constituição do portal de compras unificado para as três esferas de governo.***

  Resultados esperados:
  - *Sistema integrado de compras governamentais desenvolvido e implantado;*
  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à implantação do sistema integrado de compras governamentais;*

- ***Modernização dos Catálogos de Materiais e Serviços com interface com os catálogos estaduais: padronização de codificação e especificação unificada, acessíveis aos municípios.***

  Resultados esperados:
  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para a padronização de codificação e especificação unificada do Catálogos de Materiais e Serviços, no âmbito dos governos federal e estaduais;*
  - *Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na padronização de codificação e especificação unificada do Catálogos de Materiais e Serviços.*

Eixo V – Atendimento aos Usuários dos Serviços Públicos

Objetivos:

- *Incentivar as instituições a implantarem suas cartas ao cidadão, oferecendo informação completa dos serviços prestados e dos compromissos de qualidade associados, estabelecendo um relacionamento mais próximo dos públicos-alvo e permitindo constante percepção das expectativas e necessidades da sociedade;*
- *Desenvolver modelos de negócio e de parcerias dos serviços de atendimento, para obtenção de qualidade e sustentabilidade, a exemplo do modelo de parcerias público-privadas;*
- *Aprimorar a prestação de serviços ao cidadão e empresas com padrão de excelência de atendimento e baixo custo de transação;*
- *Desenvolver métodos e instrumentos que atendam às determinações da Lei de Acesso à Informação (LAI).*

Esse eixo constitui-se por **quatro linhas temáticas**:

- ***Implantação de cartas ao cidadão.***

  Resultados esperados:
  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos e disseminados para a elaboração e publicação de Cartas ao Cidadão, com divulgação dos benefícios*

do instrumento "Carta ao Cidadão" para as três esferas da administração pública;

- *Cartas ao cidadão adotadas e publicadas, no âmbito dos estados e do governo federal;*
- *Agentes públicos capacitados nos métodos e instrumentos desenvolvidos para a disseminação das Cartas ao Cidadão.*

- ***Desenvolvimento e implantação de modelos de negócio e de parcerias dos serviços de atendimento.***

  Resultado esperado:

  - *Novos modelos implantados.*

- ***Implantação de serviços de multi-atendimento e multi-canais: centrais de atendimento e outros.***

  Resultados esperados:

  - *Oferta de serviços multi-canal e multi-atendimento;*
  - *Visão única das informações do cidadão, com intercâmbio de informações intra e entre esferas de governo;*
  - *Interação com o cidadão para a inovação dos serviços e estado pró-ativo;*
  - *Incentivo a que todo ponto de atendimento evolua para uma central integrada de atendimento ao cidadão.*

- ***Tecnologias para a aplicação da lei de acesso à informação.***

  Resultados esperados:

  - *Tecnologias apropriadas à LAI desenvolvidas;*
  - *Metodologia de implantação dessas tecnologias elaborada e aplicada;*
  - *Disseminação dessas tecnologias nas três esferas da administração pública.*

Eixo VI – Gestão patrimonial

Objetivos:

- *Propor marco regulatório que estabeleça diretrizes e competências para o melhor aproveitamento sócio econômico dos bens patrimoniais;*
- *Integrar o sistema de gestão patrimonial com os sistemas financeiro, de compras, mobiliário e de contabilidade pública, com informação fidedigna e atualizada, espacializada, e acesso ao usuário e ao cidadão, disponível em tempo real;*
- *Avaliar o impacto da nova contabilidade pública na gestão patrimonial.*

Esse eixo possui **três linhas temáticas**:

- ***Elaboração de novo marco regulatório para a gestão patrimonial.***

  Resultados esperados:

- *Marco regulatório de Gestão Patrimonial aprovado;*
- *Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à implantação do marco regulatório de Gestão Patrimonial.*

- ***Integração do sistema de gestão patrimonial com outros sistemas.***

  Resultados esperados:

  - *Edital e plano de implantação de um sistema de gestão patrimonial elaborados. Esse sistema deve estar integrado com as bases dos sistemas financeiro, de compras, mobiliário e de contabilidade pública, com informações fidedignas e atualizadas, espacializadas e de acesso ao usuário e ao cidadão, disponíveis em tempo real.*
  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à integração do sistema de gestão patrimonial com os sistemas financeiro, de compras, mobiliário e de contabilidade pública;*
  - *Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais quanto à integração dos sistemas;*

- ***Realização de estudo do impacto da nova contabilidade pública na gestão patrimonial.***

  Resultado esperado:

  - *Estudo realizado e disseminado.*

Eixo VII – Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Objetivos:

- *Fortalecer o planejamento como instrumento de gestão e de apoio à decisão, de integração das ações governamentais e de prestação de contas à sociedade;*
- *Fortalecer institucionalmente os sistemas federal e estaduais de planejamento, englobando a Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (RENOP), o CONSEPLAN e as secretarias estaduais de planejamento;*
- *Apoiar a Elaboração dos PPA's municipais;*
- *Assegurar a efetiva articulação das políticas públicas expressas nos planos de longo prazo e PPA's dos entes federados por meio de práticas de cooperação e alinhamento estratégico.*

Esse eixo possui **três linhas temáticas**:

- ***Pactuação das Agendas Estratégicas de Desenvolvimento Territorial resultantes da articulação dos PPA's da União e dos Estados.***

  Resultados esperados:

  - *Metodologias e instrumentos desenvolvidos para apoiar a formulação e o monitoramento das Agendas de Desenvolvimento Territorial;*

- *Ampliação da capacidade de entrega de bens e serviços públicos resultantes das intervenções estabelecidas nas agendas de desenvolvimento territorial pactuadas entre União e Estados;*
- *Integração das bases de dados estaduais à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).*

- ***Apoio à elaboração dos Planos Plurianuais municipais.***

  Resultados esperados:
  - *Metodologias e instrumentos desenvolvidos para o apoio à elaboração dos PPAs Municipais;*
  - *Maior sinergia entre as intervenções estruturantes do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, com ênfase na ampliação da capacidade de entrega de bens e serviços públicos.*

- ***Aprimoramento dos sistemas federal e estaduais de planejamento, monitoramento e avaliação.***

  Resultados esperados:
  - *Metodologias e instrumentos desenvolvidos para aprimoramento dos sistemas de monitoramento e avaliação dos planos plurianuais do Governo Federal e dos Governos Estaduais;*
  - *Maior sinergia entre os sistemas de monitoramento e avaliação dos planos plurianuais do Governo Federal e dos Governos Estaduais, com ênfase na ampliação da capacidade de entrega de bens e serviços públicos;*
  - *Informações e aprendizados compartilhados por meio do CONSEPLAN e da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (RENOP).*

Eixo VIII – Orçamento Público

Objetivos:

- *Melhorar a transparência, eficiência e a qualidade do gasto público visando o equilíbrio macroeconômico e o aumento da efetividade das políticas públicas;*
- *Monitorar eventos internos e externos que afetem as previsões de receita e despesa;*
- *Harmonizar as estatísticas fiscais subnacionais;*
- *Avaliar os riscos fiscais e construir cenários de médio prazo, sob condições vigentes e incorporando possibilidades de mudança;*
- *Consolidar o conceito de cidadania tributária e associar os impostos pagos aos benefícios e serviços recebidos;*
- *Dar transparência e publicidade às informações relacionadas ao Orçamento Público.*

Esse eixo possui **três linhas temáticas**:

- ***Aperfeiçoamento de metodologias e desenvolver um trabalho de previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados.***

  Resultados esperados:

  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos relacionados à previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados;*
  - *Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na aplicação de métodos e instrumentos de previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados;*
  - *Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo na aplicação de métodos e instrumentos de previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados.*

- ***Promoção do fortalecimento institucional dos sistemas federal e estaduais de orçamento público.***

  Resultados esperados:

  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para o fortalecimento dos sistemas federal e estaduais de orçamento público;*
  - *Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (RENOP) fortalecida e constituída em fórum de apoio e articulação para as unidades de planejamento e orçamento federal, estaduais e municipais. Alinhamento sobre os temas da área orçamentária relevantes ao fortalecimento das relações federativas;*
  - *mecanismos elaborados de mobilização para a participação da sociedade de e fortalecimento da transparência e prestação de contas.*

- ***Promoção e difusão de metodologias e de indicadores para a avaliação de desempenho orçamentário.***

  Resultados esperados:

  - *Métodos e instrumentos desenvolvidos para a avaliação de desempenho orçamentário;*
  - *Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na aplicação de métodos e instrumentos relacionados à avaliação de desempenho orçamentário;*
  - *Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo na aplicação de métodos e instrumentos de avaliação de desempenho orçamentário.*

Eixo IX – Gestão do Desempenho Institucional

Objetivos:

- *Disseminação de referenciais para a organização das estruturas de governo, alinhadas às prioridades estratégicas da gestão pública.*
- *Ampliar a rede brasileira de governança pública, reconhecendo instituições que possam operar as ferramentas e os instrumentos de melhoria da qualidade da gestão, a partir de critérios definidos pela Secretaria de Gestão.*

- *Dotar o governo e a sociedade brasileiros do maior repositório de conhecimento em gestão pública da América Latina, dispondo informações a respeitos de métodos, técnicas, instrumentos, experiências, boas práticas, especialistas, resultados, problemas e soluções relacionados ao tema.*
- *Dispor referencial conceitual contendo critérios de excelência em gestão pública, com características advindas do conhecimento e das experiências nacionais e internacionais, buscando a melhoria do atendimento ao público, a melhor prestação de serviços à sociedade e a elevação dos níveis de governança de órgãos e entidades públicos.*
- *Acompanhamento e avaliação do desempenho das ações de governo, com base em referenciais voltados à gestão por resultados.*

Esse eixo possui **cinco linhas temáticas**:

- ***Orientações sobre a organização da macro-estrutura e estruturas de governo.***

  Resultados esperados:

  - *Desenvolvimento e disseminação de métodos e instrumentos para organização da macro-estrutura e das estruturas de governo;*
  - *Compartilhamento de experiências entre órgão e entidades públicos;*
  - *Capacitação de agentes públicos nos referenciais metodológicos desenvolvidos.*

- ***Criação do observatório brasileiro de governança pública (repositório do conhecimento no Brasil).***

  Resultados esperados:

  - *Revitalização do portal da gestão pública, ponto de convergência do conhecimento em gestão pública;*
  - *Realização de parcerias com instituições especialistas na temática de gestão do conhecimento;*
  - *Adoção de métodos, técnicas e instrumentos de gestão do conhecimento em gestão pública;*
  - *Capacitação de atores públicos em gestão do conhecimento em gestão pública.*

- ***Adoção de referencial comum de excelência no sistema de gestão pública.***

  Resultados esperados:

  - *Atualização dos referenciais (prescritivo e descritivo) do modelo de excelência em gestão pública;*
  - *Atualização do sistema de pontuação dos critérios de excelência e desenvolvimento/disseminação de um aplicativo para uso pelos órgãos e entidades da administração pública;*

- *Realização de oficinais para aplicação do referencial de gestão pública;*
- *Capacitação de atores públicos no referencial de gestão pública.*

- ***Fixação de sistema de indicadores de desempenho de governo.***

  Resultados esperados:
  - *Desenvolvimento / atualização e disseminação de métodos e instrumentos relacionados a indicadores de desempenho;*
  - *Desenvolvimento de tecnologias para avaliação e controle do desempenho de governo;*
  - *Compartilhamento de resultados e de experiências de órgãos e entidades da administração pública;*
  - *Capacitação de agentes públicos nos métodos desenvolvidos.*

- ***Articulação com a iniciativa privada – Estabelecer mecanismos de certificação de entidades privadas (formação do mercado***).

  Resultados esperados:
  - *Elaboração e disseminação de critérios para adesão à rede brasileira de governança pública;*
  - *Certificação dos agentes participantes da rede;*
  - *Avaliação dos resultados da atuação dos agentes, visando ao impacto positivo na agenda de melhoria da gestão.*

Eixo X – Apoio à Melhoria e à Inovação Municipal

Objetivo:

- *Este eixo visa incluir os municípios nos eixos da Agenda de Gestão Pública União-Estados, com ênfase nos investimentos nas áreas de compras governamentais; gestão de pessoas e atendimento aos usuários dos serviços públicos.*

  Resultados esperados:
  - *Constituição do portal de compras unificado para as três esferas de governo.*
  - *Implementação da gestão por competência e planejamento e dimensionamento da força de trabalho, sobretudo nos sistemas federativos de políticas públicas.*
  - *Visão única das informações do cidadão, com intercâmbio de informações intra e entre esferas de governo;*
  - *Apoio à implantação da Lei de Acesso à Informação.*

45
PSDB
Julho 2014
Programa de Governo
Cássio Cunha Lima
Paraíba – Brasil